

**Demonstrações
Contábeis**
30 de junho de 2026



BANCO DO BRASIL



Índice

Balanco patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
1 – O Banco e suas operações	10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis	11
3 – Resumo das principais práticas contábeis	16
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	29
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias	32
6 – Informações por segmento	33
7 – Caixa e equivalentes de caixa	37
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil	38
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	39
10 – Títulos e valores mobiliários	41
11 – Instrumentos financeiros derivativos	48
12 – Carteira de crédito	55
13 – Outros ativos	73
14 – Investimento	74
15 – Imobilizado	79
16 – Intangível	80
17 – Recursos de clientes	82
18 – Recursos de instituições financeiras	85
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	87
20 – Outros passivos	89
21 – Provisões e passivos contingentes	90
22 – Tributos	94
23 – Patrimônio líquido	97
24 – Receitas de prestação de serviços	104
25 – Despesas Administrativas	105
26 – Outras receitas e outras despesas	106
27 – Partes relacionadas	107
28 – Benefícios a empregados	113
29 – Valor justo dos instrumentos financeiros	124
30 – Gerenciamento de riscos e de capital	129
31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos	145
32 – Transferência de ativos financeiros	147
33 – Resultado recorrente e não recorrente	149
34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes	150
35 – Outras informações	152
36 – Eventos subsequentes	155
Relatório do auditor independentes	156
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	164
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	166
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	167
Membros da Administração	168



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo					
Disponibilidades	7	24.951.323	17.192.762	27.063.120	19.737.849
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		10.650.683	8.297.752	16.166.249	12.277.786
Títulos e valores mobiliários	10.b	4.662.878	3.669.173	10.151.513	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.987.805	4.628.579	6.014.736	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		673.267.965	631.884.974	681.641.442	640.022.346
Títulos e valores mobiliários	10.c	673.267.965	631.884.974	681.641.442	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.725.250.699	1.655.274.123	1.768.942.348	1.692.398.143
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	117.967.414	120.016.133	117.967.414	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	252.572.058	187.012.603	254.518.991	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	10.d	64.228.663	72.422.703	76.466.014	82.141.286
Carteira de crédito	12	1.219.792.109	1.204.776.235	1.245.871.724	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	13	70.690.455	71.046.449	74.118.205	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(108.031.039)	(102.776.536)	(109.222.424)	(103.790.491)
Carteira de crédito	12	(102.841.970)	(98.004.759)	(103.686.600)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	9 e 13	(5.189.069)	(4.771.777)	(5.535.824)	(5.051.806)
Ativos fiscais		106.091.494	97.419.480	110.485.151	101.077.006
Correntes		10.626.712	11.548.781	12.091.555	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	22	95.464.782	85.870.699	98.393.596	88.668.550
Investimentos		43.136.672	41.173.368	20.401.162	20.526.343
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	43.021.615	41.064.231	20.255.325	20.388.708
Outros investimentos		147.312	143.790	147.312	143.790
Perdas por redução ao valor recuperável		(32.255)	(34.653)	(1.475)	(6.155)
Imobilizado	15	17.709.550	16.967.411	18.254.932	17.521.224
Imobilizações de uso		28.663.354	27.335.964	29.307.303	27.959.857
Direito de uso		4.687.515	4.377.166	5.007.568	4.680.985
Depreciação acumulada		(15.618.655)	(14.723.055)	(16.034.492)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor recuperável		(22.664)	(22.664)	(25.447)	(25.447)
Intangível	16	12.186.009	11.953.028	12.261.509	12.034.747
Ativos intangíveis		23.855.688	22.251.907	24.404.155	22.811.545
Amortização acumulada		(11.630.146)	(10.259.346)	(12.073.222)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor recuperável		(39.533)	(39.533)	(69.424)	(69.424)
Outros ativos	13	36.400.526	37.388.944	38.776.522	39.815.755
Total do ativo		2.541.613.882	2.414.775.306	2.584.770.011	2.451.620.708
Passivo					
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		5.613.667	4.476.749	5.614.344	4.474.734
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.613.667	4.476.749	5.614.344	4.474.734
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.260.627.323	2.135.779.671	2.280.884.545	2.149.141.134
Recursos de clientes	17	914.710.690	860.648.320	954.018.837	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	18	867.585.672	755.054.062	845.408.764	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	292.270.087	326.682.384	296.074.171	331.537.120
Outros passivos financeiros	20	186.060.874	193.394.905	185.382.773	192.627.318
Provisões		37.914.606	36.048.625	38.911.731	37.198.751
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21	31.731.258	29.455.991	32.037.200	29.889.800
Outras provisões		6.183.348	6.592.634	6.874.531	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos	31	735.228	789.283	741.135	793.913
Passivos fiscais		13.144.541	16.230.257	16.831.443	21.179.813
Correntes		1.641.153	1.721.395	5.022.430	6.425.409
Diferidos	22	11.503.388	14.508.862	11.809.013	14.754.404
Outros passivos	20	42.245.412	36.862.963	52.575.459	46.727.068
Total do passivo		2.360.280.777	2.230.187.548	2.395.558.657	2.259.515.413
Patrimônio líquido					
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	4.100.000	4.100.000
Reservas de capital	23.d	1.425.060	1.416.070	1.426.650	1.417.307
Reservas de lucros	23.d	87.519.241	83.087.465	86.769.740	82.301.417
Outros resultados abrangentes	23.h	(27.359.776)	(19.658.517)	(27.359.776)	(19.658.517)
Ações em tesouraria	23.l	(251.420)	(257.260)	(253.010)	(258.497)
Participação dos não controladores	23.i	--	--	4.527.750	4.203.585
Total do patrimônio líquido	23	181.333.105	184.587.758	189.211.354	192.105.295
Total do passivo e patrimônio líquido		2.541.613.882	2.414.775.306	2.584.770.011	2.451.620.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Receitas da intermediação financeira		152.400.427	126.182.440	157.790.705	131.834.199
Carteira de crédito	12.b	87.785.523	75.463.907	90.831.626	78.020.998
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	13.634.532	17.434.118	13.543.268	17.444.184
Títulos e valores mobiliários	10.f	46.388.929	30.610.354	48.806.359	33.733.943
Instrumentos financeiros derivativos	11.e	(1.388.447)	(2.366.045)	(1.370.147)	(2.430.743)
Aplicações compulsórias	8.b	5.577.542	4.499.632	5.577.542	4.499.632
Outros ativos financeiros		402.348	540.474	402.057	566.185
Despesas da intermediação financeira		(103.782.234)	(79.762.023)	(104.391.420)	(81.043.234)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(49.994.874)	(31.268.157)	(48.884.861)	(30.046.249)
Recursos de clientes	17.c	(36.924.927)	(32.713.865)	(38.444.281)	(34.939.940)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(17.956.167)	(18.418.821)	(18.257.604)	(18.788.344)
Outras despesas de captação	20.b	1.093.734	2.638.820	1.195.326	2.731.299
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(35.825.643)	(28.726.350)	(35.912.869)	(29.041.610)
Carteira de crédito	12.h	(35.454.757)	(28.733.360)	(35.798.852)	(28.880.147)
Garantias financeiras prestadas e outros compromissos	31.b	56.141	120.206	54.399	119.880
Demais ativos financeiros	9.b, 10.f, 13.c	(427.027)	(113.196)	(168.416)	(281.343)
Resultado da intermediação financeira		12.792.550	17.694.067	17.486.416	21.749.355
Outras receitas/despesas operacionais		(7.200.614)	(6.407.653)	(7.207.630)	(6.162.486)
Receitas de prestação de serviços	24	10.209.316	9.595.160	17.946.497	17.115.221
Despesas de pessoal	25.a	(12.352.735)	(12.010.673)	(13.562.725)	(13.199.667)
Outras despesas administrativas	25.b	(7.883.600)	(7.613.185)	(7.512.674)	(7.339.278)
Despesas tributárias	22.c	(3.285.813)	(3.071.816)	(4.651.714)	(4.375.560)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	8.315.041	8.134.642	3.878.427	3.882.645
Outras receitas/despesas	26	(2.202.823)	(1.441.781)	(3.305.441)	(2.245.847)
Provisões	21.b	(5.495.898)	(5.771.889)	(5.494.249)	(5.814.805)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(5.489.664)	(5.759.223)	(5.488.015)	(5.802.139)
Outras		(6.234)	(12.666)	(6.234)	(12.666)
Resultado operacional		96.038	5.514.525	4.784.537	9.772.064
Resultado não operacional		178.370	4.734	304.922	137.334
Resultado antes dos tributos e participações		274.408	5.519.259	5.089.459	9.909.398
Imposto de renda e contribuição Social	22	6.663.455	5.629.624	3.652.441	2.829.878
Participação de empregados e administradores no lucro		(721.807)	(1.264.634)	(730.278)	(1.273.315)
Participação dos não controladores	23.i	--	--	(1.746.959)	(1.658.612)
Lucro líquido		6.216.056	9.884.249	6.264.663	9.807.349
Lucro líquido atribuível aos acionistas					
Controladores		6.216.056	9.884.249	6.264.663	9.807.349
Não controladores		--	--	1.746.959	1.658.612
Lucro por ação	23.e				
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		5.709.696.692	5.708.696.148		
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,09	1,73		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	6.216.056	9.884.249	6.264.663	9.807.349
Participação dos acionistas não controladores	--	--	1.746.959	1.658.612
Lucro líquido atribuível aos acionistas	6.216.056	9.884.249	8.011.622	11.465.961
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	68.021	2.452.368	(161.826)	2.304.400
Ganhos/(perdas) não realizados	376.290	4.401.528	(7.566)	4.409.841
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(175.761)	(92.585)	(191.968)	(328.543)
Efeito tributário	(132.508)	(1.856.575)	37.708	(1.776.898)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(186.419)	74.823	(165.748)	233.722
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	(366.987)	201.401	(353.020)	407.650
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	68.210	(58.542)	68.210	(58.542)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	9.751	66.623	14.788	105.533
Efeito tributário	102.607	(134.659)	104.274	(220.919)
Hedge de investimento líquido no exterior	56.091	120.461	56.091	120.461
Ganhos/(perdas) não realizados	101.984	219.018	101.984	219.018
Efeito tributário	(45.893)	(98.557)	(45.893)	(98.557)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(450.280)	(1.348.034)	(545.551)	(1.661.828)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	(96.289)	148.324	42.447	150.828
Ganhos/(perdas) não realizados	(183.583)	260.252	80.937	270.915
Efeito tributário	87.294	(111.928)	(38.490)	(120.087)
Planos de benefício definido	(7.092.383)	(3.298.421)	(7.092.383)	(3.298.421)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(13.427.744)	(6.225.875)	(13.427.744)	(6.225.875)
Efeito tributário	6.335.361	2.927.454	6.335.361	2.927.454
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(7.701.259)	(1.850.479)	(7.866.970)	(2.150.838)
Resultado abrangente do período	(1.485.203)	8.033.770	144.652	9.315.123
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	(1.485.203)	8.033.770	(1.436.596)	7.956.869
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	1.581.248	1.358.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.892.443)	(262.046)	--	180.878.517
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(10.953.072)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.315.177)	(262.046)	(11.530.338)	169.925.445
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	2.640.953	--	--	2.640.953
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(1.348.034)	--	--	(1.348.034)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(32.198)	--	--	(32.198)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	120.461	--	--	120.461
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(4.000)	--	--	(4.000)
Outros		--	--	--	--	70.760	--	41.734	112.494
Transações com pagamento baseado em ações		--	5.476	--	--	--	4.786	--	10.262
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	9.884.249	9.884.249
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(3.276.875)	--	--	--	(3.276.875)
Saldos em 30/06/2025		120.000.000	1.416.070	15.715.601	61.025.581	(23.165.656)	(257.260)	--	174.734.336
Mutações do período		--	5.476	494.213	(5.375.443)	(1.850.479)	4.786	11.530.338	4.808.891
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	1.416.070	16.128.978	66.958.487	(19.658.517)	(257.260)	--	184.587.758
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	(261.868)	--	--	(261.868)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(7.092.383)	--	--	(7.092.383)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(450.280)	--	--	(450.280)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	37.516	--	--	37.516
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	56.091	--	--	56.091
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	585	--	--	585
Outros		--	--	--	--	9.080	--	7.447	16.527
Transações com pagamento baseado em ações		--	8.990	--	--	--	5.840	--	14.830
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	6.216.056	6.216.056
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	310.803	5.613.886	--	--	(5.924.689)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(1.492.913)	--	--	(298.814)	(1.791.727)
Saldos em 30/06/2026		120.000.000	1.425.060	16.439.781	71.079.460	(27.359.776)	(251.420)	--	181.333.105
Mutações do período		--	8.990	310.803	4.120.973	(7.701.259)	5.840	--	(3.254.653)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.892.443)	(263.523)	--	4.501.238	190.072.748
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(87.858)	(11.040.930)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.315.177)	(263.523)	(11.530.338)	4.413.380	179.031.818
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	2.640.953	--	--	(25.339)	2.615.614
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(1.348.034)	--	--	(313.794)	(1.661.828)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(32.198)	--	--	--	(32.198)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	120.461	--	--	--	120.461
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(4.000)	--	--	104	(3.896)
Outros		--	--	--	--	--	70.760	--	41.734	38.670	151.164
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.994	--	--	--	5.268	--	--	10.262
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(228.309)	(228.309)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	9.807.349	1.658.612	11.465.961
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(32.100)	--	(32.100)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(109.000)	--	--	109.000	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.312.654)	(1.312.654)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(3.276.875)	--	--	--	--	(3.276.875)
Saldos em 30/06/2025		120.000.000	5.100.000	1.417.065	15.715.601	60.509.574	(23.165.656)	(258.255)	--	4.230.670	183.548.999
Mutações do período		--	--	4.994	494.213	(5.484.443)	(1.850.479)	5.268	11.530.338	(182.710)	4.517.181
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	4.100.000	1.417.307	16.128.978	66.172.439	(19.658.517)	(258.497)	--	4.203.585	192.105.295
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	(261.868)	--	--	(75.654)	(337.522)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(7.092.383)	--	--	--	(7.092.383)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(450.280)	--	--	(95.271)	(545.551)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	37.516	--	--	--	37.516
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	56.091	--	--	--	56.091
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	585	--	--	254	839
Outros		--	--	--	--	--	9.080	--	7.447	4.960	21.487
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	9.343	--	--	--	5.487	--	--	14.830
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	5.534	5.534
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	6.264.663	1.746.959	8.011.622
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(12.060)	--	(12.060)
Resultado não realizado		--	--	--	--	36.547	--	--	(36.547)	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	310.803	5.613.886	--	--	(5.924.689)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.262.617)	(1.262.617)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(1.492.913)	--	--	(298.814)	--	(1.791.727)
Saldos em 30/06/2026		120.000.000	4.100.000	1.426.650	16.439.781	70.329.959	(27.359.776)	(253.010)	--	4.527.750	189.211.354
Mutações do período		--	--	9.343	310.803	4.157.520	(7.701.259)	5.487	--	324.165	(2.893.941)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro líquido		6.216.056	9.884.249	6.264.663	9.807.349
Ajustes ao lucro líquido		25.239.296	19.846.319	34.905.695	26.757.991
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		35.825.643	28.726.350	35.912.869	29.041.610
Depreciações e amortizações		2.877.185	2.165.258	2.966.914	2.238.211
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(3.918.279)	(9.588.012)	(4.359.500)	(10.528.716)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		--	(86.608)	--	(86.608)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(8.315.041)	(8.134.642)	(3.878.427)	(3.882.644)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(242.846)	(61.766)	(239.641)	(60.495)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21	5.495.898	5.771.889	5.494.249	5.814.805
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	28.d.4/f	(2.102.604)	(1.918.834)	(2.102.604)	(1.918.834)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		2.630.383	6.854.106	2.977.017	7.659.861
Resultado dos não controladores		--	--	1.746.959	1.658.612
Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.663.455)	(5.629.624)	(3.652.441)	(2.829.878)
Outros ajustes		(347.588)	1.748.202	40.300	(347.932)
Lucro líquido ajustado		31.455.352	29.730.568	41.170.358	36.565.340
Variações Patrimoniais		(4.186.291)	38.937.886	(7.289.690)	35.718.616
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		2.048.719	(4.397.657)	2.048.719	(4.397.657)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(65.401.544)	83.659.994	(66.978.622)	83.180.767
(Aumento) Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(993.810)	(4.259.937)	(2.531.462)	(7.211.116)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		(166.217)	4.245.778	(161.551)	4.268.364
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de perdas esperadas		(46.562.115)	(40.975.256)	(47.420.729)	(41.457.657)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		(887.926)	(9.118.881)	(4.377.634)	(12.011.808)
(Aumento) Redução em outros ativos		(1.413.689)	2.057.936	2.539.699	4.048.444
Imposto de renda e contribuição social pagos		(75.957)	(1.542.904)	(3.365.373)	(5.447.371)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		57.176.760	15.350.994	59.195.778	11.597.615
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		114.333.317	11.240.609	120.159.315	14.785.268
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		(31.980.634)	34.577.199	(33.577.166)	32.355.081
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(22.114.744)	(61.164.054)	(23.684.774)	(53.181.375)
(Redução) Aumento em outros passivos		(8.148.451)	9.264.065	(9.135.890)	9.190.061
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		27.269.061	68.668.454	33.880.668	72.283.956
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
Compra de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(83.160.464)	(230.139.120)	(85.862.348)	(237.994.162)
Venda de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		71.456.224	165.361.087	74.226.537	176.648.154
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(5.919.201)	(21.091.847)	(13.165.640)	(23.436.350)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		207.941	1.835.164	6.579.762	1.835.164
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		9.517.702	7.415.246	3.207.953	4.768.103
Aquisição de imobilizado de uso		(1.808.239)	(1.582.105)	(1.848.832)	(1.624.588)
Alienação de imobilizado de uso		5.271	8.033	5.319	8.751
Aquisição de intangíveis		(1.751.992)	(1.927.662)	(1.755.278)	(1.990.557)
Aporte de capital na Broto S.A.		(9.000)	(5.000)	(9.000)	(5.000)
Alienação da participação na Cadam S.A.		39.804	--	39.804	--
Alienação de participação na Galgo S.A.		--	--	--	3.458
(Aporte)/resgate de capital em controladas no exterior		(14.383)	--	--	--
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(11.436.337)	(80.126.204)	(18.581.723)	(81.787.027)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(2.613.195)	7.023.086	(2.613.195)	7.023.086
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	(1.653.735)	(1.440.125)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.975.861)	(6.008.672)	(1.975.861)	(6.008.672)
Liquidação de arrendamentos		(696.813)	(643.337)	(696.813)	(643.337)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(5.285.869)	371.077	(6.939.604)	(1.069.048)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		10.546.855	(11.086.673)	8.359.341	(10.572.119)
Início do período		58.474.875	81.150.329	59.635.525	83.167.243
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(2.630.383)	(6.854.106)	(2.977.017)	(7.659.861)
Fim do período		66.391.347	63.209.550	65.017.849	64.935.263
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		10.546.855	(11.086.673)	8.359.341	(10.572.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Receitas		119.263.752	99.755.708	131.329.567	111.897.883
Receitas da intermediação financeira		152.400.427	126.182.440	157.790.705	131.834.199
Receitas de prestação de serviços		10.209.316	9.595.160	17.946.497	17.115.221
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(35.825.643)	(28.726.350)	(35.912.869)	(29.041.610)
Outras receitas/(despesas)		(7.520.348)	(7.295.542)	(8.494.766)	(8.009.927)
Despesas da intermediação financeira		(103.782.234)	(79.762.023)	(104.391.420)	(81.043.234)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.628.516)	(4.458.808)	(4.161.888)	(4.106.114)
Materiais, água, energia e gás	25	(223.534)	(233.204)	(237.655)	(253.797)
Serviços de terceiros	25	(385.303)	(408.833)	(171.277)	(232.569)
Comunicações	25	(171.160)	(209.759)	(205.598)	(244.237)
Processamento de dados	25	(1.196.004)	(1.089.790)	(843.758)	(809.473)
Transporte	25	(27.254)	(48.947)	(38.048)	(60.498)
Serviços de vigilância e segurança	25	(756.107)	(712.722)	(774.994)	(732.709)
Serviços do sistema financeiro	25	(198.944)	(228.105)	(246.995)	(291.234)
Propaganda e publicidade	25	(217.392)	(232.527)	(238.568)	(250.357)
Manutenção e conservação de bens	25	(641.645)	(635.559)	(445.816)	(445.832)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		--	86.608	--	86.608
Outras		(811.173)	(745.970)	(959.179)	(872.016)
Valor Adicionado Bruto		10.853.002	15.534.877	22.776.259	26.748.535
Despesas de amortização/depreciação		(2.877.185)	(2.165.258)	(2.966.914)	(2.238.211)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		7.975.817	13.369.619	19.809.345	24.510.324
Valor Adicionado Recebido em Transferência		8.315.041	8.134.642	3.878.427	3.882.645
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		8.315.041	8.134.642	3.878.427	3.882.645
Valor Adicionado a Distribuir		16.290.858	21.504.261	23.687.772	28.392.969
Valor Adicionado Distribuído		16.290.858	21.504.261	23.687.772	28.392.969
Pessoal		11.824.322	11.749.851	12.973.196	12.866.831
Salários e honorários		6.363.332	6.043.266	7.220.804	6.875.934
Participação de empregados e administradores no lucro		721.807	1.264.634	730.278	1.273.315
Benefícios e treinamentos		2.634.832	2.480.798	2.784.919	2.617.527
FGTS		489.270	460.807	508.448	480.387
Outros encargos		1.615.081	1.500.346	1.728.747	1.619.668
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.868.653)	(714.410)	2.577.848	3.469.772
Federais		(2.462.499)	(1.284.448)	1.352.968	2.289.830
Estaduais		629	545	629	545
Municipais		593.217	569.493	1.224.251	1.179.397
Remuneração de Capitais de Terceiros		119.133	584.571	125.106	590.405
Aluguéis	25	119.133	584.571	125.106	590.405
Remuneração de Capitais Próprios		6.216.056	9.884.249	8.011.622	11.465.961
Juros sobre capital próprio da União		895.864	1.638.437	895.864	1.638.437
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		895.863	1.638.438	895.863	1.638.438
Dividendos de acionistas não controladores		--	--	1.262.617	1.312.654
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--	--	12.060	32.100
Lucro retido		4.424.329	6.607.374	4.460.876	6.498.374
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--	--	484.342	345.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 – O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 217 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil “Cosif”, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 11/08/2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, exceto nos casos indicados no item “g” desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	% de Participação	
				30/06/2026	31/12/2025
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços	Tecnologia da informação	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%	55,08%

¹ – Refere-se ao percentual de participação considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

² – Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram promovidas, de forma voluntária, alterações na evidenciação do resultado de variação cambial na Demonstração do Resultado. Parte dos efeitos, anteriormente apresentados de forma líquida em "Receitas de Outros ativos financeiros", passaram a ser evidenciados em "Receitas da Carteira de crédito" e "Outras despesas de captação", de forma a refletir a essência econômica das transações no âmbito do Resultado da Intermediação Financeira.

Em conformidade com o CPC 23, os saldos comparativos foram reapresentados de forma retrospectiva. Consequentemente, foram ajustados os valores correspondentes na Demonstração do Valor Adicionado e nas respectivas notas explicativas.

Demonstração do Resultado

1º Semestre/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados
Receitas da intermediação financeira	130.438.612	(4.256.172)	126.182.440	136.150.750	(4.316.551)	131.834.199
Carteira de crédito	74.973.760	490.147	75.463.907	77.530.851	490.147	78.020.998
Outros ativos financeiros	5.286.793	(4.746.319)	540.474	5.372.883	(4.806.698)	566.185
Despesas da intermediação financeira	(84.018.195)	4.256.172	(79.762.023)	(85.359.785)	4.316.551	(81.043.234)
Outras despesas de captação	(1.617.352)	4.256.172	2.638.820	(1.585.252)	4.316.551	2.731.299



f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto	CPC 18 (R2) e CPC 45
Res. CMN nº 4.966/2021 – Conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge)	CPC 48

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis no período atual

g.1) Resolução CMN nº 5.185, de 21 de novembro de 2024

A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Segundo a referida norma, a partir do exercício de 2026, o Banco deverá elaborar e divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais. A norma também determina que a divulgação no primeiro ano deve ocorrer em até 180 dias da data-base (30/06/2027).

**Normas aplicáveis em períodos futuros****g.2) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021**

Embora vigente desde 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/2021 contempla dispositivos com aplicação diferida e regimes transitórios, cujos efeitos para o Banco convergem para 1º de janeiro de 2027, conforme descrito a seguir:

(i) Contabilização de hedge (hedge accounting)

O Banco aplicará os novos requerimentos de contabilização de hedge a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme disposto no art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(ii) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados

Até 31 de dezembro de 2026, o Banco utiliza a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros reestruturados, passando a observar o tratamento definitivo previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme faculta o art. 71-A.

g.3) Resolução CMN nº 5.252, de 25 de setembro de 2025

A norma estabelece conceitos e critérios contábeis relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

g.4) Resolução CMN nº 5.281, de 26 de fevereiro de 2026

A norma estabelece critérios relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos virtuais. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo e no modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de sua aquisição, origemação ou emissão, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e reclassificação

Modelo de negócios: Reflete a forma como o Banco gerencia os fluxos de caixa de seus ativos financeiros. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Com base nessa avaliação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, conforme os fluxos de caixa resultem de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Critério SPPJ (somente pagamento de principal e juros): Quando os termos contratuais dos instrumentos financeiros são consistentes com um acordo de empréstimo básico, no qual se considera como valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, os custos da operação, a margem de lucro e outros riscos relacionados a empréstimos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos atendem ao critério SPPJ sobre o valor do principal em aberto. Caso os fluxos de caixa não atendam ao critério SPPJ, o ativo será classificado ao valor justo no resultado.

Reclassificação: Os ativos financeiros são reclassificados quando há alterações nos modelos de negócios para a gestão dos seus fluxos de caixa, sendo que essa reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente ao de apuração do resultado contábil. É vedada a reclassificação de passivos financeiros.



c.1) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

De maneira geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. São apresentados a valor presente, refletindo a aplicação da taxa efetiva de juros. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado (CA) – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, adicionado aos custos de transação e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As receitas financeiras auferidas são registradas na demonstração do resultado do exercício em receitas da intermediação financeira.

Para fins de aplicação do conceito de taxa efetiva de juros às operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas nessa categoria, o Banco adota metodologia diferenciada para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação e aos valores recebidos na originação do instrumento, sem incorporação de critérios de materialidade.

A metodologia diferenciada consiste em:

- apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original; e
- apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação do instrumento financeiro de forma linear, conforme as características do contrato.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídas por aplicações no mercado aberto (aplicações em operações compromissadas) e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros, deduzido pela perda esperada, quando aplicável.

Aplicações no mercado aberto (operações compromissadas): O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- vendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- vendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Operações de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “Perdas esperadas associadas ao risco de crédito”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida (à exceção da receita gerada pela recuperação de ativos baixados como prejuízo, prevista em normativo) relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

O reconhecimento de receitas é retomado a partir do período em que a operação de crédito deixa de ser caracterizada como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.



Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)– Um ativo será classificado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento de seus fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios. Esses ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

São incluídos nessa categoria os instrumentos patrimoniais de outras entidades designados irrevogavelmente no reconhecimento inicial, desde que os ativos não sejam geridos no modelo de negócios cujo objetivo principal seja gerar retorno pela venda do instrumento.

Valor justo no resultado (VJR) – Incluem ativos financeiros que não atendam aos critérios das demais categorias. De forma geral, são mensurados nessa categoria ativos cujos fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração os mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas

c.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto os derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

Constituem-se também em exceção para classificação como custo amortizado, os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; e compromissos de crédito e créditos a liberar, os quais devem ser reconhecidos e mensurados conforme disposições específicas.

Os principais passivos mensurados na categoria ao custo amortizado são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam, em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.



Recursos de instituições financeiras (captações no mercado aberto) – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. As captações no mercado aberto se encontram subdivididas em:

- carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras prestadas são mensuradas pelo maior valor entre:

- a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; ou
- o ativo for transferido e a transferência se qualificar para baixa.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

O ativo financeiro é baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

Passivos financeiros – São baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.

e) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o hedge, se utilizando de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Além disso, o banco determina, avalia e acompanha, de forma contínua, a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, que os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.



A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utiliza a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observa ainda os níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados neste estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação. Engloba também, ativos que apresentem atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR) – Os ativos classificados neste estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados neste estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superiores a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente a obrigação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos financeiros da mesma contraparte (para carteira não varejo) são realocados para o estágio 3 quando algum instrumento financeiro dessa contraparte é caracterizado como ativo problemático, na mesma data-base do balancete em que ocorreu essa caracterização, exceto quando o instrumento financeiro, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior àquele instrumento que foi caracterizado como ativo problemático.



O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente, considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação. A classificação no estágio 3 somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa Selic real, a taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Aumento significativo no risco de crédito – O aumento significativo no risco de crédito (ASR) compreende, em geral, atrasos superiores a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação), agravação acentuada dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte. Na ocorrência do ASR em relação ao reconhecimento inicial, ocorre migração do estágio 1 para o estágio 2.

Operações renegociadas – Instrumentos provenientes de acordos que impliquem alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Operações reestruturadas – Instrumentos decorrentes de renegociações que, de maneira geral, impliquem concessões significativas à contraparte em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – A migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias, se enquadra em uma reestruturação, ou algum outro critério qualitativo (ex.: falência, insolvência civil ou recuperação judicial). Essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- Probabilidade de descumprimento;
- Perda dado o descumprimento; e
- Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada utiliza-se de técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios da instituição, considerando a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera, entre outras informações:

- as características do cliente refletidas nas informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação (visão Lifetime), segmento do cliente e cenário macroeconômico (visão prospectiva);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.



A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva, mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando no mínimo:

- as características de risco de crédito da contraparte;
- as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existente;
- o estágio em que o instrumento está alocado;
- o atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento, que sejam definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo, considerando, no mínimo: o valor do instrumento; a exposição total da instituição à contraparte; e cujo gerenciamento seja realizado de forma massificada.

Probabilidade de descumprimento ("PD" – Probability of Default) – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 ou 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente, levando em conta a situação econômica e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento (visão prospectiva "Forward Looking").

Perda dado o descumprimento ("LGD" – Loss Given Default) – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

A LGD é construída com base nas informações estatísticas e características das operações, os custos de recuperação do instrumento, eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares e a concessão de vantagens à contraparte, entre outras.

Exposição no momento de descumprimento ("EAD" – Exposure at Default) – É a estimativa de exposição da operação (saldo base) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. Para os créditos a liberar, essa exposição pode ser efetiva (parte do limite já utilizada) e/ou contingente (parte do limite disponível, mas ainda não utilizada). No caso de limites não canceláveis unilateralmente, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito – O Banco observa os níveis de provisões estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os registros de provisão para perda incorrida (PI) e de provisão para perda esperada (PE) são realizados de forma segregada.



O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

g) Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual)

O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida (à exceção da receita gerada pela recuperação de ativos baixados como prejuízo, prevista em normativo) relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Conforme art. 6º da Lei nº 14.467/2022 e definição do Banco, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tinham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

As perdas incorridas de que trata o art. 2º da Lei nº 14.467/2022 relativas ao exercício de 2025 não puderam ser deduzidas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. Tais perdas não deduzidas foram adicionadas ao saldo das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, mencionadas no parágrafo anterior, e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida pela Lei e citada no parágrafo anterior.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.



Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras despesas administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a:

- desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e
- softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.



Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com regulação vigente, são assim considerados:

Ativos de direito de uso – Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus termos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento estão evidenciadas na Nota 26. A Nota 15 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 26.

Banco como arrendador – Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de suas subsidiárias.

**l) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outros:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais, são mensurados a valor presente quando o efeito do desconto é relevante, considerando a melhor estimativa de desembolso.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

o) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

p) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

**q) Conversão de operações em moeda estrangeira**

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

r) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 33.

s) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando os serviços são prestados ou disponibilizados aos clientes, por valor que reflete a contraprestação que se espera receber, de acordo com o cumprimento das obrigações de desempenho. As receitas relativas a serviços prestados ao longo do tempo são reconhecidas de forma linear durante a vigência dos contratos, enquanto aquelas relacionadas a serviços ou eventos específicos são reconhecidas quando da sua ocorrência.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: administração de fundos; comissões de seguros, previdência e capitalização; conta corrente; taxa de administração de consórcio; rendas de cartões; cobrança; e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de instrumentos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações não registradas no balanço patrimonial (off-balance), o Banco constitui provisão para perdas esperadas referentes a compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, bem como para garantias financeiras prestadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas associadas ao risco de crédito, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada associada ao risco de crédito, podem ser obtidas nas Notas 3.f, 9, 10, 12, 13 e 31.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

**c) Impostos sobre os lucros**

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de tendências futuras, sendo que os cenários são periodicamente atualizados para o estudo. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- alterações nas taxas de juros;
- mudanças nos índices de inflação;
- processos ou disputas judiciais adversas;
- riscos de crédito;
- mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- taxas de juros assumidas;
- tábuas de mortalidade;
- índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- índice de inflação de preços;
- índice anual de reajustes salariais; e
- método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

**f) Provisões, ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.



6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Semestre/2026		1º Semestre/2025	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	177.931.705	9.154.545	156.686.007	2.957.519
Receitas da intermediação financeira	149.753.274	8.037.431	129.995.629	1.838.570
Carteira de crédito	86.497.713	4.333.913	80.133.557	(2.112.559)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.649.695	893.573	16.373.999	1.070.185
Títulos e valores mobiliários	45.999.795	2.806.564	30.415.684	3.318.259
Instrumentos financeiros derivativos	(1.373.597)	3.450	(2.345.290)	(85.453)
Aplicações compulsórias	5.577.542	--	4.499.632	--
Outros ativos financeiros	402.126	(69)	918.047	(351.862)
Outras receitas	28.178.431	1.117.114	26.690.378	1.118.949
Receitas de prestação de serviços	17.206.905	739.592	16.307.960	807.261
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	3.878.427	--	3.882.645	--
Demais receitas	7.093.099	377.522	6.499.773	311.688
Ativo não-circulante¹	50.586.223	331.380	45.128.785	331.163

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Semestre/2026							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	157.459.305	294.143	218.425	154.711	166.753	470.486	(973.118)	157.790.705
Carteira de crédito	90.837.678	--	--	--	--	--	(6.052)	90.831.626
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.755.124	268	162.838	--	127.406	425.191	(927.559)	13.543.268
Títulos e valores mobiliários	48.396.881	153.791	55.710	154.706	39.483	45.295	(39.507)	48.806.359
Instrumentos financeiros derivativos	(1.510.231)	140.084	--	--	--	--	--	(1.370.147)
Aplicações compulsórias	5.577.542	--	--	--	--	--	--	5.577.542
Outros ativos financeiros	402.311	--	(123)	5	(136)	--	--	402.057
Despesas da intermediação financeira	(105.256.366)	(235.113)	--	--	--	(332.716)	1.432.775	(104.391.420)
Recursos de instituições financeiras	(50.043.010)	(235.113)	--	--	--	(6)	1.393.268	(48.884.861)
Recursos de clientes	(38.444.281)	--	--	--	--	--	--	(38.444.281)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(17.964.401)	--	--	--	--	(293.203)	--	(18.257.604)
Outras despesas de captação	1.195.326	--	--	--	--	(39.507)	39.507	1.195.326
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(35.824.027)	(13.460)	--	--	--	(75.382)	--	(35.912.869)
Outras receitas	18.432.829	286.423	2.203.534	6.000.877	753.681	3.858.218	(2.240.017)	29.295.545
Receitas de prestação de serviços	10.855.757	152.034	2.198.948	2.789.208	22.682	3.055.674	(1.127.806)	17.946.497
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	515.202	8.885	--	2.726.575	627.765	--	--	3.878.427
Demais receitas	7.061.870	125.504	4.586	485.094	103.234	802.544	(1.112.211)	7.470.621
Outras despesas	(34.677.156)	(198.624)	(380.202)	(656.287)	(86.180)	(1.980.164)	1.780.360	(36.198.253)
Despesas de pessoal	(13.084.535)	(21.655)	(87.371)	(49.723)	(1.759)	(321.399)	3.717	(13.562.725)
Outras despesas administrativas	(5.327.384)	(15.469)	(49.211)	(33.437)	(624)	(243.075)	1.123.440	(4.545.760)
Amortização	(1.459.108)	--	--	(62)	--	(2.153)	--	(1.461.323)
Depreciação	(1.451.111)	--	--	--	--	(54.480)	--	(1.505.591)
Despesas tributárias	(3.675.941)	(20.764)	(157.038)	(353.797)	(18.043)	(426.131)	--	(4.651.714)
Demais despesas	(9.679.077)	(140.736)	(86.582)	(219.268)	(65.754)	(932.926)	653.203	(10.471.140)
Provisões	(5.509.439)	6.637	24.306	(2.140)	6	(13.619)	--	(5.494.249)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.503.205)	6.637	24.306	(2.140)	6	(13.619)	--	(5.488.015)
Outras	(6.234)	--	--	--	--	--	--	(6.234)
Resultado antes dos tributos e participações	(5.374.854)	140.006	2.066.063	5.497.161	834.260	1.926.823	--	5.089.459
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.140.225	(57.631)	(821.593)	(936.020)	(65.374)	(607.166)	--	3.652.441
Participação de empregados e administradores no lucro	(721.807)	(758)	(798)	--	--	(6.915)	--	(730.278)
Participação dos não controladores	(300.163)	--	--	(1.447.927)	--	1.131	--	(1.746.959)
Lucro líquido	(256.599)	81.617	1.243.672	3.113.214	768.886	1.313.873	--	6.264.663
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	258.336.873	--	2.433.840	6.150.902	1.016.366	8.659.229	(22.078.219)	254.518.991
Títulos e valores mobiliários	760.053.466	3.106.732	915.199	3.495.961	756.297	821.472	(890.158)	768.258.969
Carteira de crédito	1.245.953.757	--	--	--	--	--	(82.033)	1.245.871.724
Investimentos	29.229.251	1.247.908	--	7.743.199	5.271.963	--	(23.091.159)	20.401.162
Demais Ativos	288.485.301	1.132.028	492.505	4.165.595	3.804.063	7.779.447	(10.139.774)	295.719.165
Total do ativo	2.582.058.648	5.486.668	3.841.544	21.555.657	10.848.689	17.260.148	(56.281.343)	2.584.770.011
Passivo	2.394.704.987	4.714.540	2.411.986	11.221.862	149.244	13.979.152	(31.623.114)	2.395.558.657
Recursos de clientes	954.126.418	--	--	--	--	--	(107.581)	954.018.837
Recursos de instituições financeiras	863.403.538	4.083.444	--	--	--	82.033	(22.160.251)	845.408.764
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	288.397.678	--	--	--	--	8.432.297	(755.804)	296.074.171
Provisões	38.350.726	20.067	9.253	58.993	637	478.942	(6.887)	38.911.731
Demais Passivos	250.426.627	611.029	2.402.733	11.162.869	148.607	4.985.880	(8.592.591)	261.145.154
Patrimônio líquido	187.353.661	772.128	1.429.558	10.333.795	10.699.445	3.280.996	(24.658.229)	189.211.354
Total do passivo e patrimônio líquido	2.582.058.648	5.486.668	3.841.544	21.555.657	10.848.689	17.260.148	(56.281.343)	2.584.770.011



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Semestre/2025							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	131.446.941	375.470	182.985	115.516	223.976	384.144	(894.833)	131.834.199
Carteira de crédito	78.027.695	--	--	--	--	--	(6.697)	78.020.998
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.563.784	177	156.850	--	223.838	387.671	(888.136)	17.444.184
Títulos e valores mobiliários	33.194.243	401.101	26.472	115.516	138	(3.527)	--	33.733.943
Instrumentos financeiros derivativos	(2.404.935)	(25.808)	--	--	--	--	--	(2.430.743)
Aplicações compulsórias	4.499.632	--	--	--	--	--	--	4.499.632
Outros ativos financeiros	566.522	--	(337)	--	--	--	--	566.185
Despesas da intermediação financeira	(81.831.100)	(127.897)	--	--	--	(365.172)	1.280.935	(81.043.234)
Recursos de instituições financeiras	(31.193.440)	(127.897)	--	--	--	(5.847)	1.280.935	(30.046.249)
Recursos de clientes	(34.939.940)	--	--	--	--	--	--	(34.939.940)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(18.429.019)	--	--	--	--	(359.325)	--	(18.788.344)
Outras despesas de captação	2.731.299	--	--	--	--	--	--	2.731.299
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(28.938.929)	(23.520)	--	--	--	(79.161)	--	(29.041.610)
Outras receitas	17.271.137	368.413	1.997.281	5.813.402	847.788	3.477.687	(1.966.381)	27.809.327
Receitas de prestação de serviços	10.313.750	251.175	1.991.892	2.808.164	22.181	2.704.897	(976.838)	17.115.221
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	550.035	13.340	--	2.596.201	723.069	--	--	3.882.645
Demais receitas	6.407.352	103.898	5.389	409.037	102.538	772.790	(989.543)	6.811.461
Outras despesas	(32.512.724)	(111.665)	(312.849)	(615.062)	(75.025)	(1.787.433)	1.580.279	(33.834.479)
Despesas de pessoal	(12.742.250)	(20.447)	(80.257)	(47.830)	(2.424)	(309.567)	3.108	(13.199.667)
Outras despesas administrativas	(5.742.705)	(26.190)	(46.727)	(44.295)	(624)	(202.340)	961.814	(5.101.067)
Amortização	(1.305.739)	--	--	(59)	--	(2.240)	--	(1.308.038)
Depreciação	(884.546)	--	--	--	--	(45.627)	--	(930.173)
Despesas tributárias	(3.446.961)	(37.543)	(142.075)	(352.399)	(20.964)	(375.618)	--	(4.375.560)
Demais despesas	(8.390.523)	(27.485)	(43.790)	(170.479)	(51.013)	(852.041)	615.357	(8.919.974)
Provisões	(5.781.925)	(20.019)	(1.475)	(2.969)	(43)	(8.374)	--	(5.814.805)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.769.259)	(20.019)	(1.475)	(2.969)	(43)	(8.374)	--	(5.802.139)
Outras	(12.666)	--	--	--	--	--	--	(12.666)
Resultado antes dos tributos e participações	(346.600)	460.782	1.865.942	5.310.887	996.696	1.621.691	--	9.909.398
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.303.158	(198.117)	(744.255)	(920.981)	(88.349)	(521.578)	--	2.829.878
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.264.635)	(727)	(1.296)	--	--	(6.657)	--	(1.273.315)
Participação dos não controladores	(266.746)	--	--	(1.393.137)	--	1.271	--	(1.658.612)
Lucro líquido	3.425.177	261.938	1.120.391	2.996.769	908.347	1.094.727	--	9.807.349
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	292.682.108	7	2.612.775	7.072.012	3.154.847	8.448.220	(22.973.890)	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	601.825.287	1.564.753	534.552	1.900.242	648	623.096	(119.854)	606.328.724
Carteira de crédito	1.231.273.691	--	--	--	--	--	(189.496)	1.231.084.195
Investimentos	28.615.315	1.209.999	--	8.420.161	3.963.478	--	(22.550.497)	19.658.456
Demais Ativos	283.268.952	1.173.817	529.793	3.524.006	3.789.975	8.122.924	(10.993.574)	289.415.893
Total do ativo	2.437.665.353	3.948.576	3.677.120	20.916.421	10.908.948	17.194.240	(56.827.311)	2.437.483.347
Passivo	2.256.288.012	3.136.944	2.247.492	10.996.413	222.891	14.210.577	(33.167.981)	2.253.934.348
Recursos de clientes	880.430.655	--	--	--	--	--	(73.450)	880.357.205
Recursos de instituições financeiras	746.402.050	2.042.512	--	--	--	189.496	(23.163.386)	725.470.672
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	354.649.957	--	--	--	--	9.196.345	--	363.846.302
Provisões	33.040.739	138.382	34.274	56.747	416	447.053	(5.730)	33.711.881
Demais Passivos	241.764.611	956.050	2.213.218	10.939.666	222.475	4.377.683	(9.925.415)	250.548.288
Patrimônio líquido	181.377.341	811.632	1.429.628	9.920.008	10.686.057	2.963.663	(23.659.330)	183.548.999
Total do passivo e patrimônio líquido	2.437.665.353	3.948.576	3.677.120	20.916.421	10.908.948	17.194.240	(56.827.311)	2.437.483.347



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	24.951.323	17.192.762	27.063.120	19.737.849
Disponibilidades em moeda nacional	12.425.150	10.238.077	12.430.528	10.239.446
Disponibilidades em moeda estrangeira	12.526.173	6.954.685	14.632.592	9.498.403
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	41.440.024	41.282.113	37.954.729	39.897.676
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	1.718.846	285.257	2.220.411	313.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.686.080	40.996.856	35.734.318	39.583.823
Aplicações em moeda estrangeira	1.035.098	--	--	--
Total	66.391.347	58.474.875	65.017.849	59.635.525

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo	60.271.807	53.187.224	60.271.807	53.187.224
Depósitos de poupança	41.815.964	42.454.209	41.815.964	42.454.209
Depósitos à vista	11.032.049	20.349.251	11.032.049	20.349.251
Conta de pagamento instantâneo	4.707.832	3.843.247	4.707.832	3.843.247
Depósitos de moeda eletrônica	139.762	182.202	139.762	182.202
Total	117.967.414	120.016.133	117.967.414	120.016.133

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Exigibilidade sobre recursos a prazo	3.939.520	2.848.811	3.939.520	2.848.811
Depósitos de poupança	1.638.022	1.650.821	1.638.022	1.650.821
Total	5.577.542	4.499.632	5.577.542	4.499.632



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações em operações compromissadas	155.359.421	128.120.273	155.543.606	128.352.536
Re vendas a liquidar - Posição Bancada	2.700.764	1.138.774	3.386.280	1.383.241
Títulos públicos federais - no país	475.218	--	976.550	16.000
Títulos de responsabilidade da União no exterior	2.225.546	1.138.774	2.233.450	1.168.051
Outros títulos no exterior	--	--	176.280	199.190
Re vendas a liquidar - posição financiada	152.658.657	126.981.499	152.157.326	126.969.295
Títulos públicos federais - no país	152.658.657	126.981.499	152.157.326	126.965.499
Outros títulos	--	--	--	3.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	97.212.637	58.892.330	98.975.385	61.130.780
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	252.572.058	187.012.603	254.518.991	189.483.316
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(25.254)	(18.626)	(26.735)	(18.797)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(25.254)	(18.626)	(25.370)	(18.634)
Aplicações em operações compromissadas	--	--	(1.365)	(163)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	252.546.804	186.993.977	254.492.256	189.464.519

1 - Inclui no Consolidado o montante de R\$ 7.309.086 mil referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas	12.286.413	20.149.939	12.317.052	20.169.781
Posição financiada	12.233.082	20.096.599	12.233.081	20.096.599
Posição bancada	53.331	53.340	83.971	73.182
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.129.848	1.684.142	3.007.945	1.674.366
Variação cambial	(1.781.729)	(4.399.963)	(1.781.729)	(4.399.963)
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	13.634.532	17.434.118	13.543.268	17.444.184
(Constituição)/reversão de perda esperada	(7.484)	(1.164)	(8.804)	(11.212)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	13.627.048	17.432.954	13.534.464	17.432.972



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Estágios

30/06/2026	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	155.359.421	--	--	155.359.421
Aplicações em depósitos interfinanceiros	97.212.637	--	--	97.212.637
Total	252.572.058	--	--	252.572.058
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(25.254)	--	--	(25.254)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	252.546.804	--	--	252.546.804

31/12/2025	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.120.273	--	--	128.120.273
Aplicações em depósitos interfinanceiros	58.892.330	--	--	58.892.330
Total	187.012.603	--	--	187.012.603
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.626)	--	--	(18.626)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	186.993.977	--	--	186.993.977

30/06/2026	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	155.543.606	--	--	155.543.606
Aplicações em depósitos interfinanceiros	98.975.385	--	--	98.975.385
Total	254.518.991	--	--	254.518.991
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(26.735)	--	--	(26.735)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	254.492.256	--	--	254.492.256

31/12/2025	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.352.536	--	--	128.352.536
Aplicações em depósitos interfinanceiros	61.130.780	--	--	61.130.780
Total	189.483.316	--	--	189.483.316
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.797)	--	--	(18.797)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	189.464.519	--	--	189.464.519



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Títulos e valores mobiliários

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Valor justo no resultado	4.662.878	3.669.173	10.151.513	7.620.302
Valor justo em outros resultados abrangentes	673.267.965	631.884.974	681.641.442	640.022.346
Custo amortizado	64.228.663	72.422.703	76.466.014	82.141.286
Total	742.159.506	707.976.850	768.258.969	729.783.934

b) Valor justo no resultado (VJR)

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	4.690.228	(24.282)	(3.159)	4.662.787
Títulos públicos federais	4.179.563	8.719	--	4.188.282
Títulos privados de entidades não financeiras	346.773	(14.653)	(2.934)	329.186
Títulos privados de entidades financeiras	163.892	(18.348)	(225)	145.319
Instrumentos de patrimônio	88	3	--	91
Cotas de fundos de investimento	88	3	--	91
Total	4.690.316	(24.279)	(3.159)	4.662.878

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	3.669.768	1.059	(1.722)	3.669.105
Títulos públicos federais	3.145.059	961	--	3.146.020
Títulos privados de entidades não financeiras	524.709	98	(1.722)	523.085
Instrumentos de patrimônio	60	8	--	68
Cotas de fundos de investimento	60	8	--	68
Total	3.669.828	1.067	(1.722)	3.669.173

Consolidado	30/06/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	9.243.850	(88.597)	(18.799)	9.136.454
Títulos públicos federais	4.727.132	8.812	--	4.735.944
Títulos privados de entidades não financeiras	3.497.861	(158.736)	(18.574)	3.320.551
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	821.994	79.727	--	901.721
Títulos privados de instituições financeiras	196.863	(18.400)	(225)	178.238
Instrumentos de patrimônio	950.452	64.607	--	1.015.059
Ações	157.225	85	--	157.310
Cotas de fundos de investimento	793.227	64.522	--	857.749
Total	10.194.302	(23.990)	(18.799)	10.151.513

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	6.647.486	38.810	(3.902)	6.682.394
Títulos públicos federais	3.560.060	816	--	3.560.876
Títulos privados de entidades não financeiras	2.854.343	(8.591)	(3.902)	2.841.850
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	204.502	46.640	--	251.142
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	(55)	--	28.526
Instrumentos de patrimônio	849.303	88.605	--	937.908
Ações	131.593	89	--	131.682
Cotas de fundos de investimento e outros títulos	717.710	88.516	--	806.226
Total	7.496.789	127.415	(3.902)	7.620.302



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	672.765.578	(1.670.974)	(7.308)	671.087.296
Títulos públicos federais	662.163.694	(1.460.143)	--	660.703.551
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.966.754	(100.778)	(2.044)	4.863.932
Títulos privados de instituições financeiras	2.214.017	5.624	(2.761)	2.216.880
Títulos privados de entidades não financeiras	3.421.113	(115.677)	(2.503)	3.302.933
Instrumentos de patrimônio ¹	1.811.266	369.403	--	2.180.669
Ações	124.926	218.158	--	343.084
Cotas de fundos de investimento	1.686.340	151.245	--	1.837.585
Total	674.576.844	(1.301.571)	(7.308)	673.267.965

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	631.206.760	(1.600.962)	(5.265)	629.600.533
Títulos públicos federais	622.475.348	(1.454.257)	--	621.021.091
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	(72.644)	(1.763)	4.197.734
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	26.593	(1.571)	1.370.951
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.342	(100.654)	(1.931)	3.010.757
Instrumentos de patrimônio ¹	2.000.760	283.681	--	2.284.441
Ações	118.257	150.807	--	269.064
Cotas de fundos de investimento	1.882.503	132.874	--	2.015.377
Total	633.207.520	(1.317.281)	(5.265)	631.884.974

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	30/06/2026			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	681.261.415	(1.759.154)	(33.909)	679.468.352
Títulos públicos federais	662.368.883	(1.484.348)	--	660.884.535
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.813.218	(87.655)	(14.503)	6.711.060
Títulos privados de instituições financeiras	2.247.512	5.774	(2.952)	2.250.334
Títulos privados de entidades não financeiras	9.831.802	(192.925)	(16.454)	9.622.423
Instrumentos de patrimônio ¹	1.814.286	358.804	--	2.173.090
Ações	157.877	206.462	--	364.339
Cotas de fundos de investimento	1.656.409	152.342	--	1.808.751
Total	683.075.701	(1.400.350)	(33.909)	681.641.442

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	639.406.438	(1.559.295)	(138.494)	637.708.649
Títulos públicos federais	622.680.662	(1.482.454)	--	621.198.208
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	5.943.722	(30.200)	(98.407)	5.815.115
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	26.946	(1.710)	1.383.897
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.393	(73.587)	(38.377)	9.311.429
Instrumentos de patrimônio ¹	2.035.778	277.919	--	2.313.697
Ações	152.090	131.487	--	283.577
Cotas de fundos de investimento	1.883.688	146.432	--	2.030.120
Total	641.442.216	(1.281.376)	(138.494)	640.022.346

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Custo amortizado

Banco Múltiplo	30/06/2026				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	37.560.368	26.703.373	--	--	64.263.741
Títulos públicos federais	12.571.784	20.778.356	--	--	33.350.140
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	24.988.584	5.925.017	--	--	30.913.601
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(29.254)	(5.824)	--	--	(35.078)
Total	37.531.114	26.697.549	--	--	64.228.663

Banco Múltiplo	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	38.359.911	33.692.352	408.271	--	72.460.534
Títulos públicos federais	13.863.518	23.245.529	408.271	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	24.496.393	10.446.823	--	--	34.943.216
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(27.907)	(9.924)	--	--	(37.831)
Total	38.332.004	33.682.428	408.271	--	72.422.703

Consolidado	30/06/2026				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	40.613.425	35.932.558	--	--	76.545.983
Títulos públicos federais	12.887.861	24.808.604	--	--	37.696.465
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	27.711.656	11.123.954	--	--	38.835.610
Títulos privados de instituições financeiras	13.908	--	--	--	13.908
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(38.207)	(41.762)	--	--	(79.969)
Total	40.575.218	35.890.796	--	--	76.466.014

Consolidado	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	46.831.319	35.238.298	408.271	--	82.477.888
Títulos públicos federais	15.053.269	24.610.601	408.271	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	31.773.004	10.627.058	--	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	--	639	--	--	639
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(315.369)	(21.233)	--	--	(336.602)
Total	46.515.950	35.217.065	408.271	--	82.141.286

Em linha com a sua gestão de riscos e em função de novas dinâmicas de negócios em 2025, o Banco revisou sua estratégia de gestão de ativos financeiros e determinados modelos de negócios relacionados ao portfólio de títulos públicos pré-fixados. Como resultado, foram reclassificados papéis da categoria “valor justo em outros resultados abrangentes” para a categoria “custo amortizado” no montante de R\$ 32.929.465 mil, com efeito líquido positivo no patrimônio líquido de R\$ 1.146.778 mil, sem efeitos no resultado do período.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários, líquida das perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Carteira própria	180.787.097	203.643.114	217.360.796	239.200.468
Vinculados a compromissos de recompra	538.079.314	483.580.584	527.108.453	469.525.174
Vinculados a prestação de garantia	23.293.095	20.753.152	23.789.720	21.058.292
Total	742.159.506	707.976.850	768.258.969	729.783.934

f) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Títulos de renda fixa	44.044.788	28.353.855	44.409.822	28.745.957
Títulos de renda variável	93	--	18.889	1.123
Títulos e valores mobiliários no exterior	2.379.415	2.106.876	4.450.824	4.720.030
Aplicações em fundos de investimentos	42	34	28.445	24.343
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	(25.627)	78.862	(89.603)	172.092
Variação cambial	(9.782)	70.727	(12.018)	70.398
Receitas com títulos e valores mobiliários	46.388.929	30.610.354	48.806.359	33.733.943
(Constituição)/reversão de perdas esperadas com títulos e valores mobiliários	1.044	(405.042)	328.142	(325.874)
Resultado com títulos e valores mobiliários	46.389.973	30.205.312	49.134.501	33.408.069



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos de dívida classificados por estágios

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	4.684.446	--	5.782	4.690.228
Títulos públicos federais	4.179.563	--	--	4.179.563
Títulos privados de entidades financeiras	163.892	--	--	163.892
Títulos privados de entidades não financeiras	340.991	--	5.782	346.773
Valor justo em outros resultados abrangentes	672.765.578	--	--	672.765.578
Títulos públicos federais	662.163.694	--	--	662.163.694
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.966.754	--	--	4.966.754
Títulos privados de instituições financeiras	2.214.017	--	--	2.214.017
Títulos privados de entidades não financeiras	3.421.113	--	--	3.421.113
Custo amortizado	64.263.741	--	--	64.263.741
Títulos públicos federais	33.350.140	--	--	33.350.140
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	30.913.601	--	--	30.913.601
Perdas esperadas	(42.884)	--	(2.661)	(45.545)
Total	741.670.881	--	3.121	741.674.002

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	3.664.280	--	5.488	3.669.768
Títulos públicos federais	3.145.059	--	--	3.145.059
Títulos privados de entidades não financeiras	519.221	--	5.488	524.709
Valor justo em outros resultados abrangentes	631.206.625	--	135	631.206.760
Títulos públicos federais	622.475.348	--	--	622.475.348
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	--	--	4.272.141
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	--	--	1.345.929
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.207	--	135	3.113.342
Custo amortizado	72.460.534	--	--	72.460.534
Títulos públicos federais	37.517.318	--	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	34.943.216	--	--	34.943.216
Perdas esperadas	(43.526)	--	(1.292)	(44.818)
Total	707.287.913	--	4.331	707.292.244



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	9.186.417	--	57.433	9.243.850
Títulos públicos federais	4.727.132	--	--	4.727.132
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	821.994	--	--	821.994
Títulos privados de instituições financeiras	196.863	--	--	196.863
Títulos privados de entidades não financeiras	3.440.428	--	57.433	3.497.861
Valor justo em outros resultados abrangentes	681.261.415	--	--	681.261.415
Títulos públicos federais	662.368.883	--	--	662.368.883
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.813.218	--	--	6.813.218
Títulos privados de instituições financeiras	2.247.512	--	--	2.247.512
Títulos privados de entidades não financeiras	9.831.802	--	--	9.831.802
Custo amortizado	76.545.983	--	--	76.545.983
Títulos públicos federais	37.696.465	--	--	37.696.465
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	38.835.610	--	--	38.835.610
Títulos privados de instituições financeiras	13.908	--	--	13.908
Perdas esperadas	(115.929)	--	(16.748)	(132.677)
Total	766.877.886	--	40.685	766.918.571

Consolidado	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	6.627.388	14.610	5.488	6.647.486
Títulos públicos federais	3.560.060	--	--	3.560.060
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	189.892	14.610	--	204.502
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	--	--	28.581
Títulos privados de entidades não financeiras	2.848.855	--	5.488	2.854.343
Valor justo em outros resultados abrangentes	637.793.594	1.612.709	135	639.406.438
Títulos públicos federais	622.680.662	--	--	622.680.662
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.331.013	1.612.709	--	5.943.722
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	--	--	1.358.661
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.258	--	135	9.423.393
Custo amortizado	76.477.958	5.999.930	--	82.477.888
Títulos públicos federais	40.072.141	--	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	36.400.132	5.999.930	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	639	--	--	639
Perdas esperadas	(122.853)	(354.853)	(1.292)	(478.998)
Total	720.776.087	7.272.396	4.331	728.052.814



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Movimentação entre os estágios dos títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	707.331.439	--	5.623	707.337.062
Transferidos para o estágio 1	--	--	(135)	(135)
Transferidos para o estágio 3	(26)	--	--	(26)
Oriundos do estágio 1	--	--	26	26
Oriundos do estágio 3	135	--	--	135
Outras movimentações ¹	34.382.217	--	268	34.382.485
Saldo em 30/06/2026	741.713.765	--	5.782	741.719.547

1 – Ativos comprados ou liquidados.

Consolidado	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	720.898.940	7.627.249	5.623	728.531.812
Transferidos para o estágio 1	--	(7.627.249)	(135)	(7.627.384)
Transferidos para o estágio 3	(26)	--	--	(26)
Oriundos do estágio 1	--	--	26	26
Oriundos do estágio 2	7.627.249	--	--	7.627.249
Oriundos do estágio 3	135	--	--	135
Outras movimentações ¹	38.467.517	--	51.919	38.519.436
Saldo em 30/06/2026	766.993.815	--	57.433	767.051.248

1 – Ativos comprados ou liquidados.

i) Movimentação entre os estágios das perdas com títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	(43.526)	--	(1.292)	(44.818)
Outras movimentações ¹	642	--	(1.369)	(727)
Saldo em 30/06/2026	(42.884)	--	(2.661)	(45.545)

1 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	(122.853)	(354.853)	(1.292)	(478.998)
Transferidos para o estágio 1	--	354.853	--	354.853
Oriundos do estágio 2	(354.853)	--	--	(354.853)
Outras movimentações ¹	361.777	--	(15.456)	346.321
Saldo em 30/06/2026	(115.929)	--	(16.748)	(132.677)

1 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

j) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	30/06/2026				
	Saldo em 31/12/2025	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2026
Valor justo no resultado	(1.722)	(1.437)	--	--	(3.159)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(5.265)	(557)	--	(1.486)	(7.308)
Custo amortizado	(37.831)	3.038	--	(285)	(35.078)
Total	(44.818)	1.044	--	(1.771)	(45.545)

Consolidado	30/06/2026				
	Saldo em 31/12/2025	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2026
Valor justo no resultado	(3.902)	(14.897)	--	-	(18.799)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(138.494)	99.563	--	5.022	(33.909)
Custo amortizado	(336.602)	243.476	--	13.157	(79.969)
Total	(478.998)	328.142	--	18.179	(132.677)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo						Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025			30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Ativo												
Operações a termo ¹	1.706.948	(165.676)	1.541.272	1.096.510	(246.884)	849.626	1.707.402	(165.676)	1.541.726	1.121.430	(244.364)	877.066
Opções	676.125	(243.960)	432.165	887.148	(375.988)	511.160	694.234	(240.169)	454.065	887.148	(375.988)	511.160
Swap	3.168.787	604.354	3.773.141	2.235.990	547.524	2.783.514	3.168.787	604.354	3.773.141	2.235.990	547.524	2.783.514
Outros derivativos ²	271.531	(30.304)	241.227	490.993	(6.714)	484.279	276.703	(30.899)	245.804	492.476	(6.732)	485.744
Total	5.823.391	164.414	5.987.805	4.710.641	(82.062)	4.628.579	5.847.126	167.610	6.014.736	4.737.044	(79.560)	4.657.484
Passivo												
Operações a termo ¹	(5.736.229)	3.432.599	(2.303.630)	(3.127.329)	1.526.760	(1.600.569)	(5.737.103)	3.432.599	(2.304.504)	(3.127.455)	1.526.760	(1.600.695)
Opções	(761.995)	(437.631)	(1.199.626)	(983.261)	169.746	(813.515)	(762.990)	(438.043)	(1.201.033)	(983.261)	169.746	(813.515)
Swap	(1.589.760)	(340.106)	(1.929.866)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)	(1.589.760)	(340.106)	(1.929.866)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)
Outros derivativos ²	(186.397)	5.852	(180.545)	(719.266)	(9.970)	(729.236)	(185.174)	6.233	(178.941)	(719.219)	(7.876)	(727.095)
Total	(8.274.381)	2.660.714	(5.613.667)	(5.987.500)	1.510.751	(4.476.749)	(8.275.027)	2.660.683	(5.614.344)	(5.987.579)	1.512.845	(4.474.734)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo
Contratos de Futuros								
Compromissos de Compra	59.518.018	--	71.533.036	--	60.090.768	--	72.831.474	--
Risco de taxa de juros	46.042.792	--	43.695.170	--	46.042.792	--	43.695.170	--
Risco de moedas	13.211.204	--	27.711.790	--	13.783.954	--	29.010.228	--
Outros riscos	264.022	--	126.076	--	264.022	--	126.076	--
Compromissos de Venda	38.101.076	--	40.492.600	--	39.096.211	--	40.505.425	--
Risco de taxa de juros	28.204.836	--	29.990.599	--	29.035.813	--	29.990.599	--
Risco de moedas	7.644.198	--	7.070.272	--	7.712.006	--	7.083.097	--
Outros riscos	2.252.042	--	3.431.729	--	2.348.392	--	3.431.729	--
Contratos de operações a termo¹								
Posição Ativa	27.405.873	1.541.272	20.830.739	849.626	27.447.484	1.541.726	21.393.178	877.066
Risco de taxa de juros	729.310	461.391	234.821	10.293	729.310	461.391	234.821	10.293
Risco de moedas	25.206.778	859.696	19.219.579	628.553	25.248.389	860.150	19.782.018	655.993
Outros riscos	1.469.785	220.185	1.376.339	210.780	1.469.785	220.185	1.376.339	210.780
Posição Passiva	44.374.941	(2.303.630)	33.567.596	(1.600.569)	44.432.515	(2.304.504)	33.582.674	(1.600.695)
Risco de taxa de juros	1.407.140	(483.887)	2.314.775	(135.615)	1.407.140	(483.887)	2.314.775	(135.615)
Risco de moedas	42.733.779	(1.806.832)	31.155.392	(1.461.676)	42.791.353	(1.807.706)	31.170.470	(1.461.802)
Outros riscos	234.022	(12.911)	97.429	(3.278)	234.022	(12.911)	97.429	(3.278)
Contratos de opções								
Posição comprada	15.504.964	432.165	24.116.314	511.160	15.563.723	454.065	24.116.314	511.160
Risco de moedas	15.504.964	432.165	24.116.314	511.160	15.504.964	432.165	24.116.314	511.160
Outros riscos	--	--	--	--	58.759	21.900	--	--
Posição vendida	16.912.734	(1.199.626)	24.014.075	(813.515)	16.971.493	(1.201.033)	24.014.075	(813.515)
Risco de taxa de juros	906.390	(2.587)	3.543	(7)	906.390	(2.587)	3.543	(7)
Risco de moedas	15.065.337	(1.179.836)	23.562.873	(808.203)	15.065.337	(1.179.836)	23.562.873	(808.203)
Outros riscos	941.007	(17.203)	447.659	(5.305)	999.766	(18.610)	447.659	(5.305)
Contratos de swap								
Posição ativa	31.537.311	3.773.141	40.149.749	2.783.514	31.537.311	3.773.141	40.149.749	2.783.514
Risco de taxa de juros	20.968.427	3.287.188	25.589.130	2.258.294	20.968.427	3.287.188	25.589.130	2.258.294
Risco de moedas	10.568.884	485.953	14.560.619	525.220	10.568.884	485.953	14.560.619	525.220
Posição passiva	23.655.645	(1.929.866)	19.197.847	(1.333.429)	23.655.645	(1.929.866)	19.197.847	(1.333.429)
Risco de taxa de juros	12.971.846	(1.483.139)	9.462.293	(691.990)	12.971.846	(1.483.139)	9.462.293	(691.990)
Risco de moedas	10.683.799	(446.727)	9.735.554	(641.439)	10.683.799	(446.727)	9.735.554	(641.439)
Outros contratos de derivativos²								
Posição ativa	8.570.838	241.227	5.111.233	484.279	8.383.374	245.804	4.469.467	485.744
Risco de moedas	8.570.838	241.227	5.111.233	484.279	8.305.725	244.896	4.441.955	484.279
Outros riscos ³	--	--	--	--	77.649	908	27.512	1.465
Posição passiva	2.295.257	(180.545)	8.118.788	(729.236)	2.054.856	(178.941)	8.107.534	(727.095)
Risco de moedas	2.295.257	(180.545)	8.118.788	(729.236)	2.054.856	(178.941)	8.107.534	(727.095)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

3 – Refere-se a operações de CDS (Credit Default Swap) cujo risco transferido totaliza o montante do valor de referência do contrato da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Valor de referência – Posição ativa Vencimento em Dias	Banco Múltiplo						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2026	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2026	31/12/2025
Contratos de futuros	11.889.524	18.290.289	14.160.814	15.177.391	59.518.018	71.533.036	12.462.274	18.290.289	14.160.814	15.177.391	60.090.768	72.831.474
Contratos de operações a termo	8.360.614	8.664.554	6.670.433	3.710.272	27.405.873	20.830.739	8.402.225	8.664.554	6.670.433	3.710.272	27.447.484	21.393.178
Contratos de opções	1.555.287	3.914.692	3.122.658	6.912.327	15.504.964	24.116.314	1.555.287	3.914.692	3.122.658	6.971.086	15.563.723	24.116.314
Contratos de swap	5.040.277	5.258.958	6.829.311	14.408.765	31.537.311	40.149.749	5.040.277	5.258.958	6.829.311	14.408.765	31.537.311	40.149.749
Outros contratos de derivativos	4.160.847	3.753.474	445.991	210.526	8.570.838	5.111.233	4.238.496	3.488.361	445.991	210.526	8.383.374	4.469.467

Valor de referência – Posição passiva Vencimento em Dias	Banco Múltiplo						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2026	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2026	31/12/2025
Contratos de futuros	7.526.776	4.411.196	9.298.616	16.864.488	38.101.076	40.492.600	7.621.275	4.480.855	9.298.616	17.695.465	39.096.211	40.505.425
Contratos de operações a termo	10.346.957	10.924.733	9.381.638	13.721.613	44.374.941	33.567.596	10.404.531	10.924.733	9.381.638	13.721.613	44.432.515	33.582.674
Contratos de opções	1.812.921	4.846.770	3.347.371	6.905.672	16.912.734	24.014.075	1.812.921	4.846.770	3.347.371	6.964.431	16.971.493	24.014.075
Contratos de swap	3.873.881	2.609.697	998.671	16.173.396	23.655.645	19.197.847	3.873.881	2.609.697	998.671	16.173.396	23.655.645	19.197.847
Outros contratos de derivativos	1.568.606	563.705	162.946	--	2.295.257	8.118.788	1.328.205	563.705	162.946	--	2.054.856	8.107.534

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal)

30/06/2026	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	97.296.131	--	2.968.300	--	--	98.232.592	--	2.968.300	--	--
Exterior	322.963	--	--	--	--	954.387	--	117.518	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	11.773.614	--	31.475.894	10.866.095	--	11.872.799	--	31.475.894	10.438.230
Clientes	--	60.007.200	29.449.398	23.717.062	--	--	60.007.200	29.449.398	23.717.062	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro	16.448.394	15.367.583	16.748.380	15.367.583

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Contratos de futuro	279.760	1.311.144	263.305	1.294.121
Contratos de operações a termo	(2.048.270)	(4.512.269)	(2.088.066)	(4.514.447)
Contratos de opções	(599.973)	(1.553.665)	(596.446)	(1.553.665)
Contratos de swap	911.036	2.420.165	1.009.311	2.420.165
Outros derivativos	69.000	(31.420)	41.749	(76.917)
Total	(1.388.447)	(2.366.045)	(1.370.147)	(2.430.743)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de hedge de valor de mercado e de hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e Swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui carteiras ativas de crédito nas modalidades Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada e Letra de Crédito do Agronegócio pré-fixada (LCA Pré). Para gerenciar esses riscos, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondentes, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos, recursos de instituições financeiras e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar esse risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos de hedge¹				
Ativo	4.857.415	2.215.676	4.857.415	2.215.676
Contratos de swap	2.085.293	2.215.676	2.085.293	2.215.676
Contratos de futuro	2.772.122	--	2.772.122	--
Passivo	(241.249)	(517.308)	(241.249)	(517.308)
Contratos de swap	(195.485)	(468.551)	(195.485)	(468.551)
Contratos de futuro	(45.764)	(48.757)	(45.764)	(48.757)
Itens objeto de hedge				
Ativo	3.449.862	4.236.075	3.449.862	4.236.075
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.404.197	4.187.393	3.404.197	4.187.393
Operações de crédito	45.665	48.682	45.665	48.682
Passivo	(8.051.804)	(5.916.737)	(8.051.804)	(5.916.737)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(6.494.232)	(4.208.772)	(6.494.232)	(4.208.772)
Recursos de instituições financeiras	(1.557.572)	(1.707.965)	(1.557.572)	(1.707.965)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(155.112)	(330.152)	(155.112)	(330.152)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	146.678	325.687	146.678	325.687
Efeito líquido	(8.434)	(4.465)	(8.434)	(4.465)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos de hedge				
Passivo				
Contrato de futuro	(1.725.444)	(1.710.908)	(1.725.444)	(1.710.908)
Itens objeto de hedge				
Ativo				
Investimento líquido no exterior	1.715.248	1.701.698	1.715.248	1.701.698

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(103.744)	(219.018)	(103.744)	(219.018)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	101.984	219.018	101.984	219.018
Efeito líquido ¹	(1.760)	--	(1.760)	--

1 – O impacto no resultado decorrente da parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil foi um ganho de R\$ 4.053 mil no 1º semestre/2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Operações de crédito	1.019.019.297	1.000.256.981	1.042.180.957	1.022.471.407
Empréstimos e direitos creditórios descontados	377.731.870	377.847.057	387.243.331	388.276.355
Financiamentos	198.874.037	197.501.887	201.726.776	198.692.549
Financiamentos rurais	392.069.723	373.579.404	392.069.723	373.579.404
Financiamentos imobiliários	50.262.693	51.239.535	61.060.153	61.834.001
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	80.974	89.098	80.974	89.098
Outros créditos com características de concessão de crédito	200.772.812	204.519.254	202.474.167	206.285.614
Títulos com características de concessão de crédito	96.192.143	101.820.642	96.192.143	101.820.642
Operações com cartão de crédito	58.145.956	60.951.339	59.847.311	62.717.699
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.414.521	26.324.947	26.414.521	26.324.947
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.845.749	7.379.771	7.845.749	7.379.771
Diversos	12.174.443	8.042.555	12.174.443	8.042.555
Operações de arrendamento mercantil	--	--	1.216.600	1.150.006
Total da carteira de crédito	1.219.792.109	1.204.776.235	1.245.871.724	1.229.907.027
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(102.841.970)	(98.004.759)	(103.686.600)	(98.738.685)
Perdas esperadas com operações de crédito	(96.503.513)	(90.110.675)	(97.104.109)	(90.599.522)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(6.338.457)	(7.894.084)	(6.403.436)	(7.952.641)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	--	--	(179.055)	(186.522)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	1.116.950.139	1.106.771.476	1.142.185.124	1.131.168.342

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Resultado de operações de crédito	93.016.556	88.126.408	95.948.070	90.596.197
Empréstimos e direitos creditórios descontados	45.674.238	41.699.669	47.525.035	43.589.299
Financiamentos rurais	18.169.450	16.613.109	18.169.450	16.613.109
Financiamentos	12.381.757	11.209.833	12.502.946	11.241.729
Títulos com características de concessão de crédito	6.744.808	8.109.493	6.744.808	8.109.493
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992	3.442.650	3.104.118	3.442.650	3.279.560
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ¹	2.571.267	3.262.346	3.096.244	3.262.346
Financiamentos imobiliários	2.495.057	2.454.025	2.929.608	2.826.846
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	626.220	958.554	626.220	958.554
Diversos	911.109	715.261	911.109	715.261
Resultado de arrendamento mercantil	--	--	114.583	86.242
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ^{2 3}	(2.682.330)	179.277	(2.682.330)	179.277
Ajuste de hedge de valor justo da carteira de crédito	(316)	3.035	(316)	3.035
Variação cambial da carteira de crédito	(2.548.387)	(12.844.813)	(2.548.381)	(12.843.753)
Total	87.785.523	75.463.907	90.831.626	78.020.998

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 257.990 mil no 1º Semestre/2026 (com impacto no resultado de R\$ 141.894 mil, líquido de tributos), e R\$ 630.856 mil no 1º Semestre/2025 (com impacto no resultado de R\$ 346.971, líquido de tributos). Os valores das carteiras cedidas eram de R\$ 558.796 e R\$ 2.668.165 mil respectivamente.

2 - Inclui despesas no montante de R\$ 286.993 mil (R\$ 157.846 mil, líquido de tributos) no 1º Semestre/2026 e R\$ 339.571 mil (R\$ 186.764 mil, líquido de tributos) no 1º Semestre/2025, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 26.575 mil no 1º Semestre/2026 e R\$ 76.218 mil no 1º Semestre/2025, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis brutos dessas operações eram de R\$ 401.615 mil e R\$ 502.166 mil respectivamente.

3 - Inclui, no 1º Semestre/2026, resultado na cessão de títulos com característica de concessão de crédito. O efeito líquido no resultado da intermediação financeira foi residual, dada a reversão de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2026	%	31/12/2025	%	30/06/2026	%	31/12/2025	%
Setor público	112.030.171	9,2	101.671.109	8,4	112.030.171	9,0	101.671.109	8,3
Administração pública	88.378.497	7,3	79.495.304	6,6	88.378.497	7,1	79.495.304	6,5
Petroleiro	16.325.221	1,3	16.865.575	1,4	16.325.221	1,3	16.865.575	1,4
Serviços	4.931.885	0,4	3.641.104	0,3	4.931.885	0,4	3.641.104	0,3
Energia Elétrica	759.398	0,1	12.804	--	759.398	0,1	12.804	--
Demais atividades	1.635.170	0,1	1.656.322	0,1	1.635.170	0,1	1.656.322	0,1
Setor privado	1.107.761.938	90,8	1.103.105.126	91,6	1.133.841.553	91,0	1.128.235.918	91,7
Pessoa física	733.334.387	60,1	726.490.981	60,3	741.940.272	59,5	733.923.573	59,7
Pessoa jurídica	374.427.551	30,7	376.614.145	31,3	391.901.281	31,5	394.312.345	32,0
Agronegócio de origem vegetal	59.080.446	4,9	55.040.344	4,5	60.747.795	4,8	55.627.408	4,5
Serviços	48.675.581	4,0	49.231.211	4,1	51.920.280	4,2	52.571.121	4,3
Mineração e metalurgia	26.131.449	2,1	23.835.257	2,0	26.830.567	2,2	24.405.973	2,0
Energia Elétrica	23.642.594	1,9	25.548.046	2,1	23.740.597	1,9	25.725.650	2,1
Automotivo	21.451.515	1,8	18.741.559	1,6	23.632.022	1,9	20.878.392	1,7
Agronegócio de origem animal	21.980.505	1,8	19.885.686	1,6	22.457.237	1,8	20.358.676	1,7
Transportes	19.482.925	1,6	20.572.499	1,7	19.987.029	1,6	21.059.441	1,7
Insumos agrícolas	16.983.413	1,4	17.540.950	1,5	16.996.892	1,4	17.553.981	1,4
Comércio varejista	16.183.926	1,3	16.382.496	1,4	16.799.184	1,3	16.989.899	1,4
Químico	16.091.400	1,3	16.021.750	1,3	16.297.064	1,3	16.363.756	1,3
Combustíveis	12.388.073	1,0	15.224.998	1,3	13.318.631	1,1	16.132.820	1,3
Eletroeletrônico	12.996.728	1,1	12.957.876	1,1	13.163.895	1,1	13.055.080	1,1
Atividades específicas da construção	12.741.588	1,0	12.902.877	1,1	12.780.457	1,0	12.941.431	1,1
Imobiliário	9.870.321	0,8	10.915.749	0,9	12.484.543	1,0	13.239.738	1,1
Comércio atacadista e indústrias	9.719.052	0,8	10.026.392	0,8	11.124.264	0,9	11.495.420	0,9
Instituições e serviços financeiros	9.549.929	0,8	10.831.473	0,9	10.371.123	0,8	13.135.940	1,1
Papel e celulose	9.866.132	0,8	9.897.602	0,8	10.031.760	0,8	10.059.686	0,8
Têxtil e confecções	8.143.075	0,7	8.594.525	0,7	8.219.053	0,7	8.661.359	0,7
Madeiro e moveleiro	7.216.226	0,6	7.362.819	0,6	7.269.409	0,6	7.419.285	0,6
Telecomunicações	4.813.250	0,4	4.951.908	0,4	5.301.158	0,4	5.324.959	0,4
Construção pesada	3.200.878	0,3	5.678.017	0,5	3.797.163	0,3	6.251.618	0,5
Demais atividades	4.218.545	0,3	4.470.111	0,4	4.631.158	0,4	5.060.712	0,3
Total	1.219.792.109	100,0	1.204.776.235	100,0	1.245.871.724	100,0	1.229.907.027	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/06/2026
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	3.755.382	5.719.641	19.346.778	1.602.096	41.905.932	72.329.829
31 a 60	3.636.118	5.076.791	16.310.195	1.232.264	12.129.655	38.385.023
61 a 90	5.051.797	4.751.572	16.202.629	681.970	9.754.500	36.442.468
91 a 180	14.896.795	10.555.730	34.128.329	2.951.653	22.519.867	85.052.374
181 a 360	32.039.479	17.714.574	48.506.672	3.998.661	31.216.380	133.475.766
Acima de 360	208.224.747	136.687.081	185.903.524	43.449.825	184.935.852	759.201.029
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	411.123	1.994.342	2.916.401	11.044	687.844	6.020.754
Subtotal	268.015.441	182.499.731	323.314.528	53.927.513	303.150.030	1.130.907.243
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	79.320	189.243	371.341	1.318	492.743	1.133.965
31 a 60	76.590	177.744	316.344	1.574	446.522	1.018.774
61 a 90	73.992	204.160	340.284	1.787	449.185	1.069.408
91 a 180	212.418	539.895	845.900	4.486	1.293.077	2.895.776
181 a 360	576.557	1.409.478	1.926.942	6.090	2.336.111	6.255.178
Acima de 360	5.748.488	7.176.814	7.387.483	316.725	11.982.053	32.611.563
Parcelas vencidas						
01 a 14	43.478	76.946	218.364	718	202.192	541.698
15 a 30	156.315	331.677	1.095.752	263.031	799.749	2.646.524
31 a 60	218.397	861.060	2.383.340	2.468	1.415.653	4.880.918
61 a 90	221.212	778.275	2.664.152	2.388	2.095.435	5.761.462
91 a 180	250.226	1.048.942	3.805.003	8.143	5.159.171	10.271.485
181 a 360	66.617	1.967.470	7.490.020	38.260	5.258.948	14.821.315
Acima de 360	7.671	628.516	2.233.071	9.590	2.097.952	4.976.800
Subtotal	7.731.281	15.390.220	31.077.996	656.578	34.028.791	88.884.866
Total	275.746.722	197.889.951	354.392.524	54.584.091	337.178.821	1.219.792.109



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	1.041.395	3.726.639	20.776.954	1.174.767	48.505.896	75.225.651
31 a 60	1.014.828	2.178.728	17.238.534	460.309	14.245.084	35.137.483
61 a 90	1.184.177	1.666.101	16.348.850	639.296	9.014.065	28.852.489
91 a 180	7.099.972	6.989.430	56.316.347	3.893.652	23.553.762	97.853.163
181 a 360	18.337.104	15.016.271	85.777.528	3.084.246	31.176.744	153.391.893
Acima de 360	142.659.175	92.123.402	272.176.691	34.970.800	186.575.256	728.505.324
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	94.069	930.577	2.567.996	26.334	583.777	4.202.753
Subtotal	171.430.720	122.631.148	471.202.900	44.249.404	313.654.584	1.123.168.756
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	15.566	71.470	340.191	636	372.873	800.736
31 a 60	16.097	77.339	361.163	701	401.799	857.099
61 a 90	16.850	71.897	332.980	535	322.327	744.589
91 a 180	51.896	301.149	1.084.520	2.638	1.012.749	2.452.952
181 a 360	103.072	865.394	2.613.637	6.067	1.844.991	5.433.161
Acima de 360	3.848.299	3.535.540	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.475.591
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.578	32.410	207.024	482	153.644	401.138
15 a 30	84.381	162.891	1.610.332	2.311	917.925	2.777.840
31 a 60	67.754	250.584	3.400.577	5.189	649.153	4.373.257
61 a 90	52.917	214.358	2.600.461	74.945	494.734	3.437.415
91 a 180	90.493	639.529	7.880.599	399.450	1.940.473	10.950.544
181 a 360	75.001	618.660	7.683.638	17.935	5.067.787	13.463.021
Acima de 360	52.481	378.122	1.968.083	15.928	3.025.522	5.440.136
Subtotal	4.482.385	7.219.343	41.164.395	2.180.007	26.561.349	81.607.479
Total	175.913.105	129.850.491	512.367.295	46.429.411	340.215.933	1.204.776.235



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/06/2026
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	3.755.382	5.790.659	20.191.890	1.602.096	47.926.893	79.266.920
31 a 60	3.636.118	5.133.980	16.016.549	1.232.264	13.053.689	39.072.600
61 a 90	5.051.797	4.805.198	16.234.194	681.970	10.269.045	37.042.204
91 a 180	14.896.795	10.691.964	34.082.320	2.951.653	23.945.901	86.568.633
181 a 360	32.039.479	17.945.383	48.581.732	3.998.661	32.562.738	135.127.993
Acima de 360	208.224.747	138.368.080	195.968.661	43.449.825	186.805.854	772.817.167
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	411.123	1.998.143	3.171.072	11.044	738.047	6.329.429
Subtotal	268.015.441	184.733.407	334.246.418	53.927.513	315.302.167	1.156.224.946
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	79.320	189.274	371.341	1.318	492.743	1.133.996
31 a 60	76.590	177.775	316.344	1.574	446.522	1.018.805
61 a 90	73.992	204.190	340.284	1.787	449.185	1.069.438
91 a 180	212.418	539.968	845.900	4.486	1.293.077	2.895.849
181 a 360	576.557	1.409.553	1.926.942	6.090	2.336.111	6.255.253
Acima de 360	5.748.488	7.176.930	7.387.483	316.725	11.982.053	32.611.679
Parcelas vencidas						
01 a 14	43.478	76.973	218.364	718	202.192	541.725
15 a 30	156.315	332.319	1.267.874	263.031	853.138	2.872.677
31 a 60	218.397	861.448	2.467.640	2.468	1.460.411	5.010.364
61 a 90	221.212	778.429	2.692.303	2.388	2.127.927	5.822.259
91 a 180	250.226	1.049.167	3.847.363	8.143	5.249.410	10.404.309
181 a 360	66.617	1.967.744	7.513.743	38.260	5.414.143	15.000.507
Acima de 360	7.671	628.907	2.248.304	9.590	2.115.445	5.009.917
Subtotal	7.731.281	15.392.677	31.443.885	656.578	34.422.357	89.646.778
Total	275.746.722	200.126.084	365.690.303	54.584.091	349.724.524	1.245.871.724



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	1.041.395	3.836.527	21.430.741	1.174.767	53.830.782	81.314.212
31 a 60	1.014.828	2.232.365	16.957.786	460.309	15.066.748	35.732.036
61 a 90	1.184.177	1.700.684	16.326.506	639.296	9.638.740	29.489.403
91 a 180	7.099.972	7.123.430	56.216.048	3.893.652	24.899.349	99.232.451
181 a 360	18.337.104	15.228.088	85.766.500	3.084.246	32.605.273	155.021.211
Acima de 360	142.659.175	93.757.762	281.687.720	34.970.800	189.060.004	742.135.461
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	94.069	932.397	2.872.091	26.334	630.141	4.555.032
Subtotal	171.430.720	124.811.253	481.257.392	44.249.404	325.731.037	1.147.479.806
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	15.566	71.743	340.192	636	372.872	801.009
31 a 60	16.097	77.604	361.163	701	401.799	857.364
61 a 90	16.850	72.148	332.980	535	322.327	744.840
91 a 180	51.896	301.866	1.084.520	2.638	1.012.749	2.453.669
181 a 360	103.072	866.716	2.613.637	6.067	1.844.991	5.434.483
Acima de 360	3.848.299	3.537.288	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.477.339
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.578	32.590	207.024	482	153.644	401.318
15 a 30	84.381	163.570	1.894.871	2.311	974.911	3.120.044
31 a 60	67.754	250.988	3.477.460	5.189	701.614	4.503.005
61 a 90	52.917	214.651	2.612.617	74.945	545.787	3.500.917
91 a 180	90.493	640.334	7.925.435	399.450	2.027.858	11.083.570
181 a 360	75.001	620.237	7.698.790	17.935	5.168.828	13.580.791
Acima de 360	52.481	380.342	1.987.062	15.928	3.033.059	5.468.872
Subtotal	4.482.385	7.230.077	41.616.941	2.180.007	26.917.811	82.427.221
Total	175.913.105	132.041.330	522.874.333	46.429.411	352.648.848	1.229.907.027



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

30/06/2026	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	892.869.584	(17.085.333)	28.201.274	(9.258.455)	97.948.439	(70.159.725)	1.019.019.297	(96.503.513)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	310.279.983	(3.580.454)	15.325.404	(4.678.099)	52.126.483	(37.083.994)	377.731.870	(45.342.547)
Financiamentos	191.745.302	(478.168)	1.708.215	(330.967)	5.420.520	(3.849.238)	198.874.037	(4.658.373)
Financiamentos rurais	346.349.957	(12.978.765)	10.076.277	(4.224.739)	35.643.489	(28.518.785)	392.069.723	(45.722.289)
Financiamentos imobiliários	44.413.404	(47.944)	1.091.343	(24.650)	4.757.946	(707.708)	50.262.693	(780.302)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	80.938	(2)	35	--	1	--	80.974	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	187.470.353	(718.546)	3.022.603	(545.632)	10.279.856	(5.074.279)	200.772.812	(6.338.457)
Títulos com características de concessão de crédito	89.117.769	(158.467)	669.156	(82.055)	6.405.218	(2.831.065)	96.192.143	(3.071.587)
Operações com cartão de crédito	54.691.740	(492.656)	1.810.293	(345.001)	1.643.923	(1.060.874)	58.145.956	(1.898.531)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	24.533.780	(45.245)	298.006	(57.738)	1.582.735	(692.756)	26.414.521	(795.739)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.845.644	(10.841)	--	--	105	(105)	7.845.749	(10.946)
Diversos	11.281.420	(11.337)	245.148	(60.838)	647.875	(489.479)	12.174.443	(561.654)
Total da carteira de crédito	1.080.339.937	(17.803.879)	31.223.877	(9.804.087)	108.228.295	(75.234.004)	1.219.792.109	(102.841.970)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	877.348.543	(13.423.335)	31.054.966	(11.112.626)	91.853.472	(65.574.714)	1.000.256.981	(90.110.675)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	317.245.223	(4.073.460)	12.638.526	(4.127.826)	47.963.308	(34.361.641)	377.847.057	(42.562.927)
Financiamentos	190.312.731	(534.672)	1.804.849	(355.925)	5.384.307	(4.169.901)	197.501.887	(5.060.498)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	44.925.908	(51.063)	1.528.180	(36.447)	4.785.447	(1.025.859)	51.239.535	(1.113.369)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	190.243.549	(960.517)	4.392.472	(689.814)	9.883.233	(6.243.753)	204.519.254	(7.894.084)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	58.879.078	(646.010)	1.763.864	(270.274)	308.397	(211.935)	60.951.339	(1.128.219)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Total da carteira de crédito	1.067.592.092	(14.383.852)	35.447.438	(11.802.440)	101.736.705	(71.818.467)	1.204.776.235	(98.004.759)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30/06/2026	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	914.968.599	(17.297.565)	28.726.824	(9.299.007)	98.485.534	(70.507.537)	1.042.180.957	(97.104.109)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	319.016.153	(3.621.032)	15.664.174	(4.706.320)	52.563.004	(37.377.359)	387.243.331	(45.704.711)
Financiamentos	194.433.047	(481.119)	1.834.774	(339.661)	5.458.955	(3.870.021)	201.726.776	(4.690.801)
Financiamentos rurais	346.349.957	(12.978.765)	10.076.277	(4.224.739)	35.643.489	(28.518.785)	392.069.723	(45.722.289)
Financiamentos imobiliários	55.088.504	(216.647)	1.151.564	(28.287)	4.820.085	(741.372)	61.060.153	(986.306)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	80.938	(2)	35	--	1	--	80.974	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	189.038.626	(742.884)	3.126.347	(567.244)	10.309.194	(5.093.308)	202.474.167	(6.403.436)
Títulos com características de concessão de crédito	89.117.769	(158.467)	669.156	(82.055)	6.405.218	(2.831.065)	96.192.143	(3.071.587)
Operações com cartão de crédito	56.260.013	(516.994)	1.914.037	(366.613)	1.673.261	(1.079.903)	59.847.311	(1.963.510)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	24.533.780	(45.245)	298.006	(57.738)	1.582.735	(692.756)	26.414.521	(795.739)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.845.644	(10.841)	--	--	105	(105)	7.845.749	(10.946)
Diversos	11.281.420	(11.337)	245.148	(60.838)	647.875	(489.479)	12.174.443	(561.654)
Operações de arrendamento mercantil	1.032.517	(3.288)	8.312	(883)	175.771	(174.884)	1.216.600	(179.055)
Total da carteira de crédito	1.105.039.742	(18.043.737)	31.861.483	(9.867.134)	108.970.499	(75.775.729)	1.245.871.724	(103.686.600)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	898.787.258	(13.620.072)	31.422.920	(11.144.738)	92.261.229	(65.834.712)	1.022.471.407	(90.599.522)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.724	(4.103.521)	12.831.998	(4.154.366)	48.288.633	(34.572.077)	388.276.355	(42.829.964)
Financiamentos	191.421.019	(534.777)	1.858.162	(356.175)	5.413.368	(4.186.861)	198.692.549	(5.077.813)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(217.634)	1.649.349	(41.769)	4.838.818	(1.058.461)	61.834.001	(1.317.864)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	191.862.482	(977.070)	4.513.407	(713.798)	9.909.725	(6.261.773)	206.285.614	(7.952.641)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(662.563)	1.884.799	(294.258)	334.889	(229.955)	62.717.699	(1.186.776)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Operações de arrendamento mercantil	962.901	(2.907)	2.079	(487)	185.026	(183.128)	1.150.006	(186.522)
Total da carteira de crédito	1.091.612.641	(14.600.049)	35.938.406	(11.859.023)	102.355.980	(72.279.613)	1.229.907.027	(98.738.685)

1 – Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 – Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades

Banco Múltiplo	31/12/2025	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2026
Estágio 1	1.067.592.092	48.632.340	--	(13.072.665)	(22.811.830)	--	1.080.339.937
Operações de crédito	877.348.543	43.776.072	--	(10.243.917)	(18.011.114)	--	892.869.584
Empréstimos e direitos creditórios descontados	317.245.223	9.601.844	--	(7.166.923)	(9.400.161)	--	310.279.983
Financiamentos	190.312.731	3.759.342	--	(664.069)	(1.662.702)	--	191.745.302
Financiamentos rurais	324.775.989	30.934.657	--	(2.552.817)	(6.807.872)	--	346.349.957
Financiamentos imobiliários	44.925.908	(512.019)	--	139.821	(140.306)	--	44.413.404
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(7.752)	--	71	(73)	--	80.938
Outros créditos com características de concessão de crédito	190.243.549	4.856.268	--	(2.828.748)	(4.800.716)	--	187.470.353
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	60.452	--	(584.663)	(1.791.088)	--	89.117.769
Operações com cartão de crédito	58.879.078	(601.309)	--	(2.096.654)	(1.489.375)	--	54.691.740
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	1.005.468	--	(126.980)	(1.446.372)	--	24.533.780
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	465.978	--	--	--	--	7.845.644
Diversos	7.450.073	3.925.679	--	(20.451)	(73.881)	--	11.281.420
Estágio 2	35.447.438	(210.527)	13.072.665	--	(17.085.699)	--	31.223.877
Operações de crédito	31.054.966	2.071.981	10.243.917	--	(15.169.590)	--	28.201.274
Empréstimos e direitos creditórios descontados	12.638.526	2.492.881	7.166.923	--	(6.972.926)	--	15.325.404
Financiamentos	1.804.849	(370.784)	664.069	--	(389.919)	--	1.708.215
Financiamentos rurais	15.083.143	(37.283)	2.552.817	--	(7.522.400)	--	10.076.277
Financiamentos imobiliários	1.528.180	(12.671)	(139.821)	--	(284.345)	--	1.091.343
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	268	(162)	(71)	--	--	--	35
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.392.472	(2.282.508)	2.828.748	--	(1.916.109)	--	3.022.603
Títulos com características de concessão de crédito	2.054.894	(976.132)	584.663	--	(994.269)	--	669.156
Operações com cartão de crédito	1.763.864	(1.158.905)	2.096.654	--	(891.320)	--	1.810.293
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	327.931	(152.215)	126.980	--	(4.690)	--	298.006
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	105	--	--	--	(105)	--	--
Diversos	245.678	4.744	20.451	--	(25.725)	--	245.148
Estágio 3	101.736.705	(2.799.671)	22.811.830	17.085.699	--	(30.606.268)	108.228.295
Operações de crédito	91.853.472	(507.842)	18.011.114	15.169.590	--	(26.577.895)	97.948.439
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.963.308	215.440	9.400.161	6.972.926	--	(12.425.352)	52.126.483
Financiamentos	5.384.307	125.242	1.662.702	389.919	--	(2.141.650)	5.420.520
Financiamentos rurais	33.720.272	(792.808)	6.807.872	7.522.400	--	(11.614.247)	35.643.489
Financiamentos imobiliários	4.785.447	(55.506)	140.306	284.345	--	(396.646)	4.757.946
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	138	(210)	73	--	--	--	1
Outros créditos com características de concessão de crédito	9.883.233	(2.291.829)	4.800.716	1.916.109	--	(4.028.373)	10.279.856
Títulos com características de concessão de crédito	8.332.680	(4.343.061)	1.791.088	994.269	--	(369.758)	6.405.218
Operações com cartão de crédito	308.397	2.351.841	1.489.375	891.320	--	(3.397.010)	1.643.923
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	895.352	(709.207)	1.446.372	4.690	--	(54.472)	1.582.735
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	--	--	--	105	--	--	105
Diversos	346.804	408.598	73.881	25.725	--	(207.133)	647.875
Total da carteira de crédito	1.204.776.235	45.622.142	35.884.495	4.013.034	(39.897.529)	(30.606.268)	1.219.792.109

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/12/2025	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2026
Estágio 1	1.091.612.641	49.675.688	--	(13.321.485)	(22.927.102)	--	1.105.039.742
Operações de crédito	898.787.258	44.723.828	--	(10.433.586)	(18.108.901)	--	914.968.599
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.724	8.637.800	--	(7.297.967)	(9.479.404)	--	319.016.153
Financiamentos	191.421.019	5.445.013	--	(756.791)	(1.676.194)	--	194.433.047
Financiamentos rurais	324.775.989	30.934.657	--	(2.552.817)	(6.807.872)	--	346.349.957
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(285.890)	--	173.918	(145.358)	--	55.088.504
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(7.752)	--	71	(73)	--	80.938
Outros créditos com características de concessão de crédito	191.862.482	4.872.450	--	(2.879.567)	(4.816.739)	--	189.038.626
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	60.452	--	(584.663)	(1.791.088)	--	89.117.769
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(585.127)	--	(2.147.473)	(1.505.398)	--	56.260.013
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	1.005.468	--	(126.980)	(1.446.372)	--	24.533.780
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	465.978	--	--	--	--	7.845.644
Diversos	7.450.073	3.925.679	--	(20.451)	(73.881)	--	11.281.420
Operações de arrendamento mercantil	962.901	79.410	--	(8.332)	(1.462)	--	1.032.517
Estágio 2	35.938.406	(206.077)	13.321.485	--	(17.192.331)	--	31.861.483
Operações de crédito	31.422.920	2.144.011	10.433.586	--	(15.273.693)	--	28.726.824
Empréstimos e direitos creditórios descontados	12.831.998	2.581.787	7.297.967	--	(7.047.578)	--	15.664.174
Financiamentos	1.858.162	(373.722)	756.791	--	(406.457)	--	1.834.774
Financiamentos rurais	15.083.143	(37.283)	2.552.817	--	(7.522.400)	--	10.076.277
Financiamentos imobiliários	1.649.349	(26.609)	(173.918)	--	(297.258)	--	1.151.564
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	268	(162)	(71)	--	--	--	35
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.513.407	(2.348.626)	2.879.567	--	(1.918.001)	--	3.126.347
Títulos com características de concessão de crédito	2.054.894	(976.132)	584.663	--	(994.269)	--	669.156
Operações com cartão de crédito	1.884.799	(1.225.023)	2.147.473	--	(893.212)	--	1.914.037
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	327.931	(152.215)	126.980	--	(4.690)	--	298.006
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	105	--	--	--	(105)	--	--
Diversos	245.678	4.744	20.451	--	(25.725)	--	245.148
Operações de arrendamento mercantil	2.079	(1.462)	8.332	--	(637)	--	8.312
Estágio 3	102.355.980	(2.747.038)	22.927.102	17.192.331	--	(30.757.876)	108.970.499
Operações de crédito	92.261.229	(438.042)	18.108.901	15.273.693	--	(26.720.247)	98.485.534
Empréstimos e direitos creditórios descontados	48.288.633	292.093	9.479.404	7.047.578	--	(12.544.704)	52.563.004
Financiamentos	5.413.368	125.851	1.676.194	406.457	--	(2.162.915)	5.458.955
Financiamentos rurais	33.720.272	(792.808)	6.807.872	7.522.400	--	(11.614.247)	35.643.489
Financiamentos imobiliários	4.838.818	(62.968)	145.358	297.258	--	(398.381)	4.820.085
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	138	(210)	73	--	--	--	1
Outros créditos com características de concessão de crédito	9.909.725	(2.306.881)	4.816.739	1.918.001	--	(4.028.390)	10.309.194
Títulos com características de concessão de crédito	8.332.680	(4.343.061)	1.791.088	994.269	--	(369.758)	6.405.218
Operações com cartão de crédito	334.889	2.336.789	1.505.398	893.212	--	(3.397.027)	1.673.261
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	895.352	(709.207)	1.446.372	4.690	--	(54.472)	1.582.735
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	--	--	--	105	--	--	105
Diversos	346.804	408.598	73.881	25.725	--	(207.133)	647.875
Operações de arrendamento mercantil	185.026	(2.115)	1.462	637	--	(9.239)	175.771
Total da carteira de crédito	1.229.907.027	46.722.573	36.248.587	3.870.846	(40.119.433)	(30.757.876)	1.245.871.724

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	31/12/2025	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2026
Estágio 1	14.383.852	2.908.373	--	476.005	35.649	--	17.803.879
Operações de crédito	13.423.335	2.911.747	--	546.626	203.625	--	17.085.333
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.073.460	(835.273)	--	(64.398)	406.665	--	3.580.454
Financiamentos	534.672	(103.253)	--	29.283	17.466	--	478.168
Financiamentos rurais	8.764.137	3.875.517	--	572.976	(233.865)	--	12.978.765
Financiamentos imobiliários	51.063	(25.243)	--	8.765	13.359	--	47.944
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	3	(1)	--	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	960.517	(3.374)	--	(70.621)	(167.976)	--	718.546
Títulos com características de concessão de crédito	244.930	(54.633)	--	(10.395)	(21.435)	--	158.467
Operações com cartão de crédito	646.010	49.592	--	(59.835)	(143.111)	--	492.656
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	49.786	(1.171)	--	(251)	(3.119)	--	45.245
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	13.359	(2.518)	--	--	--	--	10.841
Diversos	6.432	5.356	--	(140)	(311)	--	11.337
Estágio 2	11.802.440	4.993.242	(476.005)	--	(6.515.590)	--	9.804.087
Operações de crédito	11.112.626	4.946.562	(546.626)	--	(6.254.107)	--	9.258.455
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.127.826	2.922.516	64.398	--	(2.436.641)	--	4.678.099
Financiamentos	355.925	85.470	(29.283)	--	(81.145)	--	330.967
Financiamentos rurais	6.592.428	1.932.038	(572.976)	--	(3.726.751)	--	4.224.739
Financiamentos imobiliários	36.447	6.538	(8.765)	--	(9.570)	--	24.650
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	689.814	46.680	70.621	--	(261.483)	--	545.632
Títulos com características de concessão de crédito	308.573	(157.615)	10.395	--	(79.298)	--	82.055
Operações com cartão de crédito	270.274	191.261	59.835	--	(176.369)	--	345.001
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	46.812	2.973	251	--	7.702	--	57.738
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	53	--	--	--	(53)	--	--
Diversos	64.102	10.061	140	--	(13.465)	--	60.838
Estágio 3	71.818.467	27.541.864	(35.649)	6.515.590	--	(30.606.268)	75.234.004
Operações de crédito	65.574.714	25.112.424	(203.625)	6.254.107	--	(26.577.895)	70.159.725
Empréstimos e direitos creditórios descontados	34.361.641	13.117.729	(406.665)	2.436.641	--	(12.425.352)	37.083.994
Financiamentos	4.169.901	1.757.308	(17.466)	81.145	--	(2.141.650)	3.849.238
Financiamentos rurais	26.017.313	10.155.103	233.865	3.726.751	--	(11.614.247)	28.518.785
Financiamentos imobiliários	1.025.859	82.284	(13.359)	9.570	--	(396.646)	707.708
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.243.753	2.429.440	167.976	261.483	--	(4.028.373)	5.074.279
Títulos com características de concessão de crédito	5.182.849	(2.082.759)	21.435	79.298	--	(369.758)	2.831.065
Operações com cartão de crédito	211.935	3.926.469	143.111	176.369	--	(3.397.010)	1.060.874
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	595.167	156.644	3.119	(7.702)	--	(54.472)	692.756
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	--	52	--	53	--	--	105
Diversos	253.802	429.034	311	13.465	--	(207.133)	489.479
Total da carteira de crédito	98.004.759	35.443.479	(511.654)	6.991.595	(6.479.941)	(30.606.268)	102.841.970

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/12/2025	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2026
Estágio 1	14.600.049	2.917.391	--	483.426	42.871	--	18.043.737
Operações de crédito	13.620.072	2.915.689	--	551.584	210.220	--	17.297.565
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.103.521	(826.614)	--	(61.656)	405.781	--	3.621.032
Financiamentos	534.777	(100.464)	--	29.277	17.529	--	481.119
Financiamentos rurais	8.764.137	3.875.517	--	572.976	(233.865)	--	12.978.765
Financiamentos imobiliários	217.634	(32.749)	--	10.987	20.775	--	216.647
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	3	(1)	--	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	977.070	1.586	--	(68.282)	(167.490)	--	742.884
Títulos com características de concessão de crédito	244.930	(54.633)	--	(10.395)	(21.435)	--	158.467
Operações com cartão de crédito	662.563	54.552	--	(57.496)	(142.625)	--	516.994
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	49.786	(1.171)	--	(251)	(3.119)	--	45.245
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	13.359	(2.518)	--	--	--	--	10.841
Diversos	6.432	5.356	--	(140)	(311)	--	11.337
Operações de arrendamento mercantil	2.907	116	--	124	141	--	3.288
Estágio 2	11.859.023	5.018.009	(483.426)	--	(6.526.472)	--	9.867.134
Operações de crédito	11.144.738	4.970.695	(551.584)	--	(6.264.842)	--	9.299.007
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.154.366	2.939.336	61.656	--	(2.449.038)	--	4.706.320
Financiamentos	356.175	93.780	(29.277)	--	(81.017)	--	339.661
Financiamentos rurais	6.592.428	1.932.038	(572.976)	--	(3.726.751)	--	4.224.739
Financiamentos imobiliários	41.769	5.541	(10.987)	--	(8.036)	--	28.287
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	713.798	46.629	68.282	--	(261.465)	--	567.244
Títulos com características de concessão de crédito	308.573	(157.615)	10.395	--	(79.298)	--	82.055
Operações com cartão de crédito	294.258	191.210	57.496	--	(176.351)	--	366.613
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	46.812	2.973	251	--	7.702	--	57.738
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	53	--	--	--	(53)	--	--
Diversos	64.102	10.061	140	--	(13.465)	--	60.838
Operações de arrendamento mercantil	487	685	(124)	--	(165)	--	883
Estágio 3	72.279.613	27.770.391	(42.871)	6.526.472	--	(30.757.876)	75.775.729
Operações de crédito	65.834.712	25.338.450	(210.220)	6.264.842	--	(26.720.247)	70.507.537
Empréstimos e direitos creditórios descontados	34.572.077	13.306.729	(405.781)	2.449.038	--	(12.544.704)	37.377.359
Financiamentos	4.186.861	1.782.587	(17.529)	81.017	--	(2.162.915)	3.870.021
Financiamentos rurais	26.017.313	10.155.103	233.865	3.726.751	--	(11.614.247)	28.518.785
Financiamentos imobiliários	1.058.461	94.031	(20.775)	8.036	--	(398.381)	741.372
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	--	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.261.773	2.430.970	167.490	261.465	--	(4.028.390)	5.093.308
Títulos com características de concessão de crédito	5.182.849	(2.082.759)	21.435	79.298	--	(369.758)	2.831.065
Operações com cartão de crédito	229.955	3.927.999	142.625	176.351	--	(3.397.027)	1.079.903
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	595.167	156.644	3.119	(7.702)	--	(54.472)	692.756
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	--	52	--	53	--	--	105
Diversos	253.802	429.034	311	13.465	--	(207.133)	489.479
Operações de arrendamento mercantil	183.128	971	(141)	165	--	(9.239)	174.884
Total da carteira de crédito	98.738.685	35.705.791	(526.297)	7.009.898	(6.483.601)	(30.757.876)	103.686.600

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Saldo inicial ¹	(98.004.759)	(80.118.007)	(98.738.685)	(80.420.049)
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(35.454.757)	(28.733.360)	(35.798.852)	(28.880.147)
Variação cambial - provisões no exterior	11.278	128.001	93.061	150.932
Baixas para prejuízo	30.606.268	19.880.003	30.757.876	19.901.248
Saldo final	(102.841.970)	(88.843.363)	(103.686.600)	(89.248.016)

1 - No 1º Semestre/2025, o saldo inicial corresponde a 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

i) Créditos renegociados

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Saldo inicial	79.769.609	70.539.842
Renegociações	7.398.842	9.528.894
Reestruturações	11.621.101	11.082.137
(Recebimento) e apropriação de juros	(15.194.798)	(10.092.284)
Baixas para prejuízo	(9.856.417)	(6.774.335)
Saldo final ¹	73.738.337	74.284.254
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	56,8%	48,7%

1 - Inclui o montante de R\$ 47 mil (R\$ 139 mil em 30/06/2025) referente a créditos rurais em atraso renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 66.464.360 mil (R\$ 57.744.248 no 1º Semestre/2025) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Concentração das operações de crédito

	30/06/2026	% da Carteira	31/12/2025	% da Carteira
Maior devedor	16.306.859	1,3	16.865.580	1,4
10 maiores devedores	73.268.579	6,0	70.206.927	5,8
20 maiores devedores	108.137.145	8,9	108.349.035	9,0
50 maiores devedores	163.890.589	13,4	164.877.583	13,7
100 maiores devedores	206.326.805	16,9	203.608.832	16,9

k) Direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural

Fontes de recursos sujeitas a cumprimento de exigibilidade	Safrá 2025/2026 ¹				
	Volume para cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (a)	Volume em cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (b)	Percentual de cumprimento da exigibilidade (b)/(a)	Custos diretos e indiretos de observância ²	Custos por descumprimento das exigibilidades ²
Obrigatórios dos depósitos à vista	34.859.041	35.774.217	102,6%	--	--
Poupança rural	135.066.539	136.141.349	100,8%	--	--
Letras de crédito do agronegócio – LCA ³	132.558.017	132.768.536	100,2%	--	--

1 - Refere-se à posição em 30/06/2026, encerramento da safra 2025/2026.

2 - Sem ocorrências nas últimas 5 safras.

3 - A fonte LCA possui dinâmica distinta das demais sujeitas ao cumprimento de exigibilidade, no que se refere ao período de captação conforme disposto no Manual do Crédito Rural - MCR do Bacen. O volume para cumprimento dessa exigibilidade corresponde às captações realizadas no período de junho a maio do ano seguinte e, portanto, podem sofrer alteração ao longo do período da safra.

A exigibilidade é entendida como sendo o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural, o valor correspondente a percentual definido pelo Bacen, para cada ano agrícola (período compreendido entre 01 de julho do ano e 30 de junho do ano seguinte). O cálculo é realizado sobre a base de saldos médios diários das captações das referidas fontes sujeitas a cumprimento de exigibilidade. Atualmente, para o ano agrícola ou safra 2025/2026, tem-se definidos os seguintes percentuais de cumprimento das exigibilidades: Poupança – 70%, Depósitos à Vista – 31,5% e LCA – 60%.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Banco Múltiplo	30/06/2026															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	625.422.296	124.949.171	80.083	750.451.550	23.479.781	678.457	--	24.158.238	76.597.112	61.478	--	76.658.590	725.499.189	125.689.106	80.083	851.268.378
Varejo PF	295.715.240	122.548.940	80.083	418.344.263	13.868.526	678.291	--	14.546.817	44.547.782	60.617	--	44.608.399	354.131.548	123.287.848	80.083	477.499.479
Produtor rural	329.707.056	2.400.231	--	332.107.287	9.611.255	166	--	9.611.421	32.049.330	861	--	32.050.191	371.367.641	2.401.258	--	373.768.899
Pessoas jurídicas	454.917.641	99.958.500	19.713.232	574.589.373	7.744.096	117.741	4.738	7.866.575	31.631.183	25.525	822.279	32.478.987	494.292.920	100.101.766	20.540.249	614.934.935
Atacado	321.654.578	74.323.592	19.482.422	415.460.592	3.324.821	23.994	322	3.349.137	17.409.251	16.413	818.472	18.244.136	342.388.650	74.363.999	20.301.216	437.053.865
Varejo MPE	85.379.421	24.991.890	230.810	110.602.121	4.194.274	93.497	4.416	4.292.187	12.147.961	9.111	3.807	12.160.879	101.721.656	25.094.498	239.033	127.055.187
Produtor rural	47.883.642	643.018	--	48.526.660	225.001	250	--	225.251	2.073.971	1	--	2.073.972	50.182.614	643.269	--	50.825.883
Total	1.080.339.937	224.907.671	19.793.315	1.325.040.923	31.223.877	796.198	4.738	32.024.813	108.228.295	87.003	822.279	109.137.577	1.219.792.109	225.790.872	20.620.332	1.466.203.313
%	81,5%	17,0%	1,5%	100,0%	97,5%	2,5%	0,0%	100,0%	99,2%	0,1%	0,7%	100,0%	83,2%	15,4%	1,4%	100,0%

Banco Múltiplo	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	623.581.392	122.297.111	87.260	745.965.763	26.580.924	279.844	--	26.860.768	68.957.958	44.562	--	69.002.520	719.120.274	122.621.517	87.260	841.829.051
Varejo PF	303.539.529	120.261.234	87.260	423.888.023	11.993.639	279.482	--	12.273.121	38.613.723	43.716	--	38.657.439	354.146.891	120.584.432	87.260	474.818.583
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	444.010.700	106.730.042	17.451.419	568.192.161	8.866.514	116.062	4.955	8.987.531	32.778.747	13.295	589.398	33.381.440	485.655.961	106.859.399	18.045.772	610.561.132
Atacado	312.478.697	79.337.110	16.483.337	408.299.144	3.740.071	28.573	157	3.768.801	20.033.848	6.189	585.925	20.625.962	336.252.616	79.371.872	17.069.419	432.693.907
Varejo MPE	91.275.302	25.946.372	968.082	118.189.756	4.896.471	87.089	4.798	4.988.358	12.071.951	7.106	3.473	12.082.530	108.243.724	26.040.567	976.353	135.260.644
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.067.592.092	229.027.153	17.538.679	1.314.157.924	35.447.438	395.906	4.955	35.848.299	101.736.705	57.857	589.398	102.383.960	1.204.776.235	229.480.916	18.133.032	1.452.390.183
%	81,3%	17,4%	1,3%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	83,0%	15,8%	1,2%	100,0%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	30/06/2026															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	639.733.843	124.949.171	80.561	764.763.575	23.880.373	678.457	--	24.558.830	77.229.337	61.478	--	77.290.815	740.843.553	125.689.106	80.561	866.613.220
Varejo PF	310.026.787	122.548.940	80.561	432.656.288	14.269.118	678.291	--	14.947.409	45.180.007	60.617	--	45.240.624	369.475.912	123.287.848	80.561	492.844.321
Produtor rural	329.707.056	2.400.231	--	332.107.287	9.611.255	166	--	9.611.421	32.049.330	861	--	32.050.191	371.367.641	2.401.258	--	373.768.899
Pessoas jurídicas	465.305.899	106.054.926	19.665.271	591.026.096	7.981.110	117.741	4.738	8.103.589	31.741.162	25.525	822.279	32.588.966	505.028.171	106.198.192	20.492.288	631.718.651
Atacado	321.723.362	80.420.018	19.434.461	421.577.841	3.307.516	23.994	322	3.331.832	17.474.185	16.413	818.472	18.309.070	342.505.063	80.460.425	20.253.255	443.218.743
Varejo MPE	95.698.895	24.991.890	230.810	120.921.595	4.448.593	93.497	4.416	4.546.506	12.193.006	9.111	3.807	12.205.924	112.340.494	25.094.498	239.033	137.674.025
Produtor rural	47.883.642	643.018	--	48.526.660	225.001	250	--	225.251	2.073.971	1	--	2.073.972	50.182.614	643.269	--	50.825.883
Total	1.105.039.742	231.004.097	19.745.832	1.355.789.671	31.861.483	796.198	4.738	32.662.419	108.970.499	87.003	822.279	109.879.781	1.245.871.724	231.887.298	20.572.849	1.498.331.871
%	81,5%	17,0%	1,5%	100,0%	97,6%	2,4%	0,0%	100,0%	99,2%	0,1%	0,7%	100,0%	83,1%	15,5%	1,4%	100,0%

Consolidado	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	637.488.377	122.297.111	87.768	759.873.256	27.309.860	279.844	--	27.589.704	69.600.402	44.562	--	69.644.964	734.398.639	122.621.517	87.768	857.107.924
Varejo PF	317.446.514	120.261.234	87.768	437.795.516	12.722.575	279.482	--	13.002.057	39.256.167	43.716	--	39.299.883	369.425.256	120.584.432	87.768	490.097.456
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	454.124.264	110.432.665	17.466.745	582.023.674	8.628.546	116.062	4.955	8.749.563	32.755.578	13.295	589.398	33.358.271	495.508.388	110.562.022	18.061.098	624.131.508
Atacado	313.078.069	83.039.733	16.254.993	412.372.795	3.459.812	28.573	157	3.488.542	19.994.360	6.189	585.925	20.586.474	336.532.241	83.074.495	16.841.075	436.447.811
Varejo MPE	100.789.494	25.946.372	1.211.752	127.947.618	4.938.762	87.089	4.798	5.030.649	12.088.270	7.106	3.473	12.098.849	117.816.526	26.040.567	1.220.023	145.077.116
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.091.612.641	232.729.776	17.554.513	1.341.896.930	35.938.406	395.906	4.955	36.339.267	102.355.980	57.857	589.398	103.003.235	1.229.907.027	233.183.539	18.148.866	1.481.239.432
%	81,4%	17,3%	1,3%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	83,0%	15,8%	1,2%	100,0%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Outros ativos financeiros	70.690.455	71.046.449	74.118.205	70.850.381
Devedores por depósitos em garantia	39.343.699	38.220.956	40.167.959	39.250.337
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 28.f)	12.764.815	12.367.543	12.764.815	12.367.543
Rendas a receber	10.281.002	13.303.385	12.193.620	11.410.337
Títulos e créditos a receber ¹	2.143.655	3.238.860	2.273.724	3.408.244
Negociação e intermediação de valores	1.085.400	1.314.155	1.597.135	1.899.056
Fundo de Compensação de Variações Salariais	620.111	598.591	620.111	598.591
Demais	4.451.773	2.002.959	4.500.841	1.916.273
Outros ativos	36.400.526	37.388.944	38.776.522	39.815.755
Ativos atuariais (Nota 28.e)	22.781.663	31.774.493	22.781.663	31.774.493
Devedores diversos	6.646.980	3.736.712	7.282.057	4.361.550
Despesas Antecipadas ²	5.576.959	1.261.336	5.785.920	1.416.294
Mantidos para venda - Recebidos	227.398	197.488	227.677	197.772
Mantidos para venda - Próprios	63.970	116.920	73.974	128.556
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	5.499	5.349	59.066	54.286
Demais	1.098.057	296.646	2.566.165	1.882.804

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 91.845 mil, provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R\$ 803.292 mil.

2 - Inclui antecipação de contribuições ordinárias realizada em março de 2026, à vista, ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), a ser deduzida das futuras contribuições ordinárias periódicas atribuíveis ao Banco.

b) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Rendas a receber	(4.395.314)	(4.030.649)	(4.395.314)	(4.030.649)
Títulos e créditos a receber	(573.057)	(572.972)	(918.328)	(852.825)
Demais	(195.444)	(149.530)	(195.447)	(149.535)
Total	(5.163.815)	(4.753.151)	(5.509.089)	(5.033.009)

c) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Saldo inicial ¹	(4.753.151)	(3.915.265)	(5.033.009)	(4.095.408)
(Constituição)/reversão	(420.588)	(517.074)	(487.754)	(596.005)
Variação cambial - provisões no exterior	--	--	(1.747)	28.148
Baixas para prejuízo/outros ajustes	9.924	(5.929)	13.421	(5.704)
Saldo final	(5.163.815)	(4.438.268)	(5.509.089)	(4.668.969)

1 - No 1º semestre/2025, refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 – Investimento

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado¹	Lucro líquido 1º Semestre/2026	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações - 1º Semestre/2026			Saldo contábil	Resultado de equivalência
				Ordinárias	Preferenciais		31/12/2025	Dividendos/JCP	Outros eventos²	Resultado de equivalência	30/06/2026	1º Semestre/2025
No país							32.206.836	(5.455.406)	(143.824)	7.055.905	33.663.511	6.952.129
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	10.657.573	751.348	10.000	--	100,00%	9.907.668	--	(1.443)	751.348	10.657.573	892.138
BB Seguridade Participações S.A. ³ ⁴	6.269.692	10.333.796	4.561.148	1.325.000	--	68,26%	6.702.003	(2.627.852)	(134.028)	3.113.214	7.053.337	2.995.578
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.853.771	195.459	3.000	--	100,00%	4.843.998	(185.686)	--	195.459	4.853.771	176.599
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.961.691	952.024	1.096.653	600.952	50,00%	6.339.492	(367.000)	32.341	476.012	6.480.845	466.841
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	772.128	190.029	3.790	--	100,00%	780.473	(190.029)	(8.345)	190.029	772.128	356.317
BB Tecnologia e Serviços	299.749	686.098	62.262	2	2	100,00%	648.378	(21.062)	(3.481)	62.262	686.097	80.079
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.328.640	967.234	14	--	100,00%	1.142.448	(781.041)	(1)	967.234	1.328.640	807.953
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	1.191.207	1.429.558	1.245.521	100.000	--	100,00%	1.428.199	(1.245.521)	1.359	1.245.521	1.429.558	1.119.633
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	41.871	17.538	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	17.538	41.871	16.209
Outras participações	--	--	--	--	--		389.844	(37.215)	(30.226)	37.288	359.691	40.782
No exterior⁵							8.857.395	(165.695)	(592.732)	1.259.136	9.358.104	1.182.513
Banco Patagonia S.A.	2.512	6.235.297	1.508.100	578.117	--	80,39%	4.389.342	(165.695)	(423.481)	1.212.352	5.012.518	1.093.736
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.294.200	35.380	211.023	--	100,00%	1.338.027	--	(79.207)	35.380	1.294.200	150.261
Banco do Brasil AG	403.143	823.619	36.572	638	--	100,00%	857.188	--	(70.141)	36.572	823.619	10.874
Banco do Brasil Securities LLC	27.903	383.045	2.649	5.000	--	100,00%	422.924	--	(42.528)	2.649	383.045	546
Banco do Brasil Americas	991.319	1.803.063	154.028	36.250	--	100,00%	1.806.736	--	(157.701)	154.028	1.803.063	108.837
BB USA Holding Company	--	675	(10)	--	--	100,00%	728	--	(43)	(10)	675	(14)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							42.450	--	(1.466)	--	40.984	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas⁵							--	--	181.835	(181.835)	--	(181.727)
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							41.064.231	(5.621.101)	(736.556)	8.315.041	43.021.615	8.134.642
(Provisão para perdas)							(34.653)	--	2.398	--	(32.255)	--

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 51.900.250 mil (R\$ 47.898.750 mil em 31/12/2025).

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro líquido 1º Semestre/2026	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações - 1º Semestre/2026			Saldo contábil	Resultado de equivalência
				Ordinárias	Preferenciais		31/12/2025	Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	30/06/2026	1º Semestre/2025
Coligadas³ e controladas em conjunto⁴												
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.961.691	952.024	1.096.653	600.952	50,00%	6.339.492	(367.000)	32.342	476.012	6.480.846	466.841
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	220.000	8.207.961	446.701	88.000	2.613.402	30,00%	2.850.334	(231.658)	(290.298)	134.010	2.462.388	141.181
Cielo S.A. ⁶	5.700.000	11.674.670	566.759	778.320	--	29,17%	3.240.221	--	23	165.327	3.405.571	195.785
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁷	3.529.257	6.783.267	1.141.651	879	1.759	74,99%	5.239.601	(797.674)	(211.053)	856.170	5.087.044	640.008
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	1.469.848	2.637.093	2.320.629	944.858	1.889.339	74,99%	2.237.728	(2.014.153)	13.741	1.740.240	1.977.556	1.855.442
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	403.000	960.589	179.333	107.989	159.308	66,77%	685.207	(163.581)	--	119.736	641.362	85.249
Elo Participações Ltda. ⁸	347.309	3.132.070	653.854	173.620	--	49,99%	1.233.804	(101.720)	105.209	328.428	1.565.721	386.104
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.490.005	6.895	1.954.245	--	49,99%	731.434	--	9.973	3.447	744.854	14.619
Outras Participações							495.578	(45.315)	(31.372)	55.057	473.948	97.416
Resultado não realizado ⁹							(2.664.692)	--	80.727	--	(2.583.965)	--
Total							20.388.708	(3.721.101)	(290.708)	3.878.427	20.255.325	3.882.645
(Provisão para perdas)							(6.155)	--	4.680	--	(1.475)	--

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno S.A., por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno.

6 - Participação indireta do Banco na Cielo S.A., por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 49,28%, em virtude das participações da Livel S.A. e Elo Participações Ltda na Cielo.

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS S.A.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1-Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

30/06/2026	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	73.390.016	482.816.771	107.777.422	1.922.711	25.125	1.687.010	372.557	6.393.903
Ativos não circulantes	80.620.951	18.900.865	8.891.842	7.408.982	2.978.245	6.522.791	1.261.003	7.616.051
Passivos circulantes	94.878.700	68.486.195	94.819.344	1.118.383	1.202	579.228	143.555	11.601.023
Passivos não circulantes	46.148.591	426.435.062	10.175.250	5.349	--	4.354.121	--	1.448.342
Passivos contingentes	530.229	24.595	165.015	5.349	--	8.796	--	1.439.066
Lucro líquido – 1º Semestre/2026	961.453	1.140.646	566.759	446.701	2.320.629	867.479	6.895	156.022
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	(9.429)	1.005	--	--	--	(213.624)	--	23.310
Lucro líquido ajustado – 1º Semestre/2026	952.024	1.141.651	566.759	446.701	2.320.629	653.854	6.895	179.333
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	476.012	856.170	165.327	134.010	1.740.240	328.428	3.447	119.736
Outros resultados abrangentes	64.680	(281.421)	80	386.129	10.740	(3.163)	350	--
Resultado abrangente total	1.016.704	860.230	566.839	832.830	2.331.369	650.691	7.246	179.333
Patrimônio líquido	12.983.676	6.796.379	11.674.670	8.207.961	3.002.168	3.276.452	1.490.005	960.589
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	(21.985)	(13.113)	--	--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.961.691	6.783.267	11.674.670	8.207.961	2.637.093	3.132.070	1.490.005	960.589
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.480.846	5.087.044	3.405.571	2.462.388	1.977.556	1.565.721	744.854	641.362
Resultado não realizado	--	--	--	2.161.717	--	--	422.248	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	58.825.166	453.243.360	111.786.970	3.444.825	259.029	1.433.582	459.710	6.105.601
Ativos não circulantes	79.483.296	19.205.216	9.688.939	7.613.443	3.091.442	6.152.357	1.258.722	7.815.008
Passivos circulantes	85.350.659	64.976.583	100.201.588	1.552.426	1.361	597.993	255.271	11.494.042
Passivos não circulantes	40.275.288	400.471.202	10.166.490	4.730	--	4.375.462	--	1.400.310
Passivos contingentes	577.555	24.962	151.740	4.730	--	19.185	--	1.390.970
Lucro líquido – Exercício/2025	1.851.366	1.606.369	1.888.055	1.314.345	5.065.160	2.045.025	42.732	318.165
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	2.726	152.002	--	--	--	(81.524)	--	(49.803)
Lucro líquido ajustado – Exercício/2025	1.854.092	1.758.371	1.888.055	1.314.345	5.065.160	1.963.501	42.732	268.362
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	927.046	1.318.673	550.757	394.303	3.798.364	981.554	26.383	179.179
Outros resultados abrangentes	421.759	487.011	169.676	--	(22.495)	--	184.694	(20.633)
Resultado abrangente total	2.275.851	2.245.382	2.057.731	1.314.345	5.042.665	1.963.501	227.426	247.729
Patrimônio líquido	12.682.515	7.000.791	11.107.831	9.501.112	3.349.110	2.612.484	1.463.161	1.026.257
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e outros ajustes	(3.530)	(14.100)	--	--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.678.985	6.986.691	11.107.831	9.501.112	2.984.035	2.468.101	1.463.161	1.026.257
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.339.493	5.239.601	3.240.221	2.850.334	2.237.728	1.233.804	731.434	685.207
Resultado não realizado	--	--	--	2.219.620	--	--	445.072	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – Imobilizado

Banco Múltiplo	Taxa anual de depreciação	31/12/2025	1º Semestre/2026		30/06/2026			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	4.541.880	402.605	(233.179)	10.957.708	(6.228.924)	(17.478)	4.711.306
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.400.566	197.704	(204.101)	5.085.689	(2.691.389)	(131)	2.394.169
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	4.070.779	1.086.374	(445.024)	9.113.338	(4.401.209)	--	4.712.129
Imobilizações em curso	--	1.291.670	83.304	--	1.374.974	--	--	1.374.974
Terrenos	--	296.968	(5.220)	--	291.748	--	--	291.748
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	286.459	19.939	(26.152)	797.094	(511.793)	(5.055)	280.246
Instalações	10%	123.336	18.313	(11.786)	1.026.348	(896.485)	--	129.863
Veículos	10 a 20%	5.355	(3)	(381)	13.644	(8.673)	--	4.971
Obras de arte	--	2.131	(37)	--	2.094	--	--	2.094
Imobilizado em estoque	--	728	(11)	--	717	--	--	717
Total		13.019.872	1.802.968	(920.623)	28.663.354	(14.738.473)	(22.664)	13.902.217
Direito de uso								
Edificações		3.947.539	361.816	(502.022)	4.687.515	(880.182)	--	3.807.333
Total		16.967.411	2.164.784	(1.422.645)	33.350.869	(15.618.655)	(22.664)	17.709.550

Consolidado	Taxa anual de depreciação	31/12/2025	1º Semestre/2026		30/06/2026			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	4.557.196	404.700	(238.102)	10.999.834	(6.256.246)	(19.794)	4.723.794
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.613.066	214.549	(222.673)	5.422.994	(2.817.454)	(598)	2.604.942
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	4.175.134	1.102.190	(461.767)	9.338.826	(4.523.269)	--	4.815.557
Imobilizações em curso	--	1.292.813	85.532	--	1.378.345	--	--	1.378.345
Terrenos	--	299.030	(5.248)	--	293.782	--	--	293.782
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	296.670	22.515	(29.630)	813.539	(518.929)	(5.055)	289.555
Instalações	10%	132.806	18.828	(12.464)	1.039.601	(900.431)	--	139.170
Veículos	10 a 20%	7.397	518	(691)	16.972	(9.748)	--	7.224
Obras de arte	--	2.752	(59)	--	2.693	--	--	2.693
Imobilizado em estoque	--	729	(12)	--	717	--	--	717
Total		13.377.593	1.843.513	(965.327)	29.307.303	(15.026.077)	(25.447)	14.255.779
Direito de uso								
Edificações		4.143.631	395.786	(540.264)	5.007.568	(1.008.415)	--	3.999.153
Total		17.521.224	2.239.299	(1.505.591)	34.314.871	(16.034.492)	(25.447)	18.254.932



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 31/12/2025	5.270.922	6.682.106	11.953.028	5.270.922	6.705.179	57.692	954	12.034.747
Movimentações								
Adições	35.859	1.716.133	1.751.992	35.859	1.719.419	--	--	1.755.278
Variação cambial	--	(2.114)	(2.114)	--	(2.202)	(1.575)	(75)	(3.852)
Baixas	--	(63.038)	(63.038)	--	(63.341)	--	--	(63.341)
Amortização	(982.085)	(471.774)	(1.453.859)	(982.085)	(474.747)	(4.491)	--	(1.461.323)
Saldos em 30/06/2026	4.324.696	7.861.313	12.186.009	4.324.696	7.884.308	51.626	879	12.261.509
Valor de custo	10.130.051	13.725.637	23.855.688	10.130.051	13.812.184	461.041	879	24.404.155
Amortização acumulada	(5.790.480)	(5.839.666)	(11.630.146)	(5.790.480)	(5.903.218)	(379.524)	--	(12.073.222)
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.875)	(24.658)	(39.533)	(14.875)	(24.658)	(29.891)	--	(69.424)
Estimativa de amortização	4.324.696	7.861.313	12.186.009	4.324.696	7.884.308	51.626	--	12.260.630
2026	952.186	393.066	1.345.252	952.186	394.215	9.233	--	1.355.634
2027	1.647.247	786.131	2.433.378	1.647.247	788.431	9.782	--	2.445.460
2028	706.413	786.131	1.492.544	706.413	788.431	9.669	--	1.504.513
2029	645.695	786.131	1.431.826	645.695	788.431	9.498	--	1.443.624
2030	190.825	786.131	976.956	190.825	788.431	9.423	--	988.679
Após 2030	182.330	4.323.723	4.506.053	182.330	4.336.369	4.021	--	4.522.720

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda do país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. ¹	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	7,50 %	32,28 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.

2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No período apresentado, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo	618.715.106	560.668.565	651.428.676	590.567.475
Moeda nacional	307.828.075	269.494.033	307.828.075	269.494.033
Judiciais	281.111.164	263.446.160	281.288.644	263.612.005
Moedas estrangeiras	15.214.627	14.155.857	47.750.717	43.888.922
Regime especial ¹	8.215.389	7.802.204	8.215.389	7.802.204
Garantias de terceiros ²	4.112.409	3.572.481	4.112.409	3.572.481
Funproger (Nota 17.e)	886.089	828.782	886.089	828.782
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	190.126	221.971	190.126	221.971
Outros	1.157.227	1.147.077	1.157.227	1.147.077
Depósitos de poupança	216.111.514	215.188.602	216.111.514	215.188.602
Pessoas físicas	207.934.568	207.500.608	207.934.568	207.500.608
Pessoas jurídicas	7.859.281	7.377.227	7.859.281	7.377.227
Ligadas	302.128	296.947	302.128	296.947
Instituições do sistema financeiro	15.537	13.820	15.537	13.820
Depósitos à vista	79.734.546	84.623.023	86.329.123	92.013.242
Pessoas físicas	36.838.223	40.099.199	40.522.972	40.099.199
Pessoas jurídicas	23.615.812	31.993.487	26.640.708	35.134.864
Vinculados ³	13.779.800	7.944.070	13.781.183	7.946.524
Governos	2.893.089	2.732.283	2.893.089	2.732.283
Domiciliados no exterior	879.076	168.209	876.402	163.897
Ligadas	473.386	625.098	441.114	4.941.733
Especiais do Tesouro Nacional	380.063	15.506	380.063	15.506
Instituições do sistema financeiro	461.867	479.603	376.115	409.157
Moedas estrangeiras	266.487	375.375	266.487	375.375
Outros	146.743	190.193	150.990	194.704
Outros depósitos	149.524	168.130	149.524	168.130
Total	914.710.690	860.648.320	954.018.837	897.937.449

1 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

2 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

3 - Inclui o montante de R\$ 1.223.159 mil (R\$ 2.471.727 mil em 31/12/2025), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo ¹	281.106.450	22.557.869	28.990.319	149.585.852	136.474.616	618.715.106	560.668.565
Depósitos de poupança	216.111.514	--	--	--	--	216.111.514	215.188.602
Depósitos à vista	79.734.546	--	--	--	--	79.734.546	84.623.023
Outros depósitos	149.524	--	--	--	--	149.524	168.130
Total	577.102.034	22.557.869	28.990.319	149.585.852	136.474.616	914.710.690	860.648.320

1 - Inclui o valor de R\$ 182.886.358 mil (R\$ 160.946.222 mil em 31/12/2025), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo ¹	281.106.450	49.675.993	33.478.588	150.167.428	137.000.217	651.428.676	590.567.475
Depósitos de poupança	216.111.514	--	--	--	--	216.111.514	215.188.602
Depósitos à vista	86.329.123	--	--	--	--	86.329.123	92.013.242
Outros depósitos	149.524	--	--	--	--	149.524	168.130
Total	583.696.611	49.675.993	33.478.588	150.167.428	137.000.217	954.018.837	897.937.449

1 - Inclui o valor de R\$ 182.886.358 mil (R\$ 160.946.222 mil em 31/12/2025), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Depósitos a prazo	(28.886.525)	(24.624.633)	(30.405.879)	(26.811.287)
Judiciais	(14.759.277)	(12.958.888)	(14.760.447)	(12.960.463)
Demais	(14.127.248)	(11.665.745)	(15.645.432)	(13.850.824)
Depósitos de poupança	(8.065.542)	(7.933.291)	(8.065.542)	(7.933.291)
Variação cambial de recursos de clientes	27.140	(155.941)	27.140	(195.362)
Total	(36.924.927)	(32.713.865)	(38.444.281)	(34.939.940)

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ¹	Devolução de Recursos		30/06/2026			31/12/2025		
		Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total
Proger Urbano				32.655	153.807	186.462	28.347	188.544	216.891
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	32.655	153.807	186.462	28.347	188.544	216.891
Outros				680	2.984	3.664	1.014	4.066	5.080
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	680	2.984	3.664	1.014	4.066	5.080
Total				33.335	156.791	190.126	29.361	192.610	221.971

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31/12/2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01/01/2018.



O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, instituídos no âmbito do FAT nos termos da Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre critérios de remuneração aplicáveis aos saldos disponíveis dos depósitos especiais do FAT, conforme deliberações do Codefat. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	702.733.823	632.211.590	685.501.796	609.233.273
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	88.199.718	84.362.178	88.761.023	84.822.811
Depósitos interfinanceiros	76.571.061	38.391.097	71.064.875	32.893.966
Obrigações por operações vinculadas a cessão	81.070	89.197	81.070	89.197
Total	867.585.672	755.054.062	845.408.764	727.039.247

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Carteira própria	550.044.150	505.229.549	533.313.455	482.263.422
Letras Financeiras do Tesouro	522.812.448	459.170.642	509.526.063	439.758.808
Títulos privados	16.746.035	26.629.663	16.746.035	26.629.663
Títulos no exterior	10.485.667	11.116.469	7.041.357	7.656.375
Letras do Tesouro Nacional	--	8.312.775	--	8.218.576
Carteira de terceiros	152.689.673	126.982.041	152.188.341	126.969.851
Letras Financeiras do Tesouro	90.362.572	52.510.997	89.937.211	52.510.997
Notas do Tesouro Nacional	46.729.061	15.111.835	46.729.061	15.111.835
Letras do Tesouro Nacional	15.598.040	59.359.209	15.522.069	59.343.209
Títulos no exterior	--	--	--	3.810
Total	702.733.823	632.211.590	685.501.796	609.233.273

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo						
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
Tomados junto a banqueiros	4.886.453	12.410.554	12.458.296	4.236.991	--	33.992.294	32.128.719
Importação	171.207	240.380	77.314	--	--	488.901	320.809
Total	5.057.660	12.650.934	12.535.610	4.236.991	--	34.481.195	32.449.528

	Consolidado						
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
Tomados junto a banqueiros	5.397.637	12.445.595	12.468.400	4.241.965	--	34.553.597	32.589.352
Importação	171.209	240.380	77.314	--	--	488.903	320.809
Total	5.568.846	12.685.975	12.545.714	4.241.965	--	35.042.500	32.910.161



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses**Do país - instituições oficiais**

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Tesouro Nacional		1.786.601	1.249.845	1.786.601	1.249.845
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	130.981	506	130.981	506
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845	9.845	9.845
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMCI	Pré 1,00%	1.640.311	1.233.191	1.640.311	1.233.191
Outros		5.464	6.303	5.464	6.303
BNDES	Pré 0,50% a 15,17% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 0,76 a 2,08% Var. Camb. 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	17.210.854	15.869.546	17.210.854	15.869.546
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	25.229.750	25.522.638	25.229.750	25.522.638
Finame	Pré 0,75% a 17,69% TJLP + 2,10% Selic + 0,75% a 1,41% TFBD + 0,95% a 6,47%	8.118.064	7.647.495	8.118.064	7.647.495
Outras Instituições Oficiais		473.608	647.199	473.608	647.199
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 13,00% a 14,50% Funding 10,00% a 11,50%	473.580	647.171	473.580	647.171
Outros		28	28	28	28
Total		52.818.877	50.936.723	52.818.877	50.936.723

Do exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022	899.646	975.927	899.646	975.927
Total	899.646	975.927	899.646	975.927

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Captações no mercado aberto	(47.030.709)	(41.248.676)	(45.934.251)	(40.116.351)
Carteira própria	(34.813.319)	(21.169.392)	(33.845.826)	(20.262.342)
Carteira de terceiros	(12.217.390)	(20.079.284)	(12.088.425)	(19.854.009)
Depósitos interfinanceiros	(2.264.044)	(1.053.210)	(1.961.545)	(762.101)
Obrigações por Empréstimos	(855.730)	(1.196.441)	(965.227)	(1.297.688)
Obrigações por repasses	(2.270.804)	(1.995.205)	(2.270.804)	(1.995.205)
Caixa Econômica Federal	(890.347)	(890.350)	(890.347)	(890.350)
BNDES	(611.109)	(508.009)	(611.109)	(508.009)
Finame	(511.883)	(314.998)	(511.883)	(314.998)
Do exterior	(162.597)	(226.097)	(162.597)	(226.097)
Tesouro Nacional	(14.726)	(3.318)	(14.726)	(3.318)
Outras	(80.142)	(52.433)	(80.142)	(52.433)
Variação cambial dos recursos de instituições financeiras ¹	2.426.413	14.225.375	2.246.966	14.125.096
Total	(49.994.874)	(31.268.157)	(48.884.861)	(30.046.249)

¹-Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	248.998.097	280.797.197	256.902.181	289.751.933
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	43.271.990	45.885.187	39.171.990	41.785.187
Total	292.270.087	326.682.384	296.074.171	331.537.120

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
Banco Múltiplo						248.998.097	280.797.197
Programa "Global Medium - Term Notes" ¹						18.569.266	17.212.145
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	290.753	290.309
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	--	398.464
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	583.645	604.569
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	769.393	700.724
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	3.903.789	4.132.061
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.641.808	2.806.812
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	3.899.062	4.139.934
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	3.899.370	4.139.272
	USD	500.000	5,63%	2026	2031	2.581.446	--
Certificados de Depósitos ²						5.069.930	5.295.722
Curto prazo			0,99% a 16,25%			4.948.293	5.173.363
Longo prazo			3,02% a 16,25%		2028	121.637	122.359
Certificados de Operações Estruturadas						715.933	275.050
Curto prazo			11,36% a 15,77% DI		2027	714.719	271.674
Longo prazo			12,48% a 14,02% DI		2028	1.214	3.376
Letras de Crédito Imobiliário			65,00% a 97,00% DI 100% da TR + 7,71%			15.439.855	16.103.911
Curto prazo					2026	4.509.985	4.410.417
Longo prazo					2029	10.929.870	11.693.494
Letras de Crédito do Agronegócio			65,00% a 99,00% DI 8,67% a 14,70% a.a.			183.376.000	213.144.186
Curto prazo					2028	49.070.938	42.544.901
Longo prazo					2030	134.305.062	170.599.285
Letras financeiras			100,00% do DI + 0,30% a 0,35%			25.827.113	28.766.183
Curto prazo					2026	22.681.146	18.007.386
Longo prazo					2028	3.145.967	10.758.797
Banco Patagonia						246.243	262.538
Curto prazo	USD	47.222	6,25%	2025	2026	246.243	262.538
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³						7.676.492	8.715.196
Securitização do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior ³							
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	--	110.200
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	2022 e 2023	2029	2.715.099	3.298.903
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	683.004	758.909
Notas Estruturadas ³							
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	2014 e 2015	2034	2.616.787	2.780.707
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.661.602	1.766.477
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(18.651)	(22.998)
Total						256.902.181	289.751.933

1 - As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, em reais, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos emitidos no exterior em USD, EUR e BRL.

3 - Informações sobre a EPE Dollar e a EPE Loans podem ser obtidas na Nota 2.e.

4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste¹						8.801.069	11.734.759
Letras Financeiras Subordinadas						30.358.861	30.015.161
		20.000	100%CDI + 2,75	2021	Perpétuo	--	21.360
		2.328.600	100%CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.640.984	2.440.658
		199.800	100%CDI + 2,50	2023	Perpétuo	199.882	217.327
		2.639.600	100%CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.983.563	2.761.931
		5.180.100	100%CDI + 1,20	2024	Perpétuo	5.799.616	5.396.182
		2.750.700	100%CDI + 1,90	2024	Perpétuo	2.910.113	3.149.014
		14.093.300	100%CDI + 1,30	2025	Perpétuo	15.514.716	15.693.687
		300.000	100%CDI + 1,25	2025	Perpétuo	309.987	335.002
Bônus Perpétuos						4.112.060	4.135.267
	BRL	4.100.000	5,50% ²	2012	Perpétuo	4.112.060	4.135.267
Total – Banco Múltiplo						43.271.990	45.885.187
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(4.100.000)	(4.100.000)
Total Consolidado						39.171.990	41.785.187

1 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

2 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 27.492.100 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 31.612.100 mil em 31/12/2025), vide Nota 30.f.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(15.690.225)	(16.455.002)	(15.991.662)	(16.824.525)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(12.147.688)	(13.240.021)	(12.147.688)	(13.240.021)
Letras financeiras	(1.774.652)	(1.745.363)	(1.774.652)	(1.745.363)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(809.914)	(632.880)	(1.111.351)	(1.002.403)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(930.127)	(823.754)	(930.127)	(823.754)
Certificados de Operações Estruturadas	(27.844)	(12.984)	(27.844)	(12.984)
Dívidas subordinadas	(2.265.942)	(1.963.819)	(2.265.942)	(1.963.819)
Bônus e letras financeiras perpétuos	(2.265.942)	(1.963.819)	(2.265.942)	(1.963.819)
Total	(17.956.167)	(18.418.821)	(18.257.604)	(18.788.344)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Outros passivos financeiros	186.060.874	193.394.905	185.382.773	192.627.318
Operações com cartão de crédito/débito	54.135.543	57.621.672	54.747.718	58.285.771
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	34.878.487	46.434.377	34.878.488	46.434.377
Passivos de arrendamento	4.126.216	4.166.194	4.341.890	4.381.612
Fundos financeiros e de desenvolvimento	68.225.807	62.189.713	68.225.807	62.189.713
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO ¹	52.714.215	47.245.963	52.714.215	47.245.963
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	5.197.108	5.277.364	5.197.108	5.277.364
Marinha Mercante	4.395.234	4.962.643	4.395.234	4.962.643
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	3.007.371	2.852.672	3.007.371	2.852.672
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	1.522.377	1.459.293	1.522.377	1.459.293
Pasep	183.932	123.735	183.932	123.735
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	88.107	85.722	88.107	85.722
Outros	1.117.463	182.321	1.117.463	182.321
Negociação e intermediação de valores	3.663.141	4.371.897	432.587	404.306
Demais	21.031.680	18.611.052	22.756.283	20.931.539
Outros passivos	42.245.412	36.862.963	52.575.459	46.727.068
Credores diversos	14.822.460	17.253.923	16.075.180	18.257.325
Passivos atuariais (Nota 28.e)	12.757.981	10.715.698	12.757.981	10.715.698
Comissões a apropriar	--	--	6.143.090	6.130.044
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	6.082.281	5.180.176	6.082.281	5.180.176
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.686.079	661.182	5.698.185	679.914
Obrigações por convênios oficiais	1.556.257	1.470.268	1.556.257	1.470.268
Obrigações sociais e estatutárias	876.045	1.132.718	888.545	1.154.195
Rendas antecipadas	8.043	8.519	97.564	102.875
Demais	456.266	440.479	3.276.376	3.036.573

¹ - A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.f). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 50.041.078 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 2.673.136 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

b) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(1.011.418)	(909.175)	(1.011.418)	(909.175)
Variação cambial de outros passivos	3.414.380	4.881.471	3.503.912	4.941.850
Demais	(1.309.228)	(1.333.476)	(1.297.168)	(1.301.376)
Total	1.093.734	2.638.820	1.195.326	2.731.299



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.



No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019. Em 03/06/2026, o julgamento foi iniciado com a realização das sustentações orais. Na sequência, o julgamento foi suspenso.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenando solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), com acréscimo de correção monetária e juros de mora sobre eventual indébito. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE nº 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento de mérito pelo STF. Paralelamente, o ministro relator encaminhou os autos ao Núcleo de Solução consensual de Conflitos para a realização de mediação.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Demandas cíveis				
Saldo inicial	20.107.078	14.766.177	20.282.228	14.928.656
Constituição	5.419.089	6.172.007	5.466.587	6.231.769
Reversão da provisão	(2.411.165)	(2.306.044)	(2.441.858)	(2.346.012)
Baixa por pagamento	(1.941.141)	(1.850.869)	(1.941.141)	(1.863.396)
Atualização monetária e variação cambial	1.165.422	507.590	1.171.302	506.939
Saldo final	22.339.283	17.288.861	22.537.118	17.457.956
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	7.992.978	7.630.188	8.047.937	7.679.384
Constituição	1.759.614	1.719.816	1.764.676	1.729.998
Reversão da provisão	(901.641)	(870.670)	(902.795)	(879.673)
Baixa por pagamento	(1.218.586)	(1.240.410)	(1.222.193)	(1.244.861)
Atualização monetária e variação cambial	384.088	361.382	387.334	361.989
Saldo final	8.016.453	7.600.306	8.074.959	7.646.837
Demandas fiscais				
Saldo inicial	1.355.935	1.584.401	1.559.635	1.750.418
Constituição	79.331	215.133	83.831	235.864
Reversão da provisão	(63.833)	(106.644)	(110.607)	(110.376)
Baixa por pagamento	(54.670)	(92.382)	(177.281)	(93.354)
Atualização monetária e variação cambial	58.759	63.796	69.545	69.867
Saldo final	1.375.522	1.664.304	1.425.123	1.852.419
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	31.731.258	26.553.471	32.037.200	26.957.212

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	16.836.154	7.249.067	726.117	17.011.059	7.307.558	757.639
acima de 5 anos	5.503.129	767.386	649.405	5.526.059	767.401	667.484
Total	22.339.283	8.016.453	1.375.522	22.537.118	8.074.959	1.425.123

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Demandas fiscais	12.777.823	12.258.057	13.947.982	13.366.086
Demandas cíveis	2.625.671	2.277.752	2.654.570	2.305.913
Demandas trabalhistas	109.460	72.912	136.061	98.390
Total	15.512.954	14.608.721	16.738.613	15.770.389

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- IRPJ e CSLL – R\$ 4.911.005 mil: litígios decorrentes da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R\$ 3.127.503 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Demandas Cíveis	20.465.865	19.823.420	20.516.809	19.869.516
Demandas Fiscais	9.851.217	9.646.279	10.492.911	10.499.731
Demandas Trabalhistas	9.016.455	8.740.303	9.047.769	8.770.296
Total	39.333.537	38.210.002	40.057.489	39.139.543

b) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.489.664)	(5.759.223)	(5.488.015)	(5.802.139)
Cíveis	(4.173.346)	(4.376.410)	(4.196.031)	(4.394.470)
Trabalhistas	(1.242.061)	(1.210.528)	(1.249.215)	(1.212.314)
Fiscais	(74.257)	(172.285)	(42.769)	(195.355)
Outras	(6.234)	(12.666)	(6.234)	(12.666)
Outras	(6.234)	(12.666)	(6.234)	(12.666)
Total	(5.495.898)	(5.771.889)	(5.494.249)	(5.814.805)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Valores Correntes	150.361	(82.045)	(2.855.366)	(2.949.671)
IR e CSLL no país	205.803	(8.069)	(2.405.493)	(2.646.816)
Imposto de renda no exterior	(55.442)	(73.976)	(449.873)	(302.855)
Valores diferidos	6.513.094	5.711.669	6.507.807	5.779.549
Passivos fiscais diferidos	(2.543.748)	(307.067)	(2.724.896)	(419.995)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	(18.597)	(29.562)
Marcação a mercado	(721.100)	1.183.077	(851.985)	1.102.930
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(1.038.986)	(979.559)	(1.038.986)	(979.559)
Lucros do exterior	(690.937)	(510.585)	(690.937)	(510.585)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(92.173)	--	(123.479)	--
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	10.271	10.271
Outros	(552)	--	(11.183)	(13.490)
Ativos fiscais diferidos	9.056.842	6.018.736	9.232.703	6.199.544
Diferenças temporárias	772.487	6.477.720	739.104	6.565.872
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	8.061.455	--	8.061.455	--
Marcação a mercado	237.334	(158.944)	446.578	(66.288)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(14.434)	(300.040)	(14.434)	(300.040)
Total	6.663.455	5.629.624	3.652.441	2.829.878

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Resultado antes dos tributos e participações	274.408	5.519.259	5.089.459	9.909.398
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(123.484)	(2.483.667)	(2.290.257)	(4.459.229)
Encargos JCP	806.277	1.474.594	806.277	1.474.594
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	3.812.020	3.716.740	1.744.212	1.728.128
Participação de empregados no lucro	317.892	562.632	320.359	565.199
Outros valores ¹	1.850.750	2.359.325	3.071.850	3.521.186
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	6.663.455	5.629.624	3.652.441	2.829.878

1- Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Cofins	(2.315.979)	(2.152.351)	(2.928.291)	(2.730.623)
ISSQN	(480.336)	(463.903)	(736.401)	(708.182)
PIS/Pasep	(376.618)	(349.972)	(499.172)	(465.540)
Outras	(112.880)	(105.590)	(487.850)	(471.215)
Total	(3.285.813)	(3.071.816)	(4.651.714)	(4.375.560)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	7.563.360	12.472.759	7.563.360	12.472.759
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.922.241	1.832.748	2.929.036	1.841.397
Decorrentes de lucros do exterior	690.937	--	690.937	--
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144	134.144	134.144
Operações em mercados de liquidação futura	102.162	--	135.655	--
Ajuste da carteira de leasing	--	--	162.945	144.348
Dependências no exterior	21.895	16.561	21.895	16.561
Outros	68.649	52.650	171.041	145.195
Total dos passivos fiscais diferidos	11.503.388	14.508.862	11.809.013	14.754.404
Imposto de Renda	5.994.603	7.497.325	6.241.803	7.706.197
Contribuição Social	4.769.609	5.976.462	4.803.681	5.995.064
Cofins	635.431	889.968	655.593	904.846
PIS/Pasep	103.745	145.107	107.936	148.297

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	31/12/2025	1º Semestre/2026		30/06/2026
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	85.049.960	22.702.721	(21.157.803)	86.594.878
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	55.475.417	20.156.586	(13.751.722)	61.880.281
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	368.323	205.629	--	573.952
Provisões passivas – outras	25.656.406	722.312	(6.139.447)	20.239.271
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	954.678	889.241	--	1.843.919
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.284.066	728.953	(269.758)	1.743.261
Outras provisões	1.311.070	--	(996.876)	314.194
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	184.201	8.061.456	(12.291)	8.233.366
Total dos ativos fiscais diferidos	85.870.699	30.764.177	(21.170.094)	95.464.782
Imposto de Renda	47.827.825	16.667.829	(11.357.796)	53.137.858
Contribuição Social	37.920.654	13.572.145	(9.335.919)	42.156.880
Cofins	105.136	464.307	(423.168)	146.275
PIS/Pasep	17.084	59.896	(53.211)	23.769

	Consolidado			
	31/12/2025	1º Semestre/2026		30/06/2026
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	87.799.694	23.417.355	(21.738.692)	89.478.357
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	55.636.428	20.192.323	(13.811.189)	62.017.562
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	368.332	205.637	--	573.969
Provisões passivas – outras	26.392.371	724.542	(6.174.341)	20.942.572
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	954.678	889.241	--	1.843.919
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.479.703	926.847	(364.338)	2.042.212
Outras provisões	2.968.182	478.765	(1.388.824)	2.058.123
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	232.318	8.061.455	(15.072)	8.278.701
Total dos ativos fiscais diferidos	88.668.550	31.478.810	(21.753.764)	98.393.596
Imposto de Renda	49.616.436	17.390.705	(11.987.215)	55.019.926
Contribuição Social	38.684.377	13.482.735	(9.240.160)	42.926.952
Cofins	305.949	511.141	(443.793)	373.297
PIS/Pasep	61.788	94.229	(82.596)	73.421



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Créditos tributários no exterior	770.058	826.096	1.002.793	1.015.344
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	26.698	26.376
Diferenças temporárias	--	--	5.275	5.045
Total dos créditos tributários	770.058	826.096	1.034.766	1.046.765
Imposto de Renda	427.810	458.942	574.870	581.536
Contribuição Social	342.248	367.154	459.896	465.229

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30/06/2026, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2026	18.662.102	18.662.102	19.251.520	19.251.520
Em 2027	16.864.004	15.729.368	17.342.226	16.175.415
Em 2028	8.778.462	7.742.975	9.007.887	7.945.338
Em 2029	9.698.488	8.132.260	9.949.875	8.343.051
Em 2030	10.134.396	8.080.035	10.395.727	8.288.391
Em 2031	7.034.867	5.333.096	7.217.473	5.471.529
Em 2032	6.005.470	4.328.911	6.161.518	4.441.395
Em 2033	6.653.757	4.560.440	6.823.787	4.676.977
Em 2034	6.918.798	4.508.982	7.095.014	4.623.822
Em 2035	4.714.438	2.921.367	5.148.569	3.190.380
Total de créditos tributários em 30/06/2026	95.464.782	79.999.536	98.393.596	82.407.818

No 1º semestre/2026, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 21.170.094 mil (R\$ 21.753.764 mil no Consolidado), correspondente a 96,52% da respectiva projeção de utilização para o período de 2026, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2025.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30/06/2026, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2026	0%	28%	0%	28%
Em 2027	0%	24%	0%	24%
Em 2028	5%	9%	5%	9%
A partir de 2029	95%	39%	95%	39%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	181.333.105	184.587.758
Valor patrimonial por ação (R\$) ¹	31,76	32,34
Valor de mercado por ação (R\$)	19,91	21,92
Patrimônio líquido consolidado	189.211.354	192.105.295

¹ - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$120.000.000 mil em 31/12/2025) está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 150.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08/04/2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 2026, após solicitação de repactuação do cronograma e manifestação favorável do Tribunal de Contas da União, o saldo remanescente passará a ser amortizado nas parcelas anuais de R\$ 100 milhões em julho de 2026 e julho de 2027, R\$ 1 bilhão em julho de 2028 e R\$ 2,9 bilhões em julho de 2029.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Reservas de capital	1.425.060	1.416.070	1.426.650	1.417.307
Reservas de lucros	87.519.241	83.087.465	86.769.740	82.301.417
Reserva legal	16.439.781	16.128.978	16.439.781	16.128.978
Reservas estatutárias	71.079.460	66.958.487	70.329.959	66.172.439
Margem operacional	58.261.790	55.454.847	57.188.317	54.328.927
Equalização de remuneração do capital	12.817.670	11.503.640	13.141.642	11.843.512

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Lucro líquido (R\$ mil)	6.216.056	9.884.249
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.709.696.692	5.708.696.148
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,09	1,73



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	6.216.056	9.884.249
No País	3.759.056	7.436.840
No Exterior	2.457.000	2.447.409
2) (±) Lucros/Prejuízos acumulados	7.447	41.734
3) (-) Reserva legal	(310.803)	(494.213)
4) Lucro Líquido Ajustado (item 1 + item 2 + item 3)	5.912.700	9.431.770
5) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	12.060	32.100
6) Base de cálculo dos dividendos	5.912.700	9.422.136
7) Destinações		
Juros sobre o capital próprio – Payout ¹	1.791.727	3.276.875
Reservas estatutárias	5.613.886	9.431.770
Utilização de reservas estatutárias para remuneração do capital	(1.492.913)	(3.276.875)

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2026	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	400.396	0,070	02/03/2026	11/03/2026
Juros sobre o capital próprio complementares	465.703	0,082	01/06/2026	11/06/2026
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	340.718	0,060	01/06/2026	11/06/2026
Juros sobre o capital próprio complementares	584.910	0,102	01/09/2026	11/09/2026
Total destinado aos acionistas	1.791.727	0,314		
Juros sobre o capital próprio ¹	1.791.727	0,314		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
Total destinado aos acionistas	3.276.875	0,573		
Juros sobre o capital próprio ¹	3.276.875	0,573		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	30/06/2026	31/12/2025
Banco Múltiplo	6.216.056	9.884.249	181.333.105	184.587.758
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	12.060	32.100	4.100.000	4.100.000
Resultado não realizado ²	36.547	(109.000)	(749.501)	(786.048)
Participação de não controladores	--	--	4.527.750	4.203.585
Consolidado	6.264.663	9.807.349	189.211.354	192.105.295

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	30/06/2026	31/12/2025
Banco do Brasil		
Ativos financeiros ao valor justo	(1.296.125)	(1.267.857)
Hedge de investimentos no exterior	19.015	(37.076)
Variação cambial de investimentos no exterior	(11.494.568)	(11.044.288)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(13.309.912)	(6.217.529)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Ativos financeiros ao valor justo	(394.567)	(160.967)
Hedge de fluxo de caixa	(4.599)	(42.115)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	296	296
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(1.001.189)	(1.001.774)
Outros resultados abrangentes	121.873	112.793
Total	(27.359.776)	(19.658.517)

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	30/06/2026	31/12/2025
BB Tecnologia e Serviços ¹	--	10	--	--
Fundos de Investimento	(1.131)	(1.281)	8.533	10.007
Banco Patagonia S.A.	300.163	266.746	1.238.758	1.076.692
BB Seguridade S.A.	1.447.927	1.393.137	3.280.459	3.116.886
Participação dos não controladores	1.746.959	1.658.612	4.527.750	4.203.585

1 - No 1º Semestre/2025, o Banco ainda não detinha a totalidade das ações emitidas pela BB Tecnologia e Serviços.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30/06/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	255.384.690	4,5	256.062.490	4,5
Ações em tesouraria ¹	21.960.676	0,4	22.455.806	0,4
Outros acionistas	2.588.071.590	45,1	2.586.898.660	45,1
Total	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0
Residentes no país	4.363.471.575	76,1	4.406.347.986	76,9
Residentes no exterior	1.367.362.465	23,9	1.324.486.054	23,1

1 - Em 30/06/2026, o saldo inclui 75.711 e 22.403 ações de emissão do Banco do Brasil, mantidas na BB Asset e no BB-BI, respectivamente (73.450 e 11.957 ações em 31/12/2025).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ¹	
	30/06/2026	31/12/2025
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	45.282	45.282
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	443.438	292.753
Conselho Fiscal	8.800	--
Comitê de Auditoria	120	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,009% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade	% Total	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.623.097	49,6	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações ¹	344.445		334.826	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.967.542	49,6	2.842.623.097	49,6
Total emitido	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	21.862.562	100,0	22.370.399	100,0	21.960.676	100,0	22.455.806	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN)	16.150.700	73,9	16.150.700	72,2	16.150.700	73,5	16.150.700	71,9
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	4.986.522	22,8	5.625.287	25,1	4.986.522	22,7	5.625.287	25,1
Programa de Remuneração Variável	725.214	3,3	594.286	2,7	823.328	3,7	679.693	3,0
Incorporações	126	--	126	--	126	--	126	--
Valor Contábil	(251.420)		(257.260)		(253.010)		(258.497)	

**m) Pagamento baseado em ações****Programa de remuneração variável**

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A remuneração em ações é estruturada de forma proporcional ao nível de responsabilidade do administrador, prevendo a transferência imediata para a titularidade do beneficiário de percentual variável entre 14% e 20%, enquanto a parcela remanescente, compreendida entre 80% e 86%, é diferida pelo prazo de três a cinco anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 15.380 mil no 1º semestre/2026 (R\$ 14.341 mil no 1º semestre/2025).

A BB Asset e o BB-BI, em decorrência da resolução supracitada, também aprovaram políticas de remuneração variável para suas diretorias, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco e do mercado de capitais, respectivamente. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Total de Ações do Programa	Custo Médio ¹	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2022					
	401.045	19,58	296.464	24.835	2026
				79.746	2027
Total de ações a distribuir				104.581	
Programa 2023					
	306.829	29,01	192.394	22.633	2026
				42.724	2027
				30.512	2028
				18.566	2029
Total de ações a distribuir				114.435	
Programa 2024					
	346.916	28,03	132.868	40.647	2026
				69.342	2027
				48.531	2028
				34.664	2029
				20.864	2030
Total de ações a distribuir				214.048	
Programa 2025					
	477.704	23,12	88.870	149.941	2027
				95.524	2028
				66.856	2029
				47.748	2030
				28.765	2031
Total de ações a distribuir				388.834	

1 – Nos programas 2024 e 2025, refere-se ao custo médio ponderado das ações do Banco detidas pelo Banco do Brasil, BB Asset e BB-BI.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Administração de fundos	3.385.030	3.076.639	5.593.717	5.064.890
Comissões de seguros, previdência e capitalização	224.854	163.736	3.011.593	2.971.899
Conta corrente	2.751.632	2.683.439	2.752.030	2.683.870
Taxas de administração de consórcios	--	--	1.916.644	1.680.138
Rendas de cartões	875.112	824.475	1.043.019	1.013.860
Operações de crédito e garantias prestadas	822.684	723.744	822.561	725.725
Cobrança	524.363	558.298	553.498	590.854
Arrecadações	510.625	502.822	494.218	487.226
Rendas do mercado de capitais	82.847	75.508	269.497	366.553
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ¹	150.292	152.796	150.292	152.796
Interbancária	27.055	30.978	27.055	30.978
Outras	854.822	802.725	1.312.373	1.346.432
Total	10.209.316	9.595.160	17.946.497	17.115.221

1 - Inclui o montante de R\$ 23.969 mil no 1º Semestre/2026 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 23.350 mil no 1º Semestre/2025).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – Despesas Administrativas

b) Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Proventos	(6.077.462)	(5.701.592)	(6.922.495)	(6.523.100)
Benefícios	(2.045.203)	(1.959.580)	(2.178.686)	(2.081.224)
Encargos sociais	(1.923.092)	(2.251.965)	(2.121.658)	(2.466.945)
Provisões administrativas de pessoal	(1.690.245)	(1.552.584)	(1.694.110)	(1.557.201)
Previdência complementar	(567.903)	(498.419)	(579.875)	(508.300)
Honorários de diretores e conselheiros	(27.104)	(23.734)	(39.543)	(34.893)
Treinamentos	(21.726)	(22.799)	(26.358)	(28.004)
Total	(12.352.735)	(12.010.673)	(13.562.725)	(13.199.667)

c) Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Depreciação	(1.422.645)	(861.161)	(1.505.591)	(930.173)
Amortização	(1.454.540)	(1.304.097)	(1.461.323)	(1.308.038)
Processamento de dados	(1.196.004)	(1.089.790)	(843.758)	(809.473)
Serviços de vigilância e segurança	(756.107)	(712.722)	(774.994)	(732.709)
Manutenção e conservação de bens	(641.645)	(635.559)	(445.816)	(445.832)
Serviços técnicos especializados	(287.061)	(275.163)	(383.151)	(356.671)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(258.766)	(317.940)	(258.766)	(317.940)
Serviços do sistema financeiro	(198.944)	(228.105)	(246.995)	(291.234)
Propaganda e publicidade	(217.392)	(232.527)	(238.568)	(250.357)
Água, energia e gás	(218.464)	(225.949)	(229.211)	(238.125)
Comunicações	(171.160)	(209.759)	(205.598)	(244.237)
Serviços de terceiros	(385.303)	(408.833)	(171.277)	(232.569)
Promoções e relações públicas	(143.996)	(111.029)	(154.421)	(123.205)
Aluguéis	(119.133)	(584.571)	(125.106)	(590.405)
Viagem no país	(51.006)	(51.292)	(67.763)	(70.430)
Transporte	(27.254)	(48.947)	(38.048)	(60.498)
Material	(5.070)	(7.255)	(8.444)	(15.672)
Outras	(329.110)	(308.486)	(353.844)	(321.710)
Total	(7.883.600)	(7.613.185)	(7.512.674)	(7.339.278)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Atualização de ativo atuarial	2.132.717	1.992.476	2.132.717	1.992.476
Atualização de depósitos em garantia	1.451.710	1.364.088	1.455.117	1.373.354
Recuperação de encargos e despesas	1.168.252	1.235.623	872.036	954.291
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 28.f)	725.604	653.920	725.604	653.920
Operações com cartões	309.473	417.259	488.396	653.692
Atualização de impostos a compensar	413.521	125.253	413.521	125.253
Clube de Benefícios BB	213.989	251.674	213.989	251.674
Reversão de provisões - outras	39.235	44.539	76.977	70.910
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	76.460	102.179
Dividendos recebidos	255.436	169.851	37.792	21.619
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	36.216	44.194	36.216	44.194
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	23.394	21.614	23.394	21.614
Rendas de títulos e créditos a receber	10.516	2.072	10.516	2.072
Outras	232.708	163.710	439.148	300.542
Total	7.012.771	6.486.273	7.001.883	6.567.790

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Descontos concedidos em renegociação	(1.767.464)	(591.199)	(1.767.464)	(591.199)
Operações com cartões	(1.520.434)	(1.108.169)	(1.646.545)	(1.248.559)
Serviços de terceiros	(650.647)	(627.509)	(927.871)	(876.070)
Bônus de relacionamento negocial	(851.171)	(824.527)	(851.171)	(824.527)
Atualização das obrigações atuariais	(690.841)	(669.786)	(690.841)	(669.786)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	(439.056)	(358.283)
Transporte de valores	(376.722)	(313.290)	(376.722)	(313.290)
Convênio INSS	(352.768)	(307.298)	(352.768)	(307.298)
Despesa como arrendatários e subarrendatários	(245.144)	(57.818)	(266.135)	(81.808)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(257.784)	(269.196)	(257.784)	(269.196)
Autoatendimento	(132.620)	(265.862)	(132.620)	(265.862)
Falhas/fraudes e outras perdas	(74.981)	(99.247)	(92.290)	(118.086)
Outras despesas de provisões operacionais	(288)	(660)	(44.811)	(41.868)
Outras	(2.294.730)	(2.793.493)	(2.461.246)	(2.847.805)
Total	(9.215.594)	(7.928.054)	(10.307.324)	(8.813.637)



27 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Benefícios de curto prazo	37.344	34.256
Honorários e encargos sociais	20.723	18.593
Diretoria Executiva	20.658	18.421
Conselho de Administração	65	172
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	11.692	12.265
Outros ¹	4.929	3.398
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	100	109
Remuneração baseada em ações	9.687	15.138
Total	47.131	49.503

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Semestre/2026, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 549.202 mil no Banco Múltiplo (R\$ 500.801 mil no 1º Semestre/2025) e R\$ 253.723 mil no Consolidado (R\$ 227.149 mil no 1º Semestre/2025). Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 35.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2026, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.800.000 mil (de até R\$ 1.180.000 mil em 2025).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 28.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. O Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 62.415 mil no 1º Semestre/2026 (R\$ 64.353 mil no 1º Semestre/2025).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.491.168	379.224



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- a) Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- b) Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- c) Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- d) Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- e) Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2026
Ativos	1.724.561	9.686.408	9.947.882	6.375	37.434.988	58.800.214
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	5.923.207	413.967	--	5.554.327	11.891.501
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	319	--	240.063	--	1.819.164	2.059.546
Carteira de crédito ¹	--	724.786	8.322.908	6.375	19.533.936	28.588.005
Outros ativos ²	1.724.242	3.038.415	970.944	--	10.527.561	16.261.162
Garantias recebidas	189.280	--	--	--	3.225.169	3.414.449
Passivos	42.289.602	27.470.418	15.154.007	31.273	88.620.965	173.566.265
Recursos de clientes	4.783.748	243.333	429.819	4.656	11.508.850	16.970.406
Recursos de instituições financeiras	146.291	23.763.727	1.655.727	--	75.185.453	100.751.198
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.129.903	18.651	--	26.617	29.122	4.204.293
Outros passivos ^{2 3}	33.229.660	3.444.707	13.068.461	--	1.897.540	51.640.368
Garantias prestadas e outras coobrigações	387.302	153.849	5.048.816	4.813	126.508	5.721.288
Demonstração do resultado	1º Semestre/2026					
Receitas da intermediação financeira	3.447.859	513.762	982.602	627	1.907.357	6.852.207
Despesas da intermediação financeira	(164.084)	(1.473.247)	(80.837)	(1.873)	(2.673.309)	(4.393.350)
Receitas de prestação de serviços	53.059	18.669	476.965	--	251.367	800.060
Outras receitas	2.752	522.790	273.508	--	393.683	1.192.733
Outras despesas ²	(1.426.943)	(1.231.189)	(1.348.070)	--	(332.455)	(4.338.657)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 18.905 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 1.533 mil no 1º Semestre/2026.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	6.126.344	11.469.452	6.209	37.203.719	56.693.295
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	4.517.680	1.913.661	--	5.900.166	12.331.507
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	9	253.451	--	1.591.857	1.845.398
Carteira de crédito ¹	--	997.170	8.112.906	6.209	19.370.790	28.487.075
Outros ativos ²	1.887.490	611.485	1.189.434	--	10.340.906	14.029.315
Garantias recebidas	207.061	--	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	52.860.700	34.213.513	17.093.598	31.519	73.394.527	177.593.857
Recursos de clientes	3.777.713	202.928	407.858	2.971	11.117.284	15.508.754
Recursos de instituições financeiras	16.653	29.772.954	2.458.498	--	60.402.779	92.650.884
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.135.267	22.999	22.450	28.548	57.692	4.266.956
Outros passivos ^{2 3}	44.931.067	4.214.632	14.204.792	--	1.816.772	65.167.263
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	101.799	5.066.435	4.383	105.064	5.670.508
Demonstração do resultado	1º Semestre/2025					
Receitas da intermediação financeira	3.267.658	528.417	507.503	571	1.577.757	5.881.906
Despesas da intermediação financeira	(114.535)	(1.453.719)	(136.323)	(2.032)	(2.261.603)	(3.968.212)
Receitas de prestação de serviços	52.431	17.884	404.522	--	312.538	787.375
Outras receitas	3.689	424.501	300.360	--	6.463	735.013
Outras despesas ²	(1.415.183)	(1.133.507)	(522.164)	--	(273.863)	(3.344.717)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 18.770 mil no 1º semestre/2025.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2026
Ativos	1.724.561	13.174.875	6.375	37.435.712	52.341.523
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	413.967	--	5.554.327	5.968.294
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	319	240.063	--	1.819.657	2.060.039
Carteira de crédito ¹	--	8.322.908	6.375	19.533.936	27.863.219
Outros ativos ²	1.724.242	4.197.937	--	10.527.792	16.449.971
Garantias recebidas	189.280	--	--	3.225.169	3.414.449
Passivos	38.189.603	21.332.083	31.273	88.620.965	148.173.924
Recursos de clientes	4.783.749	429.819	4.656	11.508.850	16.727.074
Recursos de instituições financeiras	146.291	1.655.727	--	75.185.453	76.987.471
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	29.903	--	26.617	29.122	85.642
Outros passivos ^{2 3}	33.229.660	19.246.537	--	1.897.540	54.373.737
Garantias prestadas e outras coobrigações	387.302	5.048.816	4.813	126.508	5.567.439
Demonstração do resultado	1º Semestre/2026				
Receitas da intermediação financeira	3.447.859	982.602	627	1.907.357	6.338.445
Despesas da intermediação financeira	(164.084)	(80.837)	(1.873)	(2.673.309)	(2.920.103)
Receitas de prestação de serviços	54.928	3.639.325	19	280.582	3.974.854
Outras receitas	2.752	397.840	--	393.683	794.275
Outras despesas ²	(1.413.877)	(1.348.074)	--	(335.028)	(3.096.979)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 18.905 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 1.533 mil no 1º Semestre/2026.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	14.722.005	6.209	37.204.601	53.820.386
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.913.661	--	5.900.166	7.813.827
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	253.451	--	1.592.374	1.845.906
Carteira de crédito ¹	--	8.112.906	6.209	19.370.790	27.489.905
Outros ativos ²	1.887.490	4.441.987	--	10.341.271	16.670.748
Garantias recebidas	207.061	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	48.760.700	23.305.175	31.519	73.394.527	145.491.921
Recursos de clientes	3.777.713	407.858	2.971	11.117.284	15.305.826
Recursos de instituições financeiras	16.653	2.458.498	--	60.402.779	62.877.930
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	35.267	22.450	28.548	57.692	143.957
Outros passivos ^{2 3}	44.931.067	20.416.369	--	1.816.772	67.164.208
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	5.066.435	4.383	105.064	5.568.709
Demonstração do resultado	1º Semestre/2025				
Receitas da intermediação financeira	3.267.658	505.997	571	1.580.965	5.355.191
Despesas da intermediação financeira	(114.535)	(136.323)	(2.032)	(2.261.603)	(2.514.493)
Receitas de prestação de serviços	58.620	3.558.679	11	360.106	3.977.416
Outras receitas	3.689	424.692	--	6.463	434.844
Outras despesas ²	(1.377.038)	(522.175)	--	(276.067)	(2.175.280)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 18.770 mil no 1º semestre/2025.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

¹ - Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30/06/2026			31/12/2025		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	85.897	121.297	207.194	86.919	121.572	208.491
Plano de Benefícios 1 - Previ	2.350	98.074	100.424	2.525	98.524	101.049
Plano Previ Futuro	73.736	5.367	79.103	74.410	5.036	79.446
Plano Informal	--	1.682	1.682	--	1.717	1.717
Outros Planos	9.811	16.174	25.985	9.984	16.295	26.279
Planos de Assistência Médica	87.498	104.346	191.844	88.528	104.848	193.376
Cassi	79.285	99.690	178.975	80.182	99.898	180.080
Outros Planos	8.213	4.656	12.869	8.346	4.950	13.296



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.159.413	1.080.535
Plano de Benefícios 1 - Previ ¹	328.331	329.387
Plano Previ Futuro	632.548	546.708
Plano Informal	58.062	58.574
Outros Planos	140.472	145.866
Planos de Assistência Médica	1.174.678	1.128.419
Cassi	1.040.467	999.769
Outros Planos	134.211	128.650
Total	2.334.091	2.208.954

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 28.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 30/06/2026, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.204.657 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.240.303 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.377.182	1.331.882
Plano de Benefícios 1 - Previ	2.100.680	1.953.694
Plano Previ Futuro	(632.548)	(546.708)
Plano Informal	(54.147)	(50.955)
Outros Planos	(36.803)	(24.149)
Planos de Assistência Médica	(1.320.560)	(1.264.462)
Cassi	(1.190.344)	(1.139.454)
Outros Planos	(130.216)	(125.008)
Total	56.622	67.420

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 28.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

**b) Planos de assistência médica****Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas bases de 30/06/2026 e 31/12/2025.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Saldo inicial	(139.573.241)	(129.071.404)	(664.842)	(637.536)	(9.166.110)	(8.459.342)	(8.337.601)	(7.762.407)
Custo de juros	(8.706.837)	(17.594.917)	(40.263)	(82.895)	(577.079)	(1.157.512)	(523.192)	(1.060.976)
Custo do serviço corrente	(2.071)	(10.108)	--	--	(49.307)	(91.825)	(1.298)	(2.541)
Custo do serviço passado	--	--	(13.883)	(19.251)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.761.673	17.045.504	58.062	121.579	476.509	987.804	473.214	986.275
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(18.025.621)	(9.942.316)	(54.955)	(46.739)	(1.328.098)	(445.235)	(956.891)	(497.952)
Ajuste de experiência	(3.069.599)	(1.442.634)	(14.346)	(9.801)	(291.335)	532	(126.771)	(17.242)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	--	--	--	--	11.435
Alterações premissas financeiras	(14.956.022)	(8.499.682)	(40.609)	(36.938)	(1.036.763)	(445.767)	(830.120)	(492.145)
Saldo final	(157.546.097)	(139.573.241)	(715.881)	(664.842)	(10.644.085)	(9.166.110)	(9.345.768)	(8.337.601)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(157.546.097)	(139.573.241)	--	--	(361.462)	(361.462)	(7.698.439)	(7.671.516)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.647.329)	(666.085)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ¹	
	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Saldo inicial	202.191.021	182.839.230	--	--	361.462	--	7.671.516	7.714.673
Receita de juros	12.910.268	24.797.453	--	--	--	--	494.537	1.032.972
Antecipação de contraprestação ²	--	--	--	--	--	361.462	--	--
Contribuições recebidas	651.894	1.383.605	58.062	121.579	476.509	987.804	246.008	518.751
Participantes	323.563	686.366	--	--	--	--	93.284	196.857
Empregador	328.331	697.239	58.062	121.579	476.509	987.804	152.724	321.894
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(8.761.673)	(17.045.504)	(58.062)	(121.579)	(476.509)	(987.804)	(473.214)	(986.275)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(4.749.146)	10.216.237	--	--	--	--	(240.408)	(608.605)
Saldo final	202.242.364	202.191.021	--	--	361.462	361.462	7.698.439	7.671.516

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmias (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

2 - Reconhecimento do adiantamento das contribuições patronais sobre o 13º salário dos anos 2026 a 2028, como ativo garantidor do Plano de Associados da Cassi.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
1) Valor justo dos ativos do plano	202.242.364	202.191.021	--	--	361.462	361.462	7.698.439	7.671.516
2) Valor presente das obrigações atuariais	(157.546.097)	(139.573.241)	(715.881)	(664.842)	(10.644.085)	(9.166.110)	(9.345.768)	(8.337.601)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	44.696.267	62.617.780	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.647.329)	(666.085)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ¹	22.348.134	31.308.890	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.325.948)	(780.605)

1 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Custo do serviço corrente	(1.035)	(3.120)	--	--	(49.307)	(45.240)	(648)	(616)
Custo dos juros	(4.353.419)	(4.341.800)	(40.264)	(42.155)	(577.079)	(569.961)	(288.911)	(291.779)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.455.134	6.298.614	--	--	--	--	246.413	269.771
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(13.883)	(8.800)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(563.958)	(524.253)	(125.805)	(128.407)
Outros ajustes / reversão	--	--	--	--	--	--	1.932	1.874
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	2.100.680	1.953.694	(54.147)	(50.955)	(1.190.344)	(1.139.454)	(167.019)	(149.157)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	(5.106.099)	(5.175.074)	(95.549)	(69.842)	(445.724)	(200.844)	(570.157)	(255.701)
Ajustes de avaliação patrimonial	(11.389.768)	131.525	(54.954)	(46.740)	(1.328.098)	(445.236)	(654.924)	(574.170)
Efeitos fiscais	5.416.689	(62.550)	24.729	21.033	597.644	200.356	296.299	259.714
Saldo final	(11.079.178)	(5.106.099)	(125.774)	(95.549)	(1.176.178)	(445.724)	(928.782)	(570.157)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

30/06/2026	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,23	18.149.177	17.227.948	16.896.409	315.212.611	367.486.145
Plano Informal (Previ)	5,32	117.850	107.199	99.354	978.446	1.302.849
Plano de Associados (Cassi)	8,62	1.113.519	1.095.762	1.072.711	31.938.643	35.220.635
Regulamento Geral (Econumus)	7,08	794.489	787.966	778.497	13.770.624	16.131.576
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	8,01	5.346	5.512	5.728	134.697	151.283
Plus I e II (Econumus)	9,06	56.810	57.863	59.182	2.023.352	2.197.207
Grupo B' (Econumus)	6,30	27.137	26.820	26.358	359.206	439.521
Prevmais (Econumus)	7,49	40.240	40.067	39.844	820.686	940.837
Multifuturo I (Fusesc)	7,22	10.206	9.759	9.659	184.326	213.950
Plano I (Fusesc)	5,98	58.183	54.739	52.993	657.771	823.686
Plano BEP (Prevbep)	7,48	8.510	8.461	8.389	164.888	190.248

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Renda fixa	145.472.932	140.057.720	7.195.576	7.117.660
Renda variável ¹	39.599.055	44.562.901	100.811	114.449
Investimentos imobiliários	10.496.379	10.857.658	172.385	198.082
Empréstimos e financiamentos	5.359.423	5.398.500	151.491	152.730
Outros	1.314.575	1.314.242	439.638	450.057
Total	202.242.364	202.191.021	8.059.901	8.032.978
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	7.139.155	8.734.652	29.980	19.794
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.173.006	1.192.927	31.281	30.249

¹ - No plano 1 - Previ, inclui o valor de R\$ 5.636.177 mil (R\$ 5.207.747 mil em 31/12/2025), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Taxa de inflação (a.a.)	5,54%	3,58%	5,38%	3,60%	5,65%	3,57%	5,51%	3,58%
Taxa real de desconto (a.a.) ¹	8,29%	9,80%	8,45%	9,74%	8,17%	9,83%	8,33%	9,79%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	14,29%	13,73%	--	--	--	--	14,29%	13,72%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%	--	--	--	--	0,56%	0,56%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

¹ - Em junho/2026, o Banco revisou a metodologia de apuração da taxa real de desconto aplicada na remensuração do passivo atuarial dos planos de benefícios. A mudança de estimativa foi tratada de forma prospectiva nas demonstrações financeiras. Os impactos da remensuração atuarial decorrentes das premissas adotadas, incluindo a taxa de desconto, estão refletidos nos valores apresentados no quadro d.1.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 - Previ.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

30/06/2026	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	8,29%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Valor apurado - Previ	232.878.255	226.681.143	(218.320.097)	(214.204.323)	14.558.158	12.476.820
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(30.635.891)	(24.490.122)	--	--	(30.635.891)	(24.490.122)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	60.774.000	74.631.082	60.774.000	74.631.082
Valor apurado - Banco	202.242.364	202.191.021	(157.546.097)	(139.573.241)	44.696.267	62.617.780

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30/06/2026.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.810.898)	2.910.674	2.592.462	(2.647.348)	108	(107)
Plano Informal (Previ)	(9.189)	9.441	17.524	(17.518)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(172.326)	178.832	139.277	(141.434)	709	(695)
Regulamento Geral (Economus)	(127.303)	131.584	126.559	(130.501)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.311)	1.355	(1.962)	1.984	--	--
Plus I e II (Economus)	(16.264)	16.971	21.007	(20.632)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.357)	2.419	5.025	(5.104)	--	--
Prevmais (Economus)	(7.111)	7.373	2.738	(2.691)	809	(807)
Multifuturo I (Fusesc)	(2.046)	2.165	1.174	(1.212)	254	(234)
Plano I (Fusesc)	(6.172)	6.350	9.110	(9.228)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.509)	1.564	1.228	(1.275)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Plano 1 (Previ)	22.348.134	31.308.890	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(715.881)	(664.842)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.282.623)	(8.804.648)
Regulamento Geral (Econumus)	--	--	(826.888)	(433.310)
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	9.429	11.481	--	--
Plus I e II (Econumus)	--	--	(710.147)	(607.913)
Grupo B' (Econumus)	--	--	(222.442)	(204.985)
Prevmais (Econumus)	174.390	188.701	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	93.773	93.519	--	--
Plano I (Fusesc)	118.640	133.578	--	--
Plano BEP (Prevbep)	37.297	38.324	--	--
Total	22.781.663	31.774.493	(12.757.981)	(10.715.698)

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Fundo de Utilização ¹		
Saldo inicial	12.367.543	12.026.025
Contribuição ao Plano 1	(328.331)	(697.239)
Atualização	725.603	1.038.757
Saldo final	12.764.815	12.367.543

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 – Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	2.493.813.159	2.501.321.141	2.364.436.124	2.358.614.695
Disponibilidades	27.063.120	27.063.120	19.737.849	19.737.849
Ativos financeiros	2.466.750.039	2.474.258.021	2.344.698.275	2.338.876.846
Depósitos no Banco Central do Brasil	117.967.414	117.967.414	120.016.133	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	254.518.991	254.691.103	189.483.316	189.915.180
Títulos e valores mobiliários	768.258.969	767.928.537	729.783.934	728.558.008
Instrumentos financeiros derivativos	6.014.736	6.014.736	4.657.484	4.657.484
Carteira de crédito	1.245.871.724	1.253.538.026	1.229.907.027	1.224.879.660
Outros ativos financeiros	74.118.205	74.118.205	70.850.381	70.850.381
Passivos financeiros	2.286.498.889	2.284.242.810	2.153.615.868	2.147.137.744
Recursos de clientes	954.018.837	952.497.723	897.937.449	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	845.408.764	844.673.799	727.039.247	721.689.582
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	296.074.171	296.074.171	331.537.120	331.537.120
Instrumentos financeiros derivativos	5.614.344	5.614.344	4.474.734	4.474.734
Outros passivos financeiros	185.382.773	185.382.773	192.627.318	192.627.318

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros

Disponibilidades: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nessa rubrica equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado: Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida, patrimoniais e derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).



As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

Depósitos no Banco Central do Brasil: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nesse grupamento equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo desse grupamento foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

Derivativos: A apuração do valor justo dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Carteira de crédito: O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

Recursos de clientes: O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

Recursos de instituições financeiras: O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.



Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não consideram qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários: o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Outros ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	30/06/2026	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	701.257.553	673.594.205	27.348.528	314.820
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	681.641.442	667.956.534	13.627.829	57.079
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	10.151.513	5.637.671	4.301.766	212.076
Instrumentos financeiros derivativos	6.014.736	--	6.014.736	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	3.404.197	--	3.404.197	--
Carteira de crédito (objeto de hedge)	45.665	--	--	45.665
Passivo	13.666.148	--	13.666.148	--
Instrumentos financeiros derivativos	5.614.344	--	5.614.344	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	6.494.232	--	6.494.232	--
Recursos de instituições financeiras (objeto de hedge)	1.557.572	--	1.557.572	--

	31/12/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	656.536.207	631.105.518	25.096.194	334.495
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	640.022.346	627.293.500	12.655.319	73.527
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	7.620.302	3.812.018	3.595.998	212.286
Instrumentos financeiros derivativos	4.657.484	--	4.657.484	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	4.187.393	--	4.187.393	--
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	--	--	48.682
Passivo	10.391.471	--	10.391.471	--
Instrumentos financeiros derivativos	4.474.734	--	4.474.734	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	4.208.772	--	4.208.772	--
Recursos de instituições financeiras (objeto de hedge)	1.707.965	--	1.707.965	--

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo.

Descrição	Valor Justo em 31/12/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 30/06/2026
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	212.286	(232)	--	--	--	22	212.076
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	73.527	(16.448)	--	--	--	--	57.079
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	(3.017)	--	--	--	--	45.665
Total	334.495	(19.697)	--	--	--	22	314.820



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis.

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo.



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – carteira de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	30/06/2026			31/12/2025		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(77.895)	(251.565)	(492.532)	(59.016)	(185.673)	(364.233)
Cupons de taxas de juros	(1.098)	(6)	(13)	(21.388)	(359)	(717)
Cupons de índices de preços	(211.734)	(389.689)	(714.044)	(184.117)	(320.059)	(594.607)
Cupons de moedas estrangeiras	(312.061)	(357.895)	(746.434)	(270.703)	(291.709)	(609.006)
Total	(602.788)	(999.155)	(1.953.023)	(535.224)	(797.800)	(1.568.563)
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(13.758.458)	(43.492.990)	(82.070.220)	(13.989.424)	(42.601.912)	(80.641.925)
Cupons de taxas de juros	(14.101.140)	(27.446.820)	(58.828.535)	(13.629.125)	(24.712.100)	(52.923.067)
Cupons de índices de preços	(488.631)	(829.255)	(1.560.639)	(455.321)	(728.816)	(1.382.330)
Cupons de moedas estrangeiras	(6.089.729)	(533.784)	(1.086.444)	(5.082.322)	(303.072)	(616.128)
Total	(34.437.958)	(72.302.849)	(143.545.838)	(33.156.192)	(68.345.900)	(135.563.450)

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e



d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:

- Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
- Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
- Reserva de Liquidez;
- Colchão de Liquidez;
- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appetite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das MCL, visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Financeiras, independentemente do período de carência, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	30/06/2026						
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	3.288.721	20.043.547	8.520.152	271.528.944	4.667	303.386.031	15,5%
LCA	4.604.666	7.513.559	37.155.388	134.414.933	--	183.688.546	9,4%
LCI	312.394	1.638.661	2.560.072	10.909.501	--	15.420.628	0,8%
Letras financeiras	--	14.298.513	8.358.138	3.142.524	--	25.799.175	1,3%
Poupança	213.728.227	--	--	--	--	213.728.227	10,9%
Dep. vista	83.727.361	--	--	--	--	83.727.361	4,3%
Dep. judicial	289.861.950	--	--	--	--	289.861.950	14,8%
Captações de tesouraria	38.395.345	27.903.302	2.762.025	9.021.616	5.806.992	83.889.280	4,3%
Dep. prazo fixo	3.302.100	3.437.375	1.816.545	5.558.789	--	14.114.809	0,7%
Outras captações comerciais	10.174.724	102.681	265.687	1.714.083	--	12.257.175	0,6%
Captações comerciais ME	6.494.231	15.857.432	6.231.602	17.147.736	--	45.731.001	2,3%
Compromissadas	658.013.174	15.286.690	411.301	11.790.631	--	685.501.796	35,1%
Total	1.311.902.893	106.081.760	68.080.910	465.228.757	5.811.659	1.957.105.979	100,0%

Passivo	31/12/2025						
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	1.831.242	20.782.790	8.117.937	236.499.720	3.744	267.235.433	14,6%
LCA	11.535.470	19.679.049	11.892.557	170.593.039	--	213.700.115	11,7%
LCI	190.364	1.988.591	2.243.910	11.680.911	--	16.103.776	0,9%
Letras financeiras	--	4.627.913	13.369.768	10.752.945	--	28.750.626	1,6%
Poupança	214.193.122	--	--	--	--	214.193.122	11,7%
Dep. vista	75.986.157	--	--	--	--	75.986.157	4,0%
Dep. judicial	273.087.477	--	--	--	--	273.087.477	14,9%
Captações de tesouraria	8.219.620	17.613.876	16.144.716	10.118.511	5.851.612	57.948.335	3,2%
Dep. prazo fixo	3.113.144	2.488.549	1.671.139	6.669.468	--	13.942.300	0,8%
Outras captações comerciais	7.470.254	65.773	317.959	2.086.270	--	9.940.256	0,5%
Captações comerciais ME	4.456.480	17.851.761	7.537.350	22.580.065	--	52.425.656	2,9%
Compromissadas	584.803.019	13.585.902	365.540	10.478.812	--	609.233.273	33,2%
Total	1.184.886.349	98.684.204	61.660.876	481.459.741	5.855.356	1.832.546.526	100,0%

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.



c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco de conveniente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC), consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perdas esperadas, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.



Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas considerando a probabilidade de ativo problemático dos próximos 12 meses ou durante a vida da operação, incluindo a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, podem sofrer alterações ao longo do tempo, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo, premissas e valores quantitativos registrados a título de perda esperada associadas ao risco de crédito, podem ser obtidos nas Notas 3, 4, 9, 10, 12 e 13.

Cenários econômicos

A estimativa de perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). Essas variáveis são monitoradas e atualizadas, de modo que a provisão reflita adequadamente o risco de crédito vigente, garantindo maior aderência à realidade econômica e à qualidade da carteira.

Exposição máxima ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.607.318.363	1.535.295.821	1.651.054.903	1.572.718.612
Aplicações interfinanceiras de liquidez	252.572.058	187.012.603	254.518.991	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	64.263.741	72.460.534	76.545.983	82.477.888
Carteira de crédito	1.219.792.109	1.204.776.235	1.245.871.724	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	70.690.455	71.046.449	74.118.205	70.850.381
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	10.653.842	8.299.474	16.185.048	12.281.388
Instrumentos de dívida e patrimônio	4.666.037	3.670.895	10.170.312	7.623.904
Derivativos	5.987.805	4.628.579	6.014.736	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo resultados abrangentes	673.275.273	631.890.239	681.675.351	640.160.840
Garantias financeiras prestadas e compromissos a liberar	246.411.204	247.613.948	252.460.147	251.332.405

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias
Contratadas com garantias	775.289.500	742.561.040	730.613.537	683.831.952	775.289.500	742.561.040	730.613.537	683.831.952
Produtor rural	379.669.618	352.728.035	375.201.060	342.926.821	379.669.618	352.728.035	375.201.060	342.926.821
Pessoa física	53.042.133	52.572.640	53.901.893	53.217.004	53.042.133	52.572.640	53.901.893	53.217.004
Financiamento de veículos	2.045.458	1.987.844	2.443.188	2.344.507	2.045.458	1.987.844	2.443.188	2.344.507
Financiamento imobiliário	43.366.728	43.316.993	44.736.541	44.506.971	43.366.728	43.316.993	44.736.541	44.506.971
Demais	7.629.947	7.267.803	6.722.164	6.365.526	7.629.947	7.267.803	6.722.164	6.365.526
Pessoa jurídica	342.577.749	337.260.365	301.510.584	287.688.127	342.577.749	337.260.365	301.510.584	287.688.127
Atacado	161.417.129	156.318.883	125.331.420	113.846.680	161.417.129	156.318.883	125.331.420	113.846.680
Varejo/MPE	181.160.620	180.941.482	176.179.164	173.841.447	181.160.620	180.941.482	176.179.164	173.841.447
Contratadas sem garantias	231.974.066	--	194.202.966	--	231.974.066	--	194.202.966	--
Contratadas com outros mitigadores	212.528.543	--	279.959.732	--	238.608.158	--	305.090.524	--
Total	1.219.792.109		1.204.776.235		1.245.871.724		1.229.907.027	



As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nas operações de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

ATIVO	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement - cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ³	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge agreement – securities ⁴	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁵	77%
Semoventes bovinos ⁶	70%
Pledge Agreement - cash collateral⁷	70%
Demais garantias ⁸	50%

1 - Exceto os que possuam contrato de swap.

2 - Mesma moeda da operação.

3 - Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

4 - Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

5 - Exclusivo ou varejo.

6 - Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

7 - Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

8 - Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.



Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Bacen.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Exposições por região geográfica

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Mercado interno	1.182.304.183	1.164.210.171	1.183.015.121	1.164.472.166
Sudeste	467.882.338	462.927.894	468.163.683	463.032.072
Sul	200.195.937	196.191.748	200.316.318	196.235.899
Centro-Oeste	238.339.713	237.290.745	238.483.030	237.344.146
Nordeste	188.802.289	182.559.693	188.915.819	182.600.777
Norte	87.083.906	85.240.090	87.136.271	85.259.273
Mercado externo	37.487.926	40.566.064	62.856.603	65.434.861
Total do ativo	1.219.792.109	1.204.776.235	1.245.871.724	1.229.907.027

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 12 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhadas, monitoradas e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política específica de gerenciamento de riscos e capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.



Ferramentas de gestão e monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se o acompanhamento sistemático dos eventos e dos respectivos limites de perdas ao CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos das perdas e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.

e) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o *Chief Risk Officer* (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite ¹	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.



Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

- a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;
- a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação, social, ambiental e climático;
- a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e
- a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

f) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).



Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 4.100.000 mil (R\$ 5.100.000 mil até junho/2025), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	30/06/2026	31/12/2025
PR – Patrimônio de Referência	191.008.090	204.528.805
Nível I	182.207.021	192.794.046
Capital Principal (CP)	154.714.921	165.281.946
Patrimônio líquido	181.822.362	184.878.402
Instrumento elegível a Capital Principal	4.100.000	4.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN 5.199/2024	5.345.382	8.018.074
Ajustes Prudenciais	(36.552.823)	(31.714.530)
Capital Complementar	27.492.100	27.512.100
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	27.492.100	27.512.100
Nível II	8.801.069	11.734.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) – Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	8.801.069	11.734.759
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.372.716.326	1.351.829.024
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.089.999.850	1.090.837.455
Risco de Mercado (RWAMPAD)	50.593.551	40.709.562
Risco Operacional (RWAOPAD)	232.122.925	220.282.007
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	109.817.306	108.146.322
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	81.190.784	96.382.483
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	13,27%	14,26%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	11,27%	12,23%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	13,91%	15,13%

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN n 4.955/2021, em 2026, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 30% (40% em 2025) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator “F” ao montante de RWA, sendo “F” igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(12.459.877)	(17.165.731)
Ativos intangíveis	(12.229.412)	(11.970.240)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(8.914.749)	(864.385)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(2.269.196)	(1.073.292)
Participação de não controladores ²	(654.940)	(583.688)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(21.180)	(52.779)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(3.469)	(4.415)
Total	(36.552.823)	(31.714.530)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

g) Limite de imobilização e margem

	30/06/2026	31/12/2025
Situação do limite de imobilização	21,68%	19,82%
Margem em relação ao limite de imobilização	54.092.690	61.723.580



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

h) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	30/06/2026
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	11,27%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	13,27%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	13,91%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	21,68%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 30/06/2026, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

i) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, na modalidade perpétua, conforme definido em suas emissões, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:

- intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
- o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
- inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
- o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicado ao Mercado de 26 de junho de 2026, o saldo remanescente de R\$ 4,1 bilhões passa a ser amortizado conforme o seguinte cronograma: (i) duas parcelas anuais de R\$ 100 milhões, em julho de 2026 e julho de 2027; (ii) uma parcela de R\$ 1 bilhão, em julho de 2028; e (iii) uma parcela final de R\$ 2,9 bilhões, em julho de 2029.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Compromissos de crédito e créditos a liberar	225.790.872	229.480.916	231.887.298	233.183.539
Compromissos de crédito	214.978.383	216.736.304	221.074.809	220.438.927
Não canceláveis	164.576.852	166.962.507	170.673.278	168.156.922
Canceláveis	50.401.531	49.773.797	50.401.531	52.282.005
Créditos a liberar	10.812.489	12.744.612	10.812.489	12.744.612
Não canceláveis	311.603	253.471	311.603	253.471
Canceláveis	10.500.886	12.491.141	10.500.886	12.491.141
Garantias prestadas	20.620.332	18.133.032	20.572.849	18.148.866
Créditos abertos para importação contratados	3.457.034	1.429.582	3.588.909	1.567.203
Créditos de exportação confirmados	173.997	186.005	174.713	186.535

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes às práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota Explicativa 30.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	Banco Múltiplo							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	170.289	13.493	389.437	573.219	165.495	24.794	444.628	634.917
Compromissos de crédito e créditos a liberar	136.777	24.702	530	162.009	137.921	15.985	460	154.366
Total	307.066	38.195	389.967	735.228	303.416	40.779	445.088	789.283

	Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	170.482	13.498	389.437	573.417	165.621	24.577	444.628	634.826
Compromissos de crédito e créditos a liberar	142.166	25.022	530	167.718	142.614	16.013	460	159.087
Total	312.648	38.520	389.967	741.135	308.235	40.590	445.088	793.913

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas

As provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos, são registradas na Demonstração do Resultado.

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/12/2025	Constituição/(Reversão)	Outros	30/06/2026	31/12/2025	Constituição/(Reversão)	Outros	30/06/2026
Garantias financeiras prestadas	634.917	(63.760)	2.062	573.219	634.826	(63.437)	2.028	573.417
Compromissos de crédito e créditos a liberar	154.366	7.619	24	162.009	159.087	9.038	(407)	167.718
Total	789.283	(56.141)	2.086	735.228	793.913	(54.399)	1.621	741.135



32 – Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e operações de crédito. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	30/06/2026		31/12/2025	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	525.258.625	514.696.964	466.906.681	453.427.816
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários ¹	18.147.859	18.616.491	28.984.986	28.805.774
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	--	--	32.292	29.832
Total	543.406.484	533.313.455	495.923.959	482.263.422

1 – Inclui o saldo de R\$ 16.298.031 mil (R\$ 26.398.785 mil em 31/12/2025) referente a títulos com característica de concessão de crédito.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação¹				
Ativos financeiros transferidos	80.974	80.974	89.098	89.098
Passivos financeiros associados	81.070	81.070	89.197	89.197
Posição líquida	(96)	(96)	(99)	(99)

1 – Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos “Carteira de crédito” e “Recursos de instituições financeiras”, respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

**Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios**

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Resultado recorrente	6.264.663	9.879.317
Resultado não recorrente	--	(71.968)
Adesão ao Programa de Transação Tributária (PTI) ¹	--	(1.192.474)
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes ²	--	1.120.506

1- Refere-se ao edital de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica nº 27/2024, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o qual prevê a elegibilidade à transação por adesão, dentre outras matérias, dos débitos em contencioso administrativo ou judicial relativos a incidência de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados (PLR). Dentre as condições de pagamento dos débitos eleitos para adesão à transação tributária, o edital estabelece a aplicação do desconto de 65% sobre o valor total do débito ou da inscrição elegível à transação.

2- O referido edital prevê que os descontos concedidos não serão computados na apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes

30/06/2026	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	24.951.323	--	24.951.323	27.063.120	--	27.063.120
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	8.432.035	2.218.648	10.650.683	13.947.601	2.218.648	16.166.249
Títulos e valores mobiliários	4.662.878	--	4.662.878	10.151.513	--	10.151.513
Instrumentos financeiros derivativos	3.769.157	2.218.648	5.987.805	3.796.088	2.218.648	6.014.736
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	6.014.012	667.253.953	673.267.965	8.338.165	673.303.277	681.641.442
Títulos e valores mobiliários	6.014.012	667.253.953	673.267.965	8.338.165	673.303.277	681.641.442
Ativos financeiros ao custo amortizado	874.414.015	850.836.684	1.725.250.699	892.477.037	876.465.311	1.768.942.348
Depósitos no Banco Central do Brasil	117.967.414	--	117.967.414	117.967.414	--	117.967.414
Aplicações interfinanceiras de liquidez	251.587.281	984.777	252.572.058	253.354.264	1.164.727	254.518.991
Títulos e valores mobiliários	37.531.114	26.697.549	64.228.663	40.575.218	35.890.796	76.466.014
Carteira de crédito	427.979.517	791.812.592	1.219.792.109	440.442.878	805.428.846	1.245.871.724
Outros ativos financeiros	39.348.689	31.341.766	70.690.455	40.137.263	33.980.942	74.118.205
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(41.272.019)	(66.759.020)	(108.031.039)	(41.867.591)	(67.354.833)	(109.222.424)
Carteira de crédito	(36.083.408)	(66.758.562)	(102.841.970)	(36.655.479)	(67.031.121)	(103.686.600)
Demais ativos financeiros	(5.188.611)	(458)	(5.189.069)	(5.212.112)	(323.712)	(5.535.824)
Ativos fiscais	30.757.165	75.334.329	106.091.494	33.065.047	77.420.104	110.485.151
Correntes	10.626.712	--	10.626.712	12.091.555	--	12.091.555
Diferidos (créditos tributários)	20.130.453	75.334.329	95.464.782	20.973.492	77.420.104	98.393.596
Investimentos	--	43.136.672	43.136.672	--	20.401.162	20.401.162
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	43.021.615	43.021.615	--	20.255.325	20.255.325
Outros investimentos	--	147.312	147.312	--	147.312	147.312
Perdas por redução ao valor	--	(32.255)	(32.255)	--	(1.475)	(1.475)
Imobilizado	--	17.709.550	17.709.550	--	18.254.932	18.254.932
Imobilizações de uso	--	28.663.354	28.663.354	--	29.307.303	29.307.303
Direito de uso	--	4.687.515	4.687.515	--	5.007.568	5.007.568
Depreciação acumulada	--	(15.618.655)	(15.618.655)	--	(16.034.492)	(16.034.492)
Perdas por redução ao valor	--	(22.664)	(22.664)	--	(25.447)	(25.447)
Intangível	--	12.186.009	12.186.009	--	12.261.509	12.261.509
Ativos intangíveis	--	23.855.688	23.855.688	--	24.404.155	24.404.155
Amortização acumulada	--	(11.630.146)	(11.630.146)	--	(12.073.222)	(12.073.222)
Perdas por redução ao valor	--	(39.533)	(39.533)	--	(69.424)	(69.424)
Outros ativos	13.539.509	22.861.017	36.400.526	15.611.118	23.165.404	38.776.522
Total do ativo	916.836.040	1.624.777.842	2.541.613.882	948.634.497	1.636.135.514	2.584.770.011
Passivo						
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	3.256.118	2.357.549	5.613.667	3.256.795	2.357.549	5.614.344
Instrumentos financeiros derivativos	3.256.118	2.357.549	5.613.667	3.256.795	2.357.549	5.614.344
Passivos financeiros ao custo	1.639.226.970	621.400.353	2.260.627.323	1.662.261.112	618.623.433	2.280.884.545
Recursos de clientes	628.650.222	286.060.468	914.710.690	666.851.192	287.167.645	954.018.837
Recursos de instituições financeiras	808.186.683	59.398.989	867.585.672	790.224.757	55.184.007	845.408.764
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	86.650.979	205.619.108	292.270.087	87.744.287	208.329.884	296.074.171
Outros passivos financeiros	115.739.086	70.321.788	186.060.874	117.440.876	67.941.897	185.382.773
Provisões	12.589.349	25.325.257	37.914.606	13.285.553	25.626.178	38.911.731
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.691.824	23.039.434	31.731.258	8.775.627	23.261.573	32.037.200
Outras provisões	3.897.525	2.285.823	6.183.348	4.509.926	2.364.605	6.874.531
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros	307.066	428.162	735.228	312.648	428.487	741.135
Passivos fiscais	5.581.181	7.563.360	13.144.541	9.010.396	7.821.047	16.831.443
Correntes	1.641.153	--	1.641.153	5.022.430	--	5.022.430
Diferidos	3.940.028	7.563.360	11.503.388	3.987.966	7.821.047	11.809.013
Outros passivos	39.640.036	2.605.376	42.245.412	44.117.219	8.458.240	52.575.459
Total do passivo	1.700.600.720	659.680.057	2.360.280.777	1.732.243.723	663.314.934	2.395.558.657
Patrimônio líquido	--	181.333.105	181.333.105	--	189.211.354	189.211.354
Total do passivo e patrimônio líquido	1.700.600.720	841.013.162	2.541.613.882	1.732.243.723	852.526.288	2.584.770.011



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	17.192.762	--	17.192.762	19.737.849	--	19.737.849
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	6.616.204	1.681.548	8.297.752	10.596.238	1.681.548	12.277.786
Títulos e valores mobiliários	3.669.173	--	3.669.173	7.620.302	--	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	2.947.031	1.681.548	4.628.579	2.975.936	1.681.548	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	13.759.033	618.125.941	631.884.974	16.238.944	623.783.402	640.022.346
Títulos e valores mobiliários	13.759.033	618.125.941	631.884.974	16.238.944	623.783.402	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado	821.384.110	833.890.013	1.655.274.123	839.171.058	853.227.085	1.692.398.143
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	--	120.016.133	120.016.133	--	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	184.613.389	2.399.214	187.012.603	187.716.049	1.767.267	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	38.332.004	34.090.699	72.422.703	46.515.950	35.625.336	82.141.286
Carteira de crédito	445.795.320	758.980.915	1.204.776.235	457.294.227	772.612.800	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	32.627.264	38.419.185	71.046.449	27.628.699	43.221.682	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(41.030.130)	(61.746.406)	(102.776.536)	(41.518.436)	(62.272.055)	(103.790.491)
Carteira de crédito	(36.264.048)	(61.740.711)	(98.004.759)	(36.712.231)	(62.026.454)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	(4.766.082)	(5.695)	(4.771.777)	(4.806.205)	(245.601)	(5.051.806)
Ativos fiscais	37.951.433	59.468.047	97.419.480	39.585.687	61.491.319	101.077.006
Correntes	11.548.781	--	11.548.781	12.127.707	280.749	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	26.402.652	59.468.047	85.870.699	27.457.980	61.210.570	88.668.550
Investimentos	--	41.173.368	41.173.368	--	20.526.343	20.526.343
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	41.064.231	41.064.231	--	20.388.708	20.388.708
Outros investimentos	--	143.790	143.790	--	143.790	143.790
Perdas por redução ao valor	--	(34.653)	(34.653)	--	(6.155)	(6.155)
Imobilizado	--	16.967.411	16.967.411	--	17.521.224	17.521.224
Imobilizações de uso	--	27.335.964	27.335.964	--	27.959.857	27.959.857
Direito de uso	--	4.377.166	4.377.166	--	4.680.985	4.680.985
Depreciação acumulada	--	(14.723.055)	(14.723.055)	--	(15.094.171)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor	--	(22.664)	(22.664)	--	(25.447)	(25.447)
Intangível	--	11.953.028	11.953.028	--	12.034.747	12.034.747
Ativos intangíveis	--	22.251.907	22.251.907	--	22.811.545	22.811.545
Amortização acumulada	--	(10.259.346)	(10.259.346)	--	(10.707.374)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor	--	(39.533)	(39.533)	--	(69.424)	(69.424)
Outros ativos	5.538.273	31.850.671	37.388.944	7.742.415	32.073.340	39.815.755
Total do ativo	861.411.685	1.553.363.621	2.414.775.306	891.553.755	1.560.066.953	2.451.620.708
Passivo						
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	3.308.842	1.167.907	4.476.749	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Instrumentos financeiros derivativos	3.308.842	1.167.907	4.476.749	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Passivos financeiros ao custo	1.514.546.837	621.232.834	2.135.779.671	1.530.828.891	618.312.243	2.149.141.134
Recursos de clientes	617.998.627	242.649.693	860.648.320	654.263.505	243.673.944	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	691.452.706	63.601.356	755.054.062	668.002.994	59.036.253	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	75.731.233	250.951.151	326.682.384	76.992.192	254.544.928	331.537.120
Outros passivos financeiros	129.364.271	64.030.634	193.394.905	131.570.200	61.057.118	192.627.318
Provisões	13.691.965	22.356.660	36.048.625	14.394.005	22.804.746	37.198.751
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.930.895	20.525.096	29.455.991	9.062.424	20.827.376	29.889.800
Outras provisões	4.761.070	1.831.564	6.592.634	5.331.581	1.977.370	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros	303.416	485.867	789.283	308.235	485.678	793.913
Passivos fiscais	3.757.498	12.472.759	16.230.257	8.479.712	12.700.101	21.179.813
Correntes	1.721.395	--	1.721.395	6.425.409	--	6.425.409
Diferidos	2.036.103	12.472.759	14.508.862	2.054.303	12.700.101	14.754.404
Outros passivos	14.333.449	22.529.514	36.862.963	18.560.781	28.166.287	46.727.068
Total do passivo	1.549.942.007	680.245.541	2.230.187.548	1.575.878.451	683.636.962	2.259.515.413
Patrimônio líquido	--	184.587.758	184.587.758	--	192.105.295	192.105.295
Total do passivo e patrimônio líquido	1.549.942.007	864.833.299	2.414.775.306	1.575.878.451	875.742.257	2.451.620.708



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

35 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Administrado	1.285	1.267	1.950.325.509	1.782.896.415
Fundos de investimentos	1.279	1.261	1.934.824.965	1.766.734.332
Carteiras administradas	6	6	15.500.544	16.162.083

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo				
Grupo BB	53.342.600	62.116.604	52.463.770	61.233.426
Terceiros	113.702.650	109.830.719	168.448.469	161.788.093
Total do ativo	167.045.250	171.947.323	220.912.239	223.021.519
Passivo				
Grupo BB	33.159.112	33.974.110	31.734.034	32.495.716
Terceiros	126.050.514	126.104.697	171.169.747	169.188.574
Patrimônio líquido	7.835.624	11.868.516	18.008.458	21.337.229
Atribuível à controladora	7.835.624	11.868.516	16.769.700	20.260.537
Participação dos não controladores	--	--	1.238.758	1.076.692
Total do passivo	167.045.250	171.947.323	220.912.239	223.021.519

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Lucro líquido	1.018.678	1.083.716	2.757.163	2.714.155
Atribuível à controladora	1.018.678	1.083.716	2.457.000	2.447.409
Participações dos não controladores	--	--	300.163	266.746

c) Recursos de consórcios

	30/06/2026	31/12/2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.213.738	1.157.049
Obrigações do grupo por contribuições	81.411.024	79.878.378
Consortiados - bens a contemplar	73.560.337	73.289.786
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	413	428
Quantidade de consorciados ativos	1.802.874	1.791.702
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	256.910	250.625
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	126.517	140.582



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	1º Semestre/2026		1º Semestre/2025	
	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	216	29.837	219	28.567
Outros órgãos/entidades	7	3.143	8	3.215
Sem ônus para o Banco²				
Governos Federal, Estadual e Municipal	245	--	228	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	598	--	596	--
Entidades dos funcionários	69	--	71	--
Entidades controladas e coligadas	872	--	818	--
Total	2.007	32.980	1.940	31.782

1 - Posição no último dia do período.

2 - No 1º Semestre/2026, o Banco foi ressarcido em R\$ 426.429 mil (R\$ 382.973 mil no 1º Semestre/2025), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	30/06/2026	31/12/2025
Menor Salário	4.189	4.189
Maior Salário	70.090	70.090
Salário Médio	13.239	13.033
Valor médio dos benefícios oferecidos	6.452	6.360
Presidente	94.028	90.186
Vice-presidente	84.162	80.723
Diretor	71.329	68.414
Comitê de Auditoria - Titular	64.196	61.573
Comitê de Riscos e de Capital	64.196	61.573
Conselho Fiscal	8.168	7.847
Conselho de Administração	8.168	7.847

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30/06/2026

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.151.339	7.309
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	63.720	204
Demais	72.460	129
Total	1.287.519	7.642

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

**g) MP nº 1.314/2025 – Crédito Rural**

A Medida Provisória nº 1.314/2025, publicada em 5 de setembro de 2025, autorizou o uso de recursos do superávit financeiro da União e de recursos livres das instituições financeiras para operações de crédito rural destinadas à liquidação, amortização ou alongamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas afetados por eventos adversos, especialmente climáticos.

Em atendimento à MP, o Banco do Brasil passou a operar as linhas BB Regulariza Dívidas Agro (recursos livres) e BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (Fundo Social/BNDES). Em 30 de junho de 2026, o saldo das operações contratadas era de R\$ 39.341.333 (R\$ 22.556.901 em 31 de dezembro de 2025).

h) Imposto Mínimo Global (Pilar 2)

Em 27 de dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.079/2024, que introduziu no Brasil o Adicional da CSLL destinado à implementação do Imposto Mínimo Global, no contexto do Pilar 2, alinhado às Regras GloBE da OCDE. A norma é aplicável a grupos multinacionais com receita consolidada superior a € 750 milhões, faixa na qual se enquadra o conglomerado liderado pelo Banco.

A regulamentação brasileira incorporou conceitos da legislação internacional e elementos próprios das Regras GloBE, que diferem de práticas adotadas no sistema tributário nacional, incluindo ajustes específicos ao lucro GloBE, regras para tributos abrangidos e o tratamento de tributos diferidos.

Em 2026, a Administração realizou os procedimentos de avaliação previstos na regulamentação aplicável ao Adicional da CSLL, abrangendo o Banco e suas controladas nas jurisdições em que operam. Como resultado dessa avaliação, não foram apurados efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis em decorrência da aplicação da Lei nº 15.079/2024.

A Administração continuará acompanhando a evolução da regulamentação brasileira, as orientações emitidas pelos órgãos competentes e as atualizações propostas pela OCDE, inclusive aquelas decorrentes do cenário internacional, que possam afetar a implementação global do Pilar 2 e a aplicação do Adicional da CSLL em períodos futuros.

i) Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares 214/2025 e 227/2026, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O Banco vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.



36 – Eventos subsequentes

a) Operacionalização de Linhas para Renegociação de Dívidas Rurais Previstas na MP 1.376/2026

O Banco está adotando as medidas necessárias para operacionalizar as linhas de crédito voltadas à renegociação de dívidas rurais de clientes afetados por eventos climáticos extremos ou pela queda dos preços de comercialização, conforme previsto na Medida Provisória nº 1.376/2026.

Neste momento, o Banco aguarda a publicação de regulamentação complementar pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e de ato normativo do Ministério da Fazenda, que definirão as condições aplicáveis, incluindo a equalização dos encargos financeiros, para implementação das linhas de crédito e avaliação dos impactos da medida sobre seus indicadores financeiros, patrimoniais e de resultados.

b) Pagamento de parcela do instrumento elegível a capital principal

Em 21/05/2026, o Banco Central do Brasil autorizou a liquidação da quinta parcela do instrumento elegível a capital principal descrito na Nota Explicativa 23 – Patrimônio Líquido, item “c”.

Em 29/07/2026, o Banco repassou ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 100 milhões referente à parcela prevista no cronograma repactuado.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte

ParkShopping - Zona Industrial (Guará)

Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil

Telefone +55 (61) 3362 3700

kpmg.com.br

Relatório do auditor independentesobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, Conselho de Administração e aos

Administradores do Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como Banco Múltiplo e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), em 30 de junho de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (f), 12(g) e 12(h) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco registrou em 30 de junho de 2026 provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito.

A avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default – LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default – EAD). A provisão para perdas esperadas considera as características do cliente (informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação, segmento do cliente e cenário macroeconômico); aspectos financeiros e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e quantificação do risco de crédito de forma coletiva. Ademais, o Banco utiliza, pontualmente, análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, nestes casos, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco calcula a perda esperada até o final da vida do instrumento financeiro quando a operação apresenta aumento significativo de risco de crédito (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1).

Devido à relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como a auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados aos processos de: (i) desenvolvimento e aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) determinação das premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; (iii) marcação de operações como ativos problemáticos e aumento significativo de risco de crédito; (iv) parametrização do cálculo da provisão considerando os níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito definidos pela Resolução BCB 352/23; v) alocação das operações de crédito e títulos com características de concessão por estágio; e (vi) aprovação do cálculo e análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos especializados em risco de crédito, realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da

Resolução CMN 4.966/21; e (ii) recálculo independente das PDs, EADs, LGDs, e cenários macroeconômicos ponderados, incluindo a aplicação dos percentuais mínimos definidos pela Res. BCB 352/23 e alocação por estágios;

- Avaliação, com base em amostragem, da perda esperada calculada individualmente, analisando as premissas e inspecionando a documentação relacionada utilizada pelo Banco; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m), 4 (f) e 21 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando o Banco possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante pode ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos “Individualizado” e “Massificado”, bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, que se baseia em: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como a auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) definição e aprovação dos métodos e premissas utilizados na mensuração da provisão; (ii) revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada pelos assessores jurídicos; (iii) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, realizamos a avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados para a mensuração do método “Massificado” e analisamos o cálculo do valor da provisão;
- Avaliação, por amostragem, das premissas utilizadas no método “Individualizado” por meio de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como avaliação da consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais;
- Avaliação da suficiência de provisão para as contingências, com base na análise do

histórico de desembolsos ocorridos no período quando comparado com os respectivos valores provisionados;

- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (I), 4 (e) e 28 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentados no balanço patrimonial em outros passivos, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como a auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;
- Recálculo, por amostragem, do passivo atuarial dos planos de benefício definido; e

Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, e de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou em informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, ao alto volume de transações processadas diariamente, e à importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos que processam informações utilizadas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como a auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a, com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:

Avaliação, para áreas e sistemas em que, pelo nosso julgamento, existe elevada dependência de tecnologia da informação, do desenho e da efetividade operacional de controles internos chave (incluindo controles compensatórios) relacionados ao ambiente geral de tecnologia da informação, abrangendo controles de acesso a sistemas e aplicações, tais como autorização de novos usuários, revogação de acessos de colaboradores desligados e revisão periódica de usuários ativos, bem como a análise das políticas de senhas, configurações de segurança e controles internos sobre o desenvolvimento, manutenção e implementação de mudanças em sistemas e aplicativos; nas

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos que identificamos como chave para o processo de relatório financeiro e demais processos automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, que impactam de forma relevante as demonstrações contábeis;
- Avaliação, com base em amostragem, das informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informações suplementares em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a

formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

O Banco elaborou demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Brasil S.A. e suas controladas para o semestre findo em 30 de junho de 2026 de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo a IAS 34 – Interim Financial Reporting que foram apresentadas separadamente e sobre as quais emitimos relatório de revisão, não contendo qualquer modificação, datado de 11 de agosto de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 11 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3



Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) Primeiro semestre de 2026

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2026, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 11/11/2025, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico: bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou, ao Conselho de Administração, informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

**Conclusões**

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a legislação aplicável e com a política específica do BB;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB em 30/06/2026, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 11 de agosto de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD)

Egídio Otmar Ames
Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Edson Teixeira

Fernando Florêncio Campos

Marcelo Gasparino da Silva



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2026 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 10 de agosto de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 10 de agosto de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gilson Alceu Bittencourt
José Ricardo Sasseron
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Alexandre Bocchetti Nunes
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Bárbara dos Santos Lopes Freitas
Barbara Favero dos Santos Bosi
Bruno Alves do Nascimento
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Euler Antonio Luz Mathias
Gilmar Dalilo Cezar Wanderley
João Vagnes de Moura Silva
José Salvador Constantino Zarcos Filho
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Pedro Henrique Duarte Oliveira
Rafael Machado Giovannella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
José Pedro Bastos Neves
Paulo Moreira Marques

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Edson Teixeira
Egídio Otmar Ames
Fernando Florêncio Campos
Marcelo Gasparino da Silva

CONTADORIA

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador Geral
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00

Anelise da Cunha Camilo Mariano
Contadora CRC-DF 023877/O-0
CPF 017.576.901-07